



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIGUALDADES E  
DESENVOLVIMENTO

EMANUEL SILVA ANDRADE

IMPASSES E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO  
AGRÍCOLA NA COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO DE ALDEIA,  
EM MARAGOGIPE-BAHIA

CACHOEIRA  
2015

EMANUEL SILVA ANDRADE

IMPASSES E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO  
AGRÍCOLA NA COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO DE ALDEIA,  
EM MARAGOGIPE-BAHIA

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Paula Comin de Carvalho

CACHOEIRA  
2015

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

A553i Andrade, Emanuel Silva  
Impasses e estratégias de reprodução social do trabalho agrícola na comunidade de Santo Antonio de Aldeia, em Maragogipe-Bahia / Emanuel Silva Andrade. – Cachoeira, 2015.  
152 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Comin de Carvalho.  
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. 3. Santo Antonio de Aldeia, Maragogipe (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título.

CDD: 338.10981

EMANUEL SILVA ANDRADE

**IMPASSES E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO  
AGRÍCOLA NA COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO DE ALDEIA,  
EM MARAGOGIPE-BAHIA**

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira - Bahia, 16 de Dezembro de 2015.

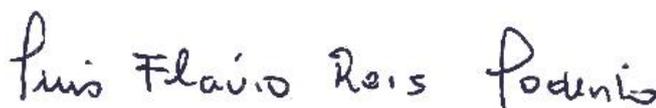
**BANCA EXAMINADORA**



Ana Paula Comin de Carvalho - Orientadora  
Doutora em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Herbert Toledo Martins - Avaliador  
Doutor em Sociologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Luis Flávio Reis Godinho - Avaliador  
Doutor em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

CACHOEIRA-BA  
2015

*Ao meu Tio Angelino (in memorian), agricultor fiel, corajoso e inspirador.*

*Aos meus amados pais Maria e Fernando e a todos os agricultores da  
Comunidade de Santo Antonio de Aldeia por fazerem viver o rural.*

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho mostra que o término de uma jornada é sempre difícil, porém, muito gratificante, principalmente quando fazemos uma reflexão dos motivos que me fizeram chegar até aqui, juntos aos anseios e desafios propostos pelas Ciências Sociais. Presto aqui os meus agradecimentos às pessoas e instituições que contribuíram para que esse trabalho pudesse ser realizado.

Inicialmente, quero agradecer a Deus pela força, sabedoria e existência. Por me levantar e me encorajar em todos os momentos.

Aos meus pais, Maria e Fernando, agricultores corajosos, guerreiros, que me ensinaram a lutar pelos meus ideais, lembrando-me sempre que para realizá-los é necessário enxergar com tolerância e amor todos que estão a minha volta. Pelo exemplo de vida, pela companhia constante, por entenderem a minha “saída” da roça, por me ensinarem a valorizá-la e ter orgulho dela. Aos seus modos, compreenderam as minhas ausências, as noites perdidas, os meus momentos. A vocês, o meu eterno amor e gratidão!

Aos meus quatro irmãos: Marcos, Carlos, Marcelo e Fernanda, pelo carinho, atenção, respeito as minhas decisões e incentivos. Agradeço em especial a Carlos por me acompanhar em vários momentos do trabalho de campo ao ponto de se envolver com a pesquisa e a Fernanda (Nanda) e Marcelo (Celo) que, mesmo distantes, fazem sempre presentes na minha vida, me inspirando e confortando. A minha gratidão e amor a todos vocês.

A todos os agricultores da comunidade de Santo Antonio de Aldeia, em especial a Dionísio Andrade, Hildebrando Barbosa, Raimundo e Maria Barbosa, Maria Mércia e Fernando, Maridalva Santos, Maria da Paixão, Odete Magalhães, José Luís, Antonio Carlos, Raimundo Reis, Marcelo Santos e Adriane Andrade, pessoas que se dispuseram à compartilhar seu tempo e memória, concedendo entrevistas, confiando na seriedade da pesquisa realizada, expressando suas experiências de vida e trazendo contribuições valiosas para este estudo. Sem vocês ele não seria viável. Também pelo sinal de persistência que impera em cada um, fazendo desta comunidade um exemplo de constante luta e resistência. Muito obrigado!

A minha orientadora Ana Paula Comin de Carvalho, pela forma leve e agradável que me acolheu, pela paciência, estímulo, dedicação, pela compreensão e respeito as minhas ideias,

por acreditar em mim, no meu trabalho e me acompanhar até o fim. Obrigado pelas valiosas sugestões e conhecimentos.

Aos professores Herbert Toledo Martins e Luís Flávio Reis Godinho por terem aceitado o convite para participar da banca de defesa para este trabalho e contribuir com suas percepções.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pelo suporte infraestrutural. Destaco o grande incentivo de Patrícia, Valéria e as gratas lembranças e contribuições de Virgílio.

A Secretaria de Agricultura e Pesca de Maragogipe por disponibilizar informações valiosas ao desenvolvimento da pesquisa.

À Associação de Produtores Rurais da Volta do U e Adjacências (APROVA), por ter me acolhido nas suas reuniões e disponibilizado informações precisas.

Ao Prof. Luydy Abraham Fernandes, com quem iniciei a trajetória acadêmica e me inspirei para ampliar os horizontes da pesquisa científica. Meu apreço e gratidão.

Aos colegas do mestrado pela convivência. Com os quais compartilhei grandes anseios e vivências. Pelos risos, erros, acertos... Pela certeza que tudo valeu a pena.

Aos amigos que se fizeram próximos durante toda a trajetória deste trabalho, pessoas fantásticas que de alguma forma muito me ajudaram, especialmente Gilson, Leonardo, Isabelle, Luciana, Daniel, Elton, Edson, Évilla, Marla, Patrícia Verônica, Carine, Miguelzinho, Fátima Pombo, Ana Perda, Júnior e ao amigo fiel e acolhedor Eliezer. Amigos que viram e sentiram comigo o sabor das dificuldades e das vitórias. Obrigado pela paciência, apoio e incentivo durante todo o período em que durou esta pesquisa e a trajetória no Recôncavo Baiano.

A todos que me fizeram acreditar que chegar aqui era possível. Meu muito obrigado!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a agricultura familiar e o seu processo de reprodução social. O enfoque é problematizado a partir das mudanças socioeconômicas ocorridas no trabalho familiar agrícola que viabilizam a sua reprodução. O interesse central da análise foi identificar as mudanças no processo de trabalho familiar agrícola para compreender os impasses e as estratégias adotadas pelos agricultores para superar as dificuldades e seguirem se reproduzindo. Tivemos como hipótese que o tamanho reduzido das propriedades e a falta de políticas efetivas de apoio à agricultura familiar dificultam a reprodução social desses trabalhadores, sendo a reconversão produtiva e a pluriatividade as alternativas encontradas para permanecerem no campo. O universo de pesquisa é composto pela comunidade rural - Santo Antonio de Aldeia - localizada no município de Maragogipe - Bahia. Na investigação, realizamos um estudo de caso tendo como base a análise qualitativa para explorar o sentido das informações construídas durante o trabalho de campo. Para tanto, fizemos entrevistas abertas individuais com quatorze agricultores. Os dados mostraram que esses agricultores encontram inúmeras dificuldades para manter sua propriedade viável, que vão desde a falta de terras para plantar até a desvalorização dos produtos no mercado local e regional frente às alternativas produzidas em escala industrial. Diante disso, mudaram o foco da produção para cultivos mais rentáveis, desenvolvem atividades não agrícolas para complementar a renda e outros arranjos estratégicos calcados na família para continuarem reproduzindo as suas atividades agrícolas, e, conseqüentemente, o seu modo de vida.

**Palavras chave:** Agricultura familiar. Reprodução agrícola. Dificuldades. Estratégias. Santo Antonio de Aldeia, Maragogipe-BA.

## ABSTRACT

This research has as its theme the family farm and the process of social reproduction. The focus is problematized from the socioeconomic changes occurred in the agricultural family work that enable its reproduction. The central concern of the analysis was to identify the changes in agricultural family work process to understand the deadlocks and the strategies adopted by farmers to overcome difficulties and follow reproducing socially. We had as hypothesis that the reduced size of the properties and the absence of effective policies of support for family agriculture difficult social reproduction of these workers, and productive conversion and pluriactivity the alternatives found to remain in the field. The research locus consists of the rural community - Santo Antonio de Aldeia - located in the city of Maragogipe - Bahia. In this investigation, we conducted a case study based on the qualitative analysis to explore the meaning of information that was built during the fieldwork. To that end, we made individual open interviews with fourteen farmers. The data show that these farmers find many difficulties to maintain their viable property, ranging from the absence of land to grow until the devaluation of the products in the local and regional market front to alternative produced at industrial scale. Given the above, they changed the focus of production to more profitable crops, develop non-agricultural activities to supplement income and other strategic arrangements footwear in the family to continue playing their agricultural activities, and thus their way of life.

**Keywords:** Family agriculture. Agricultural reproduction. Difficulties. Strategies. Santo Antonio de Aldeia, Maragogipe, Bahia.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Mapa do Território do Recôncavo da Bahia com ênfase para Maragogipe.....p. 24
- Figura 2** – Vila de Santo Antonio com vistas para a igreja de Santo Antônio e a escola municipal ao lado .....p. 26
- Figura 3** – Associados na reunião da APROVA.....p. 65
- Figura 4** – Jorge Luiz Neves da Conceição atuando como meeiro no cultivo do inhame...p. 72
- Figuras 5 e 6** – Vista extrema da Casa de Farinha de Mirim e Maridalva de Jesus dos Santos preparando a massa para a produção de beiju.....p. 79
- Figuras 7 e 8** – Agricultores atuando no digitório de Raimundo José Silva Reis (no primeiro plano da figura) e momento de socialização após o digitório.....p. 88
- Figura 9** – Maria Barbosa e Raimundo Vieira Barbosa trabalhando no cultivo do aipim...p. 97
- Figura 10** – Carlos Alberto dos Santos na sua venda, na Vila de Santo Antônio.....p. 127

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Esquema interpretativo conceitual da pesquisa.....	p. 28
--	-------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Número de famílias e pessoas do povoado na comunidade de Santo Antônio de Aldeia.....	p. 25
<b>Tabela 02</b> – Perfil dos entrevistados.....	p. 31
<b>Tabela 03</b> – Principais alimentos produzidos no Brasil a partir da agricultura familiar.....	p. 46
<b>Tabela 04</b> – Principais produtos agrícolas de Maragogipe.....	p. 51
<b>Tabela 05</b> – Principais culturas por áreas plantada, colhida, quantidade e valor da produção.....	p. 52
<b>Tabela 06</b> – Efetivo de animais Maragogipe.....	p. 53
<b>Tabela 07</b> – Relatório de atividades e metas alcançadas.....	p. 57
<b>Tabela 08</b> – Programa de Pesquisa Agrícola da cultura do inhame.....	p. 58
<b>Tabela 09</b> – Participação dos jovens entrevistados em organizações .....	p. 62
<b>Tabela 10</b> – Relação de filhos que atuam na UPF e os que migraram por sexo.....	p. 100
<b>Tabela 11</b> – Fertilizantes e adubos orgânicos usados para desenvolver as plantações.....	p. 114
<b>Tabela 12</b> – Descrição das pragas e os produtos utilizados pelos agricultores para combatê-las.....	p. 115

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>APROVA</b>	Associação dos Produtores Rurais da Volta do U e Adjacências
<b>ATER</b>	Assistência técnica e extensão rural
<b>BAHIATER</b>	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>CEP</b>	Consórcio Estaleiro Enseada do Paraguaçu
<b>Cerb</b>	Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia
<b>DAP</b>	Declarações de Aptidão ao Pronaf
<b>EBDA</b>	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
<b>Emater-BA</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FPSO</b>	<i>Floating, Production, Storage and Offtake</i>
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>INEC</b>	Instituto Nordeste Cidadania
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrícola
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>SDR</b>	Secretaria de Desenvolvimento Rural
<b>SEAPE</b>	Secretaria de Agricultura e Pesca de Maragogipe
<b>SEI-BA</b>	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
<b>SIATER/MDA</b>	Sistema Informatizado de ATER
<b>Sicoob</b>	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
<b>SIM</b>	Serviço de Inspeção Municipal
<b>STRM</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maragogipe
<b>SUASA</b>	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p. 16</b>
1.1	Objetivos.....	p. 21
1.2	Hipóteses.....	p. 22
1.3	Caracterização do universo empírico da pesquisa.....	p. 23
1.4	Métodos e técnicas de pesquisa.....	p. 27
1.5	Organização do trabalho.....	p. 33
<b>2</b>	<b>CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: TEORIA SOCIAL E REALIDADE LOCAL.....</b>	<b>p. 34</b>
2.1	Algumas considerações sobre o meio rural brasileiro.....	p. 34
2.2	Campesinato e Agricultura Familiar: contextos teóricos.....	p. 39
2.3	Aspectos da Agricultura no Recôncavo Baiano.....	p. 47
2.4	Breve caracterização da Produção Agrícola em Maragogipe.....	p. 50
2.5	Organizações e políticas de assistência à agricultura no município de Maragogipe.....	p. 53
2.5.1	Secretaria de Agricultura e Pesca de Maragogipe.....	p. 54
2.5.2	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maragogipe.....	p. 59
2.5.3	Associação de Produtores Rurais.....	p. 62
2.5.3.1	A Associação de Produtores Rurais da Volta do U e Adjacências.....	p. 64
<b>3</b>	<b>OS AGRICULTORES DE SANTO ANTONIO DE ALDEIA E O TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA.....</b>	<b>p. 68</b>
3.1	Processo de trabalho familiar agrícola: contextos teóricos.....	p. 68
3.2	Os agricultores e as características socioeconômicas das unidades produtivas.....	p. 72
3.3	Destinação dos produtos.....	p. 82
3.4	Sociabilidade na produção.....	p. 84
3.5	Hierarquias de gênero no trabalho familiar agrícola.....	p. 89
<b>4</b>	<b>IMPASSES VIVENCIADOS NA REPRODUÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA E ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA PERMANECEREM NO CAMPO.....</b>	<b>p. 92</b>

4.1 Reprodução social e agricultura familiar.....	p. 92
4.2 A importância da sucessão geracional.....	p. 95
4.3 Algumas considerações sobre estratégias de reprodução social na agricultura.....	p. 105
4.4 As barreiras no caminho da lavoura e os arranjos estratégicos para superá-las.....	p. 107
4.4.1 Estagnação e desvalorização do preço dos produtos durante a comercialização.....	p. 109
4.4.2 Desvalorização da farinha de mandioca.....	p. 110
4.4.3 Falta de verba para investir na produção e o trabalho de base familiar como estratégia de reprodução.....	p. 112
4.4.4 Falta de apoio técnico para enfrentar a seca no verão, combater as pragas e desenvolver a agricultura.....	p. 113
4.4.5 Limitação da renda no investimento da produção.....	p. 119
4.4.6 Falta de transporte e má situação das estradas.....	p. 120
4.4.7 Falta de sementes para plantar.....	p. 121
4.4.8 O Uso de máquinas como estratégia para intensificar a produtividade e diminuir os custos com trabalhador diário.....	p. 122
4.4.9 O outro lado da moeda: a falta de trabalho devido ao crescente uso das máquinas agrícolas.....	p. 124
4.4.10 A falta de terras para plantar.....	p. 126
4.4.11 A reciprocidade como estratégia de reprodução.....	p. 129
4.5 Pluriatividade na agricultura familiar como estratégia de reprodução social.....	p. 130

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>p. 134</b>
----------	----------------------------------	---------------

	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>p. 139</b>
--	--	---------------

	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>p. 146</b>
--	-----------------------	---------------

## 1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação se situa no campo de estudos sobre a reprodução social da agricultura familiar, buscando compreender as mudanças ocorridas no processo de trabalho familiar agrícola, bem como os impasses vivenciados e as estratégias adotadas pelos agricultores familiares para reprodução do trabalho agrícola e permanência no campo. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa junto à comunidade rural de Santo Antonio de Aldeia, em Maragogipe, no Recôncavo Baiano.

Apesar dos diversos problemas enfrentados pelos agricultores familiares, tais como - variações climáticas, altos preços dos insumos e maquinário agrícolas, migrações dos jovens e principalmente das mulheres jovens para os centros urbanos - muitos desses trabalhadores seguem na atividade agrícola e desenvolvem estratégias para superar essas dificuldades (SCHNEIDER, 2003). Ainda assim, a histórica desvalorização da agricultura e do meio rural brasileiro frente às atividades industriais e as grandes cidades perpetua a representação social desses habitantes e de seu espaço social enquanto expressões do atraso, o que tem impulsionado em grande medida o esvaziamento do campo (CARNEIRO, 1998).

Essa fuga para as metrópoles ocasionou problemas não apenas para a produção e reprodução agrícola, mas também para a estrutura dos centros urbanos. Explicar o deslocamento compulsório daqueles que pela força e violência de um sistema capitalista mundializado decidem deixar o lugar onde nasceram e viveram grande parte da sua vida para buscar uma vida melhor em outras terras impõe uma série de questões, seja de ordem econômica, política, cultural, religiosa, climáticas, entre outras de ordem mais pessoal. Foram nas décadas de 60 e 70 do século XX que essa migração campo/cidade ocorreu de forma mais intensa e o êxodo rural em direção principalmente às grandes cidades ocasionou uma série de problemas na sua expansão (ESLEBÃO, 2007). No entanto, dados mostram que a população rural vem se recuperando. No censo demográfico de 2010, o IBGE mostrou que o número de pessoas que moram em áreas rurais segue diminuindo no país, porém, esse dado caiu pela metade numa década. De acordo com a pesquisa, a população rural no país perdeu 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, o que representa metade dos 4 milhões que foram para as cidades na década anterior (BRASIL, 2010). Assim, o interesse por encontrar formas para enfrentar os problemas

e seguir construindo suas vidas dentro do próprio meio rural tem aumentado, sem que a única alternativa para mudar de vida seja a mudança brusca para os grandes centros urbanos.

Nesse contexto da agricultura, o setor agropecuário familiar é sempre reconhecido por atuar em direção ao fortalecimento e importância na produção de alimentos e como gerador de postos de trabalho e renda, especialmente voltado para o mercado interno, para as agroindústrias e para as exportações brasileiras, ou seja, focaliza-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Sendo assim, a produção agrícola familiar, além do seu potencial dinamizador das economias locais, não só do setor agropecuário, mas do próprio país é um importante redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda (BRASIL, 2006).

Desta forma, ainda tem-se como desafio fortalecer e consolidar a agricultura familiar e o meio rural brasileiro para além da sua importância na produção de alimentos. É necessário visualizar o campo como um lugar cuja realidade proporciona oportunidades e crescimento, como um espaço diverso propício a investimentos, modernização e melhorias nas estruturas das suas propriedades, ou seja, retratar o rural como uma opção de vida cheia de possibilidades sustentáveis.

É ciente que os agricultores familiares contemporâneos mesmo em processos de mudanças estruturais na produção e comercialização a partir da adesão as técnicas modernas de produção e incentivos financeiros, preservam o caráter familiar do seu processo de trabalho (WEISHEIMER, 2009). Esses fatores característicos dos agricultores familiares atuais estão relacionados à tradição do modo de vida e das formas de produzir das sociedades camponesas, cuja base do trabalho é dada pela unidade de produção gerida pela família.

Logo, essas categorias conceituais de agricultores fazem parte do mesmo grupo que segue uma lógica familiar como caminho principal das estratégias de produção e reprodução social. São decisões que o agricultor precisa tomar conforme os novos contextos a que está submetido. Assim, os camponeses também podem ser vistos dentro desse contexto mais amplo dos agricultores familiares com especificidades, tanto no modo de produzir, quanto nas práticas sociais ao lidar com o seu patrimônio, o trabalho, consumo, a terra e a família (WANDERLEY, 1996/2003).

Para Wanderley (1996) por mais que a agricultura familiar não seja uma categoria social recente dentro das análises da Sociologia Rural, no Brasil, ela vem ganhando significado de

abrangência, novidade e renovação. Para a autora “a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares [...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” (WANDERLEY, 1996, p.02).

Esses agricultores passam por transformações na sua organização social a partir das novas dimensões da agricultura moderna, porém, Schneider (2003, p. 28) aponta que “embora a forma familiar seja afetada e de certo modo condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista de produção, ela tem revelado capacidade de se adaptar e estabelecer estratégias que vêm garantindo sua reprodução social”.

Em 1996, através do Decreto n. 1.946, foi instituído o principal programa de incentivo à agricultura familiar brasileira, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este financia projetos ao pequeno produtor rural, com baixas taxas de juros. É uma conquista recente para esses agricultores que, por décadas lutavam e ainda lutam por condições para a sua reestruturação socioeconômica.

No Censo Agropecuário de 2006<sup>1</sup> realizado pelo IBGE, verificou-se a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país. Aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil são da agricultura familiar. O Nordeste é a região brasileira que detém praticamente metade dos estabelecimentos agrícolas familiares do país (49,7%), quantificando um total de 2.187.295 que se enquadram na categoria familiar (89% dos estabelecimentos agropecuários nordestinos).

No cenário nacional, a Bahia ocupa o primeiro lugar como o Estado que mais possui estabelecimentos agropecuários, com 665.831, equivalente a 15,2%. No entanto, quando se refere à média de hectares por estabelecimentos o Estado ocupa o terceiro lugar na Região Nordeste, com 15 hectares. Na agricultura familiar baiana, destacam-se, respectivamente, os seguintes produtos: mandioca (91%), feijão (83%) e o leite de cabra (77%). A produtividade da agricultura familiar baiana ainda é baixa e carece de intervenções econômicas e políticas sociais para aumentar a sua produção (BRASIL, 2009).

---

<sup>1</sup> O censo agropecuário no Brasil é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nele, encontramos dados gerais mais detalhados sobre a realidade da agricultura do País. Infelizmente, sua última edição ocorreu em 2007, tendo como ano-base 2006.

Nota-se que, no Recôncavo Baiano a agricultura familiar também possui papel importante para a economia local e na produção agropecuária familiar da Bahia. Contingente expressivo dos produtos agrícolas é oriundo da ação de agricultores que desenvolvem seu trabalho com base nas suas unidades familiares. Entretanto, inseridos na realidade baiana, esses agricultores se deparam com diversas dificuldades para continuarem reproduzindo seus trabalhos. Dados revelam a baixa rentabilidade econômica e situação de vulnerabilidade social dos agricultores do Recôncavo da Bahia. Pesquisa desenvolvida por Weisheimer (2012) demonstra que apenas 5% das famílias agricultoras conseguem obter uma renda bruta agrícola/anual de R\$ 6.000,00 e 8% R\$ 12.000,00 reais, ou seja, um percentual muito inexpressivo para a quantidade de agricultores familiares que a região possui.

Isso visibiliza ainda mais a necessidade que os agricultores familiares têm de se organizarem socialmente em prol da melhoria e valorização da sua produção e condições de trabalho. Criar outras formas de gestão além das suas organizações representativas atuais, tais como os sindicatos e as ONGs. Seriam meios mais efetivos a modificações, visto que muitas vezes esses órgãos representativos são politicamente frágeis, despreparados e nem sempre estão interessados em promover mudanças mais profundas (SCHNEIDER, 2010). Um exemplo positivo seriam as associações de produtores rurais comunitárias que, somente agora estão se desenvolvendo nas comunidades rurais de Maragogipe, por iniciativa e mediação dos próprios agricultores.

Os agricultores da comunidade de Santo Antonio da Aldeia são trabalhadores inseridos no processo de trabalho familiar agrícola, cuja produção é destinada em parte para o autoconsumo mas, especialmente, para ser comercializada. Também ganha espaço na comunidade atividades não agrícolas como complementares a renda adquirida com a agricultura e principalmente moradores rurais que conseguem emprego na cidade e se deslocam todos os dias para trabalharem em atividades da indústria e principalmente serviços.

Ao apresentarmos os dados obtidos através do trabalho de campo, veremos que, embora os agricultores demonstrem descrença quanto à melhoria do trabalho na agricultura, a maioria deles não pensam em deixar o ambiente rural. Não se veem se desvinculando do seu *habitus* elaborado na sociabilidade no trabalho familiar e migrarem para a cidade. Conforme destaca Bourdieu (1989), *habitus* inclui princípios da estrutura social que mantém os indivíduos compactuando os seus costumes. Além da participação no processo de trabalho, há uma lógica

e um simbolismo incorporados nas atividades desses trabalhadores que os levam a ter predisposições e assim produzir e reproduzir conforme suas apreensões.

A terra e suas práticas vão além da produção dos referidos alimentos. A interação social e o valor simbólico embutido na reprodução desses costumes - que caracterizam as sociabilidades locais e as ligações com a terra, o trabalho, a família e o retorno disso - carregam significados intrínsecos de pertencimento e realização pessoal em contato com o seu grupo (WOORTMANN, 1995).

Contudo, são vários agricultores que, procurando conciliar com outros serviços, decidem firmar a sua vida na agricultura e seguem procurando meios para ampliar as suas formas de produção, renda e melhorar a vida das suas famílias por meio dos seus cultivos. Além da relação íntima com a terra e o trabalho familiar, veem à agricultura como atividade vital que propicia o sustento da sua família, mesmo com as adversidades da estrutura agrícola da região.

Em meio aos impasses encontrados no dia a dia do trabalho que vão desde a desvalorização dos seus produtos por parte dos compradores até a falta de terras para plantar, os agricultores articulam estratégias de reprodução social do trabalho agrícola nas quais possam investir menos dinheiro e mais mão de obra calcadas na família para a produção e assim terem lucro para continuarem plantando e permanecerem no campo. Percebemos que, assim como colocadas por Alves (2004) são estratégias nas quais o objetivo principal não é necessariamente o lucro capitalista, mas a reprodução da família, seja na agricultura ou noutras atividades.

Ressaltamos que, essa pesquisa é uma continuidade e ampliação do trabalho de conclusão de curso de graduação (monografia), defendido e aprovado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no ano de 2010<sup>2</sup>, desenvolvido pelo autor desta dissertação. Para esse momento, inicialmente, tínhamos como propósito pesquisar as relações de gênero entre os produtores e produtoras de farinha de mandioca. Posteriormente, realizamos algumas idas a campo e, ao iniciar o diálogo com alguns moradores, percebemos que são poucos os agricultores que ainda produzem farinha para comercializar. A partir disso, observamos que a comunidade

---

<sup>2</sup> Trata-se de um estudo de caso, no qual se buscou documentar e analisar o processo para produção da farinha de mandioca produzida numa casa de farinha da comunidade de Santo Antonio da Aldeia. Nele, foram aplicados os conceitos, procedimentos e instrumentos da documentação museológica e da análise etnográfica. Tal metodologia produziu e registrou informações sobre as etapas iniciais, o processamento e a destinação final da farinha de mandioca. Também abordou a produção de outros alimentos feitos neste espaço, a exemplo do beiju e da tapioca. Além disso, documentou objetos e instalações utilizados para a produção da farinha, aspectos das relações socioculturais e expressões verbais corriqueiras relacionadas ao processo produtivo e à comunicação entre os agricultores (ANDRADE, 2010).

vem passando por mudanças na reprodução do trabalho agrícola, não apenas na realização da sua mais tradicional atividade agrícola, que é a produção da farinha de mandioca, mas também na execução doutras atividades. Tais mudanças foram impulsionadas pela valorização doutros produtos quando comparados com a farinha, tanto no valor da venda, quanto na mão de obra exigida para produzir. Após essas percepções, finalmente decidimos centrar a pesquisa nos impasses vivenciados pelos agricultores para desenvolverem as suas atividades agrícolas e como enfrentam essas dificuldades.

Apesar dos esforços de alguns pesquisadores como Silva & Costa (2002), Weisheimer (2012), Brandão (2014) e Pinto (2014) para caracterizar esses agricultores e demonstrar como a agricultura no Recôncavo baiano ainda se encontra em situação de desigualdades sociais; de invisibilidade da sua participação, como o papel das agricultoras e dos jovens; pouca organização produtiva e instabilidade econômica, a região ainda é carente de ações e estudos que venham a retratar a realidade mais ampla sobre a situação socioeconômica desses agricultores. Entender com mais precisão quais as maiores dificuldades encontradas no caminho desses produtores e os arranjos estratégicos que contribuem para a reprodução do seu trabalho agrícola, colocam-se ainda como desafios que esta pesquisa buscou enfrentar.

A partir dessas informações já construídas sobre a agricultura e os agricultores familiares do Recôncavo Baiano e sabendo da importância que a agricultura familiar possui para a região, atentando-se mais especificamente para a realidade do município de Maragogipe, faz-se o seguinte questionamento para problematizar a pesquisa: quais os impasses vivenciados pelos agricultores para reproduzirem o seu trabalho agrícola e como eles os enfrentam? Junto a isso, outras perguntas são feitas como alvos de preocupação:

1. Quais as mudanças no processo de trabalho familiar agrícola que viabilizam a reprodução da agricultura familiar?
2. Quais as estratégias adotadas para reproduzirem o seu trabalho como produtor agrícola?

## **1.1 Objetivos**

O objetivo geral da pesquisa é identificar as mudanças no processo de trabalho familiar agrícola para compreender os impasses e as estratégias que os agricultores estão utilizando para

superar as dificuldades e seguirem reproduzindo as suas atividades agrícolas e, conseqüentemente, o seu modo de vida.

### Objetivos específicos

1. Caracterizar os agricultores familiares da comunidade de Santo Antonio da Aldeia;
2. Analisar o processo de trabalho desses agricultores nas atividades agrícolas que desenvolvem;
3. Identificar os impasses que os agricultores enfrentam para reproduzirem o seu trabalho agrícola;
4. Investigar as formas de enfrentamento adotadas para superar esses impasses e permanecerem no campo.

## 1.2 Hipóteses

A construção desta pesquisa partiu da concepção de que os principais impasses para os agricultores continuarem reproduzindo as suas atividades no trabalho agrícola são a competição com a agricultura plenamente integrada ao mercado, o tamanho reduzido das propriedades, a falta de políticas de apoio adequadas à agricultura familiar, as quais reproduzem a lógica do agronegócio e o êxodo dos jovens para as cidades ou o interesse por outros serviços diferenciados da agricultura, visto que, a permanência ou saída de membros da família do ambiente rural influencia na reprodução do trabalho familiar agrícola. Supomos que a forma como eles enfrentam essas dificuldades seja através da: a) diminuição dos cultivos e beneficiamentos que demandam grande quantidade de mão de obra; b) reconversão produtiva para alimentos que demandam menos mão de obra e tem valor de mercado considerável se vendidos *in natura*; c) estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família e c) investimento mais contínuo no uso de maquinário no preparo da terra para suprir a carência da mão de obra familiar.

## 1.3 Caracterização do universo empírico da pesquisa

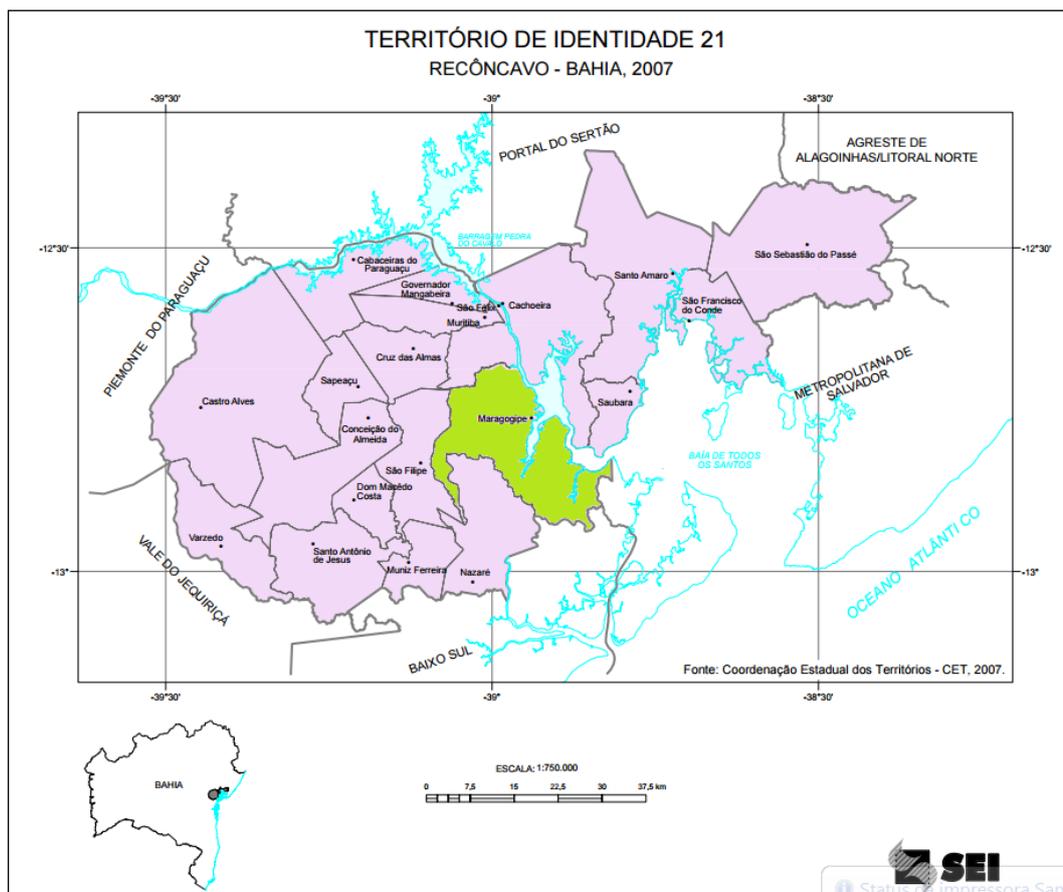
Maragogipe é um município localizado na região do baixo-sul do Recôncavo Baiano, a cerca de 134 km de Salvador. Sua localização também se caracteriza pela mesorregião Metropolitana de Salvador e microrregião de Santo Antônio de Jesus. Tem data de elevação a categoria de vila, em 1725, e à categoria de cidade, em 1850. Limita-se com os municípios de São Félix, Cachoeira, Nazaré, Jaguaripe, Saubara, Salinas da Margarida, São Felipe e com a Baía de Todos os Santos. Possui seis distritos: Maragogipe (sede municipal), Coqueiros, Nagé, Guaí, Guapira e São Roque do Paraguaçu, além de inúmeras comunidades e povoados.

O município fica exatamente ao fundo da Baía de Todos os Santos, no ponto de encontro do Rio Paraguaçu com o Rio Guaí. Sua área territorial compreende a 440,161 km<sup>2</sup>. Representa 0,08% da área total do estado da Bahia. Apresenta vasta riqueza no que diz respeito aos recursos naturais, com um ótimo potencial para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo ecológico, rural e principalmente o turismo náutico, incluindo a pesca desportiva.

No Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, Maragogipe registrou uma população de 42.815 habitantes. Segundo estimativas desse mesmo Instituto/2014, o município aumentou a sua população para 45.928 habitantes, sendo 26.177 urbana e 19.563 rural, o que representa a maior população rural entre os municípios da região do Recôncavo Baiano. O IDH, conforme o IBGE/2010 era de 0,621. IDH de renda 0,582. Já o PIB verificado no ano de 2012 pelo mesmo Instituto representava R\$ 453.179 e o PIB per capita era de R\$ 10.511,19. Em termos de produção econômica, esse município mantém-se principalmente pelo setor de serviços (R\$ 184.952), da indústria (R\$ 164.168) e da agropecuária (R\$ 40.700)<sup>3</sup>. Também se destaca a pesca como atividade tradicional importante na economia. Abaixo visualiza-se a localização do município de Maragogipe no mapa do Recôncavo Baiano:

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://cod.ibge.gov.br/1AZA>. Acesso em: 12 Mar 2015.



**Figura 1** – Mapa do território do Recôncavo da Bahia - com ênfase para Maragogipe.  
Fonte: SEI (2007).

O distrito de Nagé, juntamente com o de Coqueiros e São Roque do Paraguaçu são os que possuem dinamismo social mais semelhante ao da sede Maragogipe, com vias e praças calçadas, cartório de registros civis e notas, pousadas, restaurantes, lojas comerciais, mercados e demais serviços característicos da vida urbana, visto que, assim como a sede do município, as sedes desses distritos também são espaços considerados urbanos. Porém, as suas áreas rurais, cujas atividades agrícolas são predominantes, se estendem numa extensão territorial bastante ampla.

A comunidade de Santo Antonio de Aldeia fica localizada no distrito de Nagé, a cerca de 7 km da sede do município. Tem esse nome, pois existia nesta localidade uma tribo de índio descendente da tribo Maragy-pe, (a qual deu origem ao nome da cidade Maragogipe). Segundo relatos de estudiosos locais, essa tribo fora expulsa da sede Maragogipe pelos portugueses, vindo refugiar-se nas terras já conhecidas como de Santo Antonio. Com a presença indígena e

sua tradição de moradia conhecidas como “aldeias”, o local passou a se chamar Santo Antonio de Aldeia.

A comunidade é uma das maiores do município, composta por cinco povoados: Volta do U, Cinzeiro, Viração, Cobocó e a Vila de Santo Antônio. Segundo dados da Secretaria de Saúde do município, Santo Antonio de Aldeia possui 139 famílias e 399 pessoas. A Tabela 01 mostra esse quantitativo de famílias e pessoas distribuídas por povoado. O Povoado Vila de Santo Antonio, considerado a sede da comunidade é também aquele que possui o maior número de famílias (64) e de pessoas (195), abrigando praticamente metade dos moradores. O do Cobocó é o que têm o menor número de famílias (10) e moradores (28).

Tabela 01: Número de famílias e pessoas por povoado na comunidade de Santo Antonio de Aldeia

<b>Povoado</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Nº de Pessoas</b>
Vila de Santo Antonio	64	195
Volta do U	26	74
Viração	23	61
Cinzeiro	16	41
Cobocó	10	28
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>399</b>

Fonte: Secretaria de Saúde de Maragogipe, 2015.

É uma comunidade tradicionalmente ocupada por agricultores cujo processo produtivo é centrado na família com a participação esporádica de vizinhos a partir da sociabilidade local e o serviço pago de trabalhadores diários. Também se encontra professoras, pedreiros, motoristas, trabalhadoras domésticas, comerciantes, cuidadoras de crianças e idosos, aposentados, dentre outras ocupações que demonstra o quanto essas famílias estão se tornando pluriativas. Devido à proximidade da sede municipal, muitos moradores, especialmente os jovens, trabalham na cidade, mas residem na comunidade.

Na Vila de Santo Antonio fica localizada a única escola da comunidade. Esta oferece o ensino da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental. Ao concluírem essa etapa, os

estudantes são direcionados para as escolas localizadas na cidade. É também na Vila que fica a Igreja de Santo Antonio, construída em 1911 e marco religioso da comunidade.



**Figura 02:** Vila de Santo Antônio com vistas para a Igreja de Santo Antonio e a escola municipal ao lado. Fonte: Registro fotográfico realizado pelo autor em trabalho de campo, abril de 2015.

Quanto ao comércio, observamos cinco *vendas*<sup>4</sup> localizadas na Vila de Santo Antonio e uma na Viração, nas quais, comercializam pequenas quantidades de alguns produtos básicos de alimentação, limpeza, bebidas e gás de cozinha. Os moradores buscam por comprarem nesses estabelecimentos apenas nos momentos de urgência, ou seja, quando necessitam de algum produto e não podem se deslocar até à cidade para adquirir. As *vendas* também servem como bares para consumo de bebidas e se configuram como espaços de sociabilidade.

A produção agrícola da comunidade, voltada principalmente para o cultivo do inhame e aipim, dispõe de uma organização social no Povoado da Volta do U, que é a Associação dos

---

<sup>4</sup> Como são chamados na comunidade os estabelecimentos que atua com a comercialização de produtos, como bebidas e alimentos, a exemplo dos bares que também servem como pequenos mercadinhos nas cidades.

Produtores Rurais da Volta do U e Adjacências (APROVA). Falaremos mais sobre isso no capítulo 2.

#### **1.4 Métodos e técnicas de pesquisa**

Procuramos desenvolver esse estudo de caso com abordagens que venham trazer reflexões sobre o fazer ciência a partir de uma concepção hermenêutica, ou seja, se aproximar do objeto de forma que ele deixe de ser algo estranho e se torne familiar, tanto no seu contexto amplo, quanto nos caminhos específicos a serem percorridos. Segundo Boaventura Santos (1989), essa proximidade “torna-se, assim necessária para transformar a ciência, de um objeto estranho, distante e incomensurável com a nossa vida, num objeto familiar e próximo” (p. 11). O autor coloca que é necessário compreender a ciência como uma prática social de conhecimento numa relação hermenêutica (eu-tu), invés da relação epistemológica (eu-coisa). Nessa proximidade, envolvimento e construção que, a partir de uma visão crítica e dialógica do e com o senso comum, objetivamos produzir ciência.

Conforme Gil (2004), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo do objeto de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Para fazer uma investigação consistente do fenômeno e seu contexto de realidade é necessário se ater para várias fontes que tragam evidências da situação analisada. Desta forma, além de levantamento bibliográfico para dialogar as teorias na perspectiva da reprodução social da agricultura familiar com o presente estudo de caso, lançamos mão de buscar informações objetivas (dados socioeconômicos) sobre a produção agrícola e o perfil dos agricultores de Maragogipe em fontes como a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Secretaria Municipal de Saúde, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações de Produtores Rurais de três comunidades do município. Nesses locais, as informações ainda são escassas. Esses órgãos não dispõem de informações organizadas oriundas de suas ações acerca do público que lidam. Apenas a Secretaria de Agricultura e Pesca forneceu dois relatórios contendo dados gerais referentes à produção agrícola, ações e projetos desenvolvidos em parceria com a extinta Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)<sup>5</sup> e a Secretaria de Saúde que disponibilizou o quantitativo

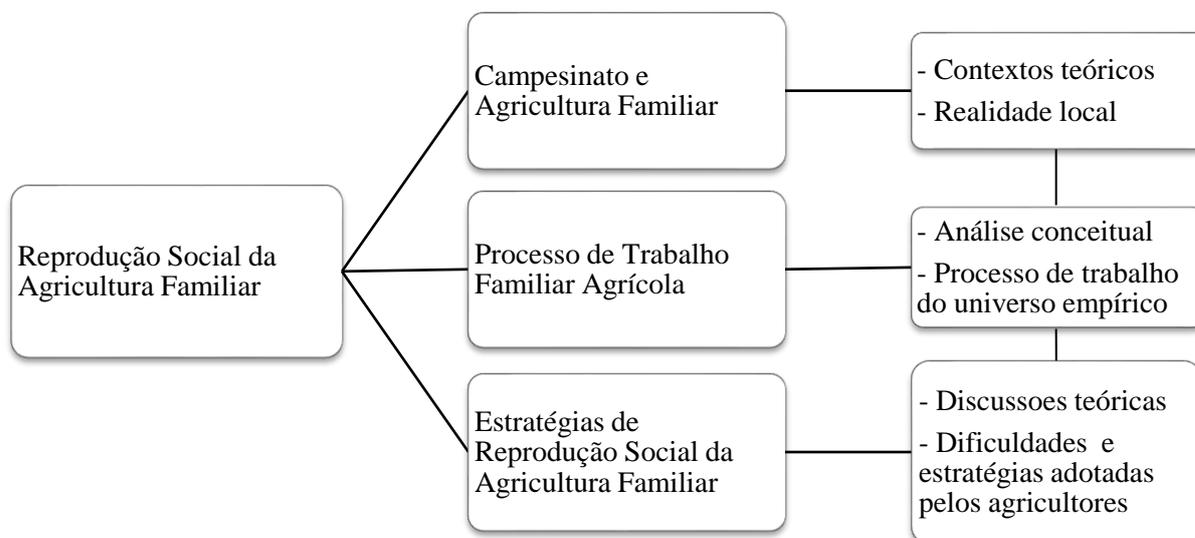
---

<sup>5</sup> No início de 2015, após reforma administrativa, o Governo do Estado Bahia resolveu extinguir a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) para ser substituída pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), no regime especial de administração direta, na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). A Empresa surgiu no ano de 1991, a partir da fusão entre a Empresa de Pesquisa

de famílias e moradores da comunidade. Entretanto o diálogo com líderes e demais pessoas vinculadas a essas instituições, contribuiu com informações orais acerca das suas atuações para com a agricultura do município.

Dados objetivos sobre a produção agrícola elaborado por instituições como Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA), Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA) e IPEADATA, também foram consultados.

Sendo assim, a pesquisa foi organizada pensando em relacionar contextos teóricos vinculados ao tema da reprodução social do trabalho agrícola com dados empíricos oriundos do trabalho de campo, conforme esquema abaixo:



Quadro 01: Esquema interpretativo conceitual da pesquisa. Fonte: Elaboração do autor, 2015.

---

Agropecuária da Bahia (Epaba) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater-BA). Configurada como uma sociedade, tinha como acionistas o Governo do Estado e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com maior abrangência e cobertura do Estado, no que se refere à pesquisa, assistência técnica e extensão rural pública gratuita. A empresa atuava 417 municípios baianos nas áreas de pesquisa agropecuária; assistência técnica e extensão rural (Ater); classificação de produtos de origem vegetal; fomento em agropecuária e agroindustrialização com sustentabilidade. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/noticias.governo-da-bahia-define-pela-extincao-da-ebda.81663>. Acesso em: 13 fev. 2015.

A escolha da comunidade de Santo Antonio de Aldeia, dentro do município de Maragogipe, deve-se ao fato do autor deste trabalho ter nascido, morado e trabalhado durante vinte anos na referida comunidade, assim, possui vínculos empíricos (materiais e simbólicos) com a realidade local, além de facilitar sobremaneira o deslocamento e acesso aos moradores no momento do trabalho de campo nos povoados. Porém, essa relação e proximidade do pesquisador com o objeto de pesquisa foi um aspecto de atenção e cuidado epistemológico.

Sabe-se que é inevitável a interação do pesquisador com o sujeito pesquisado e essa interação é complexa. Da Matta (1987), ao discutir que os fatos sociais são impossíveis de serem reproduzidos, mas podem ser observados, enfatiza que “[...] tanto o pesquisador, quanto sua vítima compartilham, embora muitas vezes não se comuniquem, de um mesmo universo das experiências humanas” (p. 23). Entretanto, devemos enfrentar as nossas próprias convicções e costumes, como: educação, interesses e preconceitos para que sentimentos pessoais não interfiram diretamente nas análises, resultados e conclusões do objeto pesquisado. O problema não é reproduzir ou observar, mas como observar.

Pensando na importância da observação sistemática, o trabalho de campo consistiu na presença nos cinco povoados da comunidade de Santo Antonio de Aldeia para dialogar com os agricultores e observar a dinâmica da produção agrícola local, atentando-se especialmente para as mudanças no processo de trabalho familiar que acabam influenciando na reprodução agrícola: suas dificuldades e estratégias que precisam tomar para continuarem plantando. Realizou-se observação participante, não participante, entrevistas abertas e análise do discurso proferido nestas entrevistas com 14 moradores de Santo Antonio de Aldeia.

Num universo de 399 moradores na comunidade, a decisão de selecionar 14 agricultores para serem entrevistados, refere-se à pesquisa qualitativa como escolha metodológica na coleta de dados. Procuramos explorar o sentido das informações construídas cotidianamente pelas pessoas, tendo em vista que “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2008, p. 68).

Antes da seleção dos entrevistados houve diálogos e observação não participante com diversos agricultores para sondar as suas características na atuação como agricultor e depois chegar à escolha daqueles a serem entrevistados individualmente e de forma aberta. Fizemos essa tarefa entre outubro 2014 a fevereiro de 2015 com esporádicas idas a campo. As conversas

possibilitaram ter uma visão geral sobre a agricultura praticada e o perfil dos agricultores da comunidade, a exemplo dos principais cultivos, o envolvimento da família e valor médio dos produtos vendidos. Posteriormente, as informações obtidas eram registradas em caderno de campo para organizá-las e acrescentar à pesquisa. Ao final dessas ações, chegamos aos quatorze (14) que mais despertaram o interesse para dialogar e obter mais informações conforme o foco da pesquisa. Para isso, foi fundamental praticar a observação participante durante algumas atividades desenvolvidas por esses agricultores. Essa interação possibilitou compreender detalhes importantes das suas organizações, linguagens, assim como interesses. Segundo Gaskell (2008) “na observação participante, o pesquisador está aberto a uma maior amplitude e profundidade de informação, é capaz de triangular diferentes impressões e observações, e consegue conferir discrepâncias emergentes no decurso do trabalho de campo” (p. 72). Foi uma troca de ideias e significados que se relaciona com os dados obtidos nas entrevistas e ampliou a percepção dos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

Na seleção foi priorizado agricultores dos cinco povoados da comunidade, abarcando idades e sexo diferentes. Porém, observamos maior presença de homens atuando na agricultura em relação às mulheres, logo, o número de agricultores entrevistados (nove) foi superior em relação às agricultoras (cinco). Além disso, procurou-se abarcar agricultores que: a) possuem filhos atuando consigo na unidade de produção familiar e os que não possuem; b) aqueles que dispõem de áreas maiores e os que são providos de pouca terra para produzir e também atuam como trabalhador diário nos *terreno dos outros* e c) agricultores que só atuam na agricultura e outros que praticam atividades além das agrícolas para complementar a renda. Assim, foi possível apresentar uma amostra qualitativa com diferentes situações e pontos de vistas da realidade analisada. A Tabela 02 mostra a relação dos entrevistados com algumas informações pessoais.

Tabela 02: Perfil dos entrevistados

Nº	Nome	Povoado	Idade	Cor	Escolaridade	Estado Civil
01	Adriane dos Anjos Andrade	Viração	28	Preta	Fund. completo	União estável
02	Carlos Alberto dos Santos	Vila	48	Parda	Fund. incompleto	Casado
03	Dionísio da Silva Andrade	Viração	64	Parda	Fund. incompleto	Casado
04	Fernando dos Anjos Barbosa	Cobocó	50	Amarela	Fund. incompleto	Casado
05	Hildebrando Caldas Barbosa	Vila	61	Branca	Fund. incompleto	Casado
06	Jorge Luis Neves da Conceição	Volta do U	39	Parda	Fund. incompleto	Casado
07	Maridalva de Jesus dos Santos	Cinzeiro	55	Parda	Fund. incompleto	União estável
08	Maria Barbosa	Vila	49	Branca	Fund. incompleto	Casada
09	Maria Mércia Andrade Prazeres Barbosa	Cobocó	47	Branca	Fund. completo	Casada
10	Maria da Paixão Barbosa	Volta do U	39	Branca	Fund. incompleto	União estável
11	Marcelo Vieira dos Santos	Cinzeiro	28	Parda	Médio completo	Casado
12	Odete Magalhães Oliveira	Volta do U	43	Branca	Fund. incompleto	Casada
13	Raimundo Vieira Barbosa	Vila	50	Parda	Fund. incompleto	Casado
14	Raimundo José Silva Reis	Cobocó	48	Branca	Médio completo	Casado

Fonte: Elaboração do Autor. Trabalho de campo, 2015.

Selecionamos quatro agricultores do Povoado Vila de Santo Antonio (3 homens e 1 mulher); três do Cobocó (2 homens e 1 mulher); três da Volta do U (2 mulheres e 1 homem); dois da Viração (1 mulher e 1 homem) e dois do Cinzeiro (1 mulher e 1 homem), totalizando quatorze.

A maioria dos agricultores entrevistados são casados e convivem com seus parceiros. Apenas três não possuem registros formais de união, mas moram juntos. Quanto a idade, mais da metade (nove) possuem de 30 a 50 anos; três acima disso (55, 61 e 64 anos) e dois possuem 28 (vinte e oito anos). Sobre a cor, com base no padrão utilizado pelo IBGE (amarelo, branco, pardo e preto): 06 se consideram pardos; 06 brancos; 01 preto e 01 amarelo. Quanto à escolaridade, 10 estudaram até o primeiro segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª séries do antigo primário); 02 possuem o ensino fundamental completo e 02 o médio completo. Dos que se consideram brancos, 01 possui o ensino médio completo, 01 o fundamental completo e 04 o fundamental incompleto. Dos pardos, 05 possuem o fundamental incompleto e apenas 01

concluiu o ensino fundamental, assim como a que se declarou preta. O que se declarou amarelo também não concluiu o fundamental, o que mostra a baixa escolaridade entre os agricultores pesquisados.

As entrevistas foram agendadas previamente com os agricultores e realizadas em abril de 2015, em suas casas, com exceção de uma que, por preferência do agricultor, realizamos na sua roça de plantação de inhame. Ele se disse mais a vontade para conversar naquele lugar. O ambiente físico/social, assim como o caráter aberto da entrevista não-estruturada, focalizada ou aberta, “provê profundidade qualitativa ao permitir que os entrevistados falem sobre o tema nas suas próprias estruturas de referência” (MAY, 2004, p. 149-150), ou seja, baseados em ideias e significados com os quais estão familiarizados. Para May, essa técnica permite que os significados que os indivíduos atribuem para os eventos e relacionamentos sejam entendidos nos seus próprios termos. O entrevistado está mais livre para falar, embora, obviamente, o pesquisador deve ter em mente uma meta ao conduzir a entrevista.

Entre os entrevistados, há dois casais: 1. Fernando dos Anjos Barbosa e Maria Mércia Andrade Prazeres Barbosa; 2. Raimundo Vieira Barbosa e Maria Barbosa. O objetivo inicial era entrevistar apenas as esposas, entretanto, os esposos também se mostraram interessados a participarem. Sendo assim, decidimos ouvi-los. Raimundo e Maria Barbosa foram entrevistados em dias diferentes. Já Fernando e Maria Mércia, por interesse do casal, foram entrevistados juntos. Pensamos que essa metodologia ajudou para que ambos se sentissem mais a vontade ao falar e lembrassem ao outro informações referentes aos assuntos abordados durante o diálogo. Em nenhum momento percebemos receios na fala de ambos por estar dialogando junto ao seu parceiro. Inclusive, Maria Mercia se mostrou bastante a vontade ao falar sobre as dificuldades da agricultora em conciliar com as atividades domésticas.

Tomamos o cuidado de comunicar e solicitar ao entrevistado o uso das suas falas e identidade na entrevista. Foi usado um gravador de áudio como instrumento de captação das informações, um caderno de campo para anotações e um tópico guia como recurso para lembrar aspectos a serem abordados em momentos necessários. As entrevistas duraram em média cinquenta e seis (56) minutos e contemplaram assuntos relativos à identificação pessoal do entrevistado, sua produção agrícola, o processo de trabalho, suas dificuldades e formas de enfrentamento. Também fizemos registro fotográfico durante a observação participante e não participante ao decorrer do trabalho de campo. Usamos algumas imagens nesta dissertação, as quais servem como recurso visual para ajudar na compreensão da realidade descrita.

## 1.5 Organização do trabalho

Essa dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, que é a introdução, apresentamos o tema que a pesquisa está inserida trazendo informações iniciais sobre a agricultura familiar e reprodução do trabalho agrícola, os problemas, objetivos, hipóteses, os aportes metodológicos e a caracterização da área de estudo. No segundo capítulo, procuramos discorrer sobre a modernização da agricultura relacionada à expansão do capitalismo no campo, as interpretações e teorias construídas acerca do campesinato, agricultura familiar e as novas ocupações e relações de trabalho no meio rural. Abordamos algumas das principais mudanças e discussões acerca do desenvolvimento rural no Brasil. Para isso, trazemos teorias de pesquisadores que tratam do assunto cujos conceitos estão postulados em âmbito geral e aqueles mais próximos das características observadas nos sujeitos da pesquisa. Ainda, no desenvolvimento desse capítulo 2, fizemos uma abordagem específica sobre a produção agrícola no Recôncavo Baiano e em Maragogipe, com destaque para as organizações de assistência a agricultura neste local.

A realidade do trabalho realizado pelos agricultores entrevistados é o que tratamos no capítulo 3. Inicialmente discorremos teoricamente sobre o processo de trabalho familiar agrícola que envolve esse cotidiano do trabalho de base familiar. Procuramos descrever quais são as atividades que os agricultores executam, as principais plantações, como elas são desenvolvidas, a obtenção e uso da terra, o período, a produtividade, o destino e comercialização da produção. Nisso, procuramos mostrar as ocupações diárias para a produção, as redes de sociabilidades e suas interferências no processo produtivo e o comportamento e posição da família durante esse processo de trabalho.

No capítulo 4 fizemos uma análise e discussão sobre os desafios da produção e as estratégias encontradas pelos agricultores para reproduzirem o trabalho agrícola. Mostramos algumas mudanças no cotidiano da comunidade sobre os trabalhos e ocupações desenvolvidos. Buscamos as opiniões sobre o contexto atual do trabalho no local e o comportamento dos agricultores frente a isso, assim como os valores, sentimentos, significados e emoções transmitidas através dos seus relatos. Por fim, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

## **2. CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: TEORIA SOCIAL E REALIDADE LOCAL**

Este capítulo está dividido em três partes. Primeiro discutiremos aspectos relativos aos novos contextos da agricultura no Brasil. Em seguida abordamos teorias construídas sobre as categorias conceituais do campesinato e da agricultura familiar. Num terceiro momento trazemos informações locais que caracterizam a agricultura e os agricultores do universo empírico da pesquisa.

Não pretendemos aqui fazer uma revisão sobre os estudos agrários que caracterizam o campesinato, a agricultura familiar e a reprodução social da agricultura na sua conjuntura ampla, mas evidenciar concepções teórico-metodológicas sobre as comunidades rurais e suas formas de reprodução social do trabalho agrícola, cujas contribuições teóricas possamos vincular às características observadas no modo de vida e organização produtiva no trabalho dos agricultores do Recôncavo Baiano, em especial aos da comunidade de Santo Antonio de Aldeia, dentro das mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, particularmente no que concerne ao processo de trabalho familiar agrícola.

### **2.1 Algumas considerações sobre o meio rural brasileiro**

Nas últimas décadas o meio rural no Brasil modificou-se de tal forma que as discussões sobre o que é rural e urbano tornaram-se cada vez mais frequentes na perspectiva de entender com mais precisão esse novo espaço rural chamado não agrícola e os processos sociais transcorridos dentro das categorias conceituais da agricultura camponesa, agricultura familiar e agronegócio. Os espaços rurais e urbanos encontram-se numa relação dinâmica, os quais interagem e se complementam num processo diversificado de atividades. Tudo isso, frente às exigências do mercado moderno capitalista que traz consigo uma série de mudanças estruturais na produção agrícola, na vida social das comunidades e dos seus moradores.

Definir com exatidão o que é rural continua numa discussão interminável, ainda mais que, no Brasil, a classificação do que é rural se baseia na definição de cidade, ou seja, tudo que

não é cidade é rural, logo a diferenciação espacial entre esses dois ambientes estaria restrita a essa condição. Kageyama (2006, p. 243) descreve que, embora não tenha uma definição estabelecida sobre o que é rural, alguns aspectos são consenso como características fixas e marcantes da ruralidade. São eles:

- a) rural não é sinônimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola;
- b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtivas, ambiental, ecológica, social);
- c) as áreas rurais tem densidade populacional relativamente baixa;
- d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas.

Kageyama ainda critica o exagero do grau de urbanização das áreas, pois, além de considerar urbana a sede do município (cidade), também inclui a sede dos distritos (vila) como espaço urbano, independente das características que o compõe, deixando para o rural aqueles espaços de cunho eminentemente agrícola. Porém, como discutido acima, o ambiente rural é diversificado em suas atividades e não apenas restrito à agricultura. Esse é um dos principais motivos pelo qual a relação campo/cidade se torna cada vez mais intensa e complexa. Há uma crescente ampliação dos serviços executados no interior das comunidades rurais e o interesse dos agricultores por atividades nas áreas urbanas dos municípios. Isso aproxima não apenas o trabalhador rural e suas colheitas do consumidor residente na área urbana, mas também o modo de vida de cada um e os interesses do agricultor em ampliar a sua capacidade de atuação cujas atividades ultrapassam as agrícolas. Surgem novas funções e atores sociais que influenciam na produção e renda das famílias rurais. Discutiremos mais sobre isso ao falarmos da pluriatividade no meio rural.

Segundo Schneider (2010) o surgimento desse novo rural brasileiro está vinculado ao processo de modernização da agropecuária, concentrada, especialmente nas regiões centro e sul do Brasil, junto com ela diminuiu as diferenças que caracterizam o espaço urbano e o rural. Isso trouxe uma nova concepção sobre o meio rural e diversificou as suas atividades para além da agricultura. Para este autor:

O surgimento do novo rural brasileiro decorre do próprio processo de modernização conservadora da base tecnológica da agropecuária. Quando este processo se completa, no final da década de 1980, especialmente nas regiões centro e sul do Brasil, emerge no meio rural uma nova conformação econômica e demográfica que possui como característica fundamental a redução crescente das diferenças entre o urbano e o rural,

especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, devido ao crescimento da população ocupadas em atividades não agrícolas. O rural deixa de ser “sinônimo de atraso” e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma das suas atividades (SCHNEIDER, 2010, p. 521).

Novas técnicas e modificações intensas nas relações de produção passam a predominar no cotidiano dos agricultores e o seu processo de trabalho vem a ser acrescentado por incentivos governamentais, uso de novas tecnologias, subordinação à produção industrial, diversificação e racionalidade produtiva agregada ao mercado. Nisso, as famílias rurais que possuem pequenas propriedades de terra foram as que mais sofreram impactos na sua organização produtiva e reprodução do trabalho agrícola familiar. Costumes e formas tradicionais das relações sociais, da cultura e das ações comunitárias foram afetadas e a produção voltada para subsistência, onde apenas os excedentes eram comercializados, passa a ter um direcionamento maior para o mercado, com ações especializadas e uso de equipamentos.

Dentre os estímulos do governo para impulsionar a modernização, destaca-se o crédito rural. Este levou os grandes proprietários a investirem ainda mais e continuarem na posição de grandes produtores, visto que dispunha do apoio público e privado para se modernizarem. Para Elesbão (2007, p. 51) “isso permitiu unir os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização e possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico através de uma política monetária expansionista”. Como esse processo não modificou as relações de poder e nem alterou a estrutura da propriedade de terra, convencionou a chamar de “modernização conservadora”.

Jaime Stoffel (2004) ao analisar as diferentes formas de organização produtiva no oeste do Paraná a partir da modernização da agricultura, enfatiza que na região Sul do Brasil houve uma considerável integração com as agroindústrias e a pequena produção agrícola familiar passou a se desenvolver de forma altamente tecnificada e mercantil. Também destaca as mudanças na vida do pequeno produtor familiar da região Nordeste, na qual o seu trabalho aos poucos foi se submetendo aos grandes proprietários. Houve aumento da demanda por produtos agrícolas e o surgimento de novos papéis da agricultura no mercado e nas políticas governamentais. Isso ampliou a diversificação das suas formas de organização produtiva, nas relações de produção e nos costumes tradicionais desses pequenos produtores. Segundo Stoffel:

As diferentes formas de desenvolvimento da agricultura no Brasil levaram a formação de distintos modelos da pequena produção agrícola familiar nos mais diversos segmentos produtivos agrícolas e regiões do País. Esta diversidade abrange desde a pequena produção agrícola familiar descapitalizada e subordinada às grandes propriedades no Nordeste, até a pequena produção agrícola familiar de propriedade própria e relativamente autônoma da grande propriedade no Sul do Brasil. Ambas tiveram desdobramentos significativos nos últimos anos, principalmente como consequência do processo de modernização. (STOFFEL, 2004, p. 11).

Conforme aponta Stoffel, mesmo com diferenças no modelo de desenvolvimento da agricultura nas regiões brasileiras, as mudanças nos setores produtivos foram significativas com o processo da modernização, principalmente para os pequenos produtores. Tanto a produção agrícola familiar mais autônoma da região Sul, quanto os produtores do Nordeste - mais subordinados ao capital dos grandes proprietários – tiveram que mudar e diversificar a sua forma de organização produtiva, vista a necessidade de novas demandas do mercado e técnicas produtivas.

Ainda sobre o contexto histórico referente às modificações da agricultura brasileira, observa-se que, a partir da década de 1960 houve uma participação mais efetiva do Estado para incentivar a modernização da agricultura e o aumento da produtividade. Weisheimer (2004) discorre sobre esse impulso de modernização e as consequentes mudanças na organização da produção e das relações sociais nas décadas de 1960 e 1970. Para este autor, esse modelo de desenvolvimento agrícola não foi capaz de resolver os problemas que afetavam a vida do trabalhador camponês e sua subordinação às relações pré-capitalistas. A questão da concentração da propriedade da terra estaria como aspecto fundamental nesse processo:

Os anos de 1960 e 1970 foram marcados pela intensificação das políticas de “modernização da agricultura”, o que significou a implementação de inovações tecnológicas promovidas através de apoio do Estado. Além de aumentos nos índices de produtividade agrícola, esse processo resultou em novas formas de organização da produção e relações sociais no campo. Seu modelo de desenvolvimento apontava para a sociedade urbano/industrial, sendo o rural sinônimo de arcaico. Enfatizava também a necessidade de libertar o camponês das antigas relações pré-capitalistas de trabalho no campo, mas o fez às custas de um enorme êxodo rural. Isto porque esta modernização foi incapaz de resolver os problemas da concentração da propriedade da terra; à qual permanecem subordinados os trabalhadores rurais, limitando a qualidade de vida das populações do campo e da cidade (WEISHEIMER, 2009, p. 91).

Essas décadas estiveram marcadas com perspectivas de progresso para a agricultura brasileira por via da modernização, na qual o uso racional da terra e demais recursos produtivos seriam fundamentais para assegurar o desenvolvimento amparado numa agricultura moderna. Portanto, as mudanças no setor agrícola brasileiro estiveram limitadas a um capitalismo baseado na propriedade da terra, logo a situação dos trabalhadores camponeses para continuarem produzindo no campo se tornou mais difícil e a saída do ambiente rural foi uma das principais estratégias para sua sobrevivência.

Mesmo com grandes transformações na estrutura da produtividade agrícola brasileira, a questão da propriedade de terra continuou nas mãos dos grandes proprietários, logo é de se concluir que essas mudanças não se estenderam para a estrutura fundiária. A concentração de terra que vem acompanhada da centralização de capital causou efeitos nas pequenas propriedades e suas tradições camponesas de produção familiar. De acordo com Moreira (1999) ocorreram efeitos como:

(1) a perda da propriedade familiar pela impossibilidade de reproduzir-se enquanto proprietário; (2) a tecnificação da pequena produção subordinada à agroindústria, com liberação de força de trabalho familiar que emigra; (3) a queda do excedente de valor retido pelo produtor familiar – após a reposição dos custos de materiais, força de trabalho de terceiros e juros – inviabiliza a reprodução familiar, forçando a redução do tamanho da família pela migração seletiva de seus membros (MOREIRA apud ELESBÃO, 2007, p. 53).

Nazareh Wanderley (2003) ao discutir sobre o capitalismo que se desenvolveu no setor agrário brasileiro, afirma que, foi um capitalismo sempre vinculado na propriedade da terra e isso implicou na forma de modernização que qualificou a agricultura. Para a autora esse modelo de modernização centrado no “comando da terra” também seria responsável por determinar o “lugar” do campesinato na sociedade brasileira. “Trata-se igualmente de um lugar subalterno e subordinado que submete o campesinato a um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução” (WANDERLEY, 2003, p. 56).

Desta forma, faz-se necessário tecer uma discussão sobre a agricultura camponesa, suas tradições e os rumos com a expansão do capitalismo no campo, assim como as inferências acerca da agricultura familiar dentro desse contexto moderno de produção. Argumentos

defendidos por autores aqui analisados nos trazem diversas posições acerca dos caminhos tomados por essa agricultura e a emergência da categoria agricultura familiar.

## **2.2 Campesinato e Agricultura Familiar: contextos teóricos**

Entre as principais interpretações e teorias construídas acerca dessas categorias, destaca-se a corrente que analisa o campesinato a partir de relações não capitalistas de produção, na qual as transformações sofridas por meio da inserção do capitalismo no campo e a modernização da agricultura não foram suficientes para mudar os seus costumes e identidade como camponês. Isso ainda estimulou para que esses trabalhadores pudessem criar estratégias de reprodução social da sua identidade (MARTINS, 1979).

Outra concepção afere que as transformações causadas pelas relações capitalistas de produção teriam transformado o camponês tradicional num trabalhador profissional proprietário dos seus meios de produção, pois, os princípios que norteavam o modo de produção camponês foram desaparecendo com a expansão das relações mercantis, a adesão às novas tecnologias e a subordinação do trabalho ao capital (ABRAMOVAY, 1998). Para nos ajudar a compreender esses elementos do modo de vida camponês, os quais foram se perdendo com as relações capitalistas, Weisheimer (2009) destaca:

:

Percebe-se que os princípios que estruturavam as sociedades camponesas eram a racionalidade econômica incompleta e os vínculos sociais dados pela tradição e pelas relações personificadas. Nesse caso, a vida em comum a racionalidade econômica incompleta e os vínculos sociais dados pela tradição e pelas relações personificadas que operavam com base na reciprocidade - o direito à subsistência e à reciprocidade aparecia como princípios morais que norteavam a “vida da aldeia”. A reciprocidade era um dos princípios estruturadores da vida social e material das formações econômicas anteriores ao capitalismo. Assim, a especificidade do campesinato residiria na existência de um código de conduta partilhado comunitariamente até por setores sociais antagônicos, que funcionaria como princípio estruturador da vida social (WEISHEIMER, 2009, p. 101).

Portanto, a reciprocidade era um dos elementos fundamentais dentro das relações de produção camponesas. O camponês tradicional estaria centrado dentro da unidade familiar

como a base da sua organização social no trabalho com a terra e a criação de animais como meios de subsistência. Esta análise reflete o modo de vida das pequenas comunidades rurais sem interferências ou envolvimento com organizações exteriores, embora sujeitos a isso (ABRAMOVAY, 1998). Ainda, segundo Abramovay:

“as mudanças sofridas pela produção familiar na agricultura de hoje são tão profundas que se não se encaminharam no sentido da diferenciação social, por outro lado não permitiram que as características centrais da produção camponesa permanecessem” (ABRAMOVAY, 1998, p. 57).

Assim, o processo de expansão capitalista - dinâmica da acumulação do capital - impôs profundas mudanças à lógica tradicional camponesa e levou a perda da hegemonia de elementos marcantes do seu modo de vida como os vínculos sociais de solidariedade e reciprocidade, o trabalho de base familiar com a produção variada de alimentos, o acesso estável a terra e maior grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, perante o mercado. Essa estrutura tradicional da sociedade camponesa é modificada a ponto de torná-los em agricultores modernos integrados ao mercado global e na (WEISHEIMER, 2009, p. 102).

Outra corrente teórica sobre as sociedades camponesas tradicionais parte do entendimento que o camponês, embora tenha passado por transformações no seu sistema produtivo e se tornado um agricultor moderno, não representa uma ruptura com suas raízes históricas firmadas na tradição camponesa (WANDERLEY, 2003).

Desta forma, Wanderley (1999) analisando o contexto brasileiro, considera que esse agricultor moderno, mesmo inserido no mercado e adotado os meios modernos de produção e comercialização, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999, p. 52). Essa autora enfatiza que cabe ao pesquisador identificar elementos que condicionam e caracterizam as rupturas e continuidades entre tradições camponesas e os agricultores modernos inseridos na noção de agricultura familiar, mediante as mudanças ocorridas com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Sendo que, essa permanência de elementos camponeses no agricultor familiar fortalece a sua capacidade e

adaptação às exigências introduzidas na sociedade com os novos contextos econômicos e sociais.

Seguindo essa perspectiva, Stoffel (2004) descreve que a modernização agrícola, além de causar a posição de subordinação da pequena produção familiar à produção industrial, destruiu a economia de subsistência e o equilíbrio do homem no campo, de onde mantinha uma relação estável de dependência com os recursos naturais e os meios para se reproduzir socialmente. Esses pequenos produtores se viram obrigados a abandonar a sua forma de organização produtiva voltada para a subsistência, substituindo produtos tradicionais por outros direcionados para a comercialização. Essas modificações levaram esse agricultor ao patamar moderno e a desenvolver novas formas nas relações e processos produtivos, porém, ainda com aspectos da sua organização anterior, ou seja, os valores camponeses:

A pequena produção agrícola familiar, passa, nesse momento a se reproduzir e a se adaptar, num contexto socioeconômico próprio do sistema capitalista, que a leva a realizar modificações no seu jeito de produzir e no seu jeito de viver. Mas, estas mudanças não caracterizam um abandono total, ou uma ruptura generalizada e definitiva com a forma anterior de produção. Embora haja a necessidade de adaptar-se às novas exigências da sociedade moderna, este pequeno agricultor familiar ainda traz consigo e mantém certas tradições e costumes da cultura camponesa, herdada dos seus antepassados (STOFFEL, 2004, p. 45).

Essa crescente produção voltada para os mercados visando atender as unidades industriais de forma especializada, causa um distanciamento entre o produto final e o trabalho realizado pelo agricultor, isto é, o resultado do seu trabalho passa a representar apenas um objeto para ser vendido, logo a utilidade principal não é para quem o produziu e sim para as indústrias. A essa forma de organização e relação produtiva, Ploeg (2008) vem a chamar de “Império”:

O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. (PLOEG, 2008, p. 20).

Esse processo difere da lógica camponesa, na qual os agricultores participam de todo o processo de produção e, ainda que destine parte dela para o mercado, o seu objetivo é produzir para a subsistência da família, ou seja, primordialmente, o camponês planta para o consumo. A sua organização dos processos agrícolas de produção e reprodução difere de outros modos de fazer agricultura através das práticas informadas e do envolvimento dos atores com o destino do seu produto e os elementos a ele relacionados (PEREIRA, 1973).

O estudioso russo Alexander Chayanov foi um dos teóricos que mais contribuíram para os estudos das unidades familiares de produção na agricultura, com destaque para o campesinato. Para Chayanov, esse tipo de produção possui condições específicas que diferenciam da unidade de produção capitalista. Na produção familiar inexistente a mais-valia. O produtor familiar é um proprietário que trabalha. Não há uma apropriação do trabalho alheio nas formas familiares de organização do trabalho agrícola. O produtor familiar e sua família são os responsáveis pela propriedade do estabelecimento. Abramovay (1998) discorrendo a respeito das percepções de Chayanov sobre o papel desempenhado no trabalho camponês, afirma que a base desse trabalho é assegurar as necessidades familiares:

O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo. Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho (ABRAMOVAY, 1998, p. 61).

A intensidade do trabalho fica dimensionada ao tamanho da família e o valor que esta atribui ao seu esforço depende da estimativa em relação ao trabalho, visando à satisfação ou não das necessidades de consumo. A família junto a seus estabelecimentos deve gerir os recursos necessários e prover a sua reprodução social.

Ploeg (2008) procurando ampliar o debate e atestar a presença do campesinato nas atividades agrícolas contemporâneas, chama a atenção para a condição e o modo camponês de fazer agricultura dentro do processo de produção. Destaca que a agricultura camponesa está longe da estagnação e do atraso agrícola. A melhoria e autonomia da base de recursos das unidades agrícolas camponesas estariam no processo de trabalho, pois, através dele que o

progresso se constrói e melhora a qualidade e produtividade dos recursos essenciais para a produção agrícola. Segundo Ploeg:

Durante o processo de trabalho, os atores envolvidos também constroem, reconstróem e desenvolvem uma combinação de recursos específica, equilibrada e harmonizada. Ou seja, eles constroem um estilo de agricultura e estabelecem uma ligação específica entre esse *estilo de agricultura* e o mundo exterior (PLOEG, 2008, p. 43).

Essa concepção otimista e continuada do processo de trabalho camponês trazida por Ploeg atesta a permanência de valores camponeses na produção agrícola e a sua autonomia frente às relações estabelecidas com os mercados. Uma relação na qual o camponês controla, constrói e reconstrói o processo de trabalho para evitar as armadilhas encontradas nas relações com o mundo exterior. Essas relações externas são construídas, mantidas e alteradas de acordo com o perfil cultural dos locais centradas na questão da desconfiança. Ao perceber alguma relação de dependência nos seus contatos externos, mesmo que demonstre possibilidades para ajudar, causa desconfiança, logo, é um risco para a sua autonomia. Observa-se que, para Ploeg a preservação da autonomia do processo de trabalho na agricultura camponesa é fundamental para a sua permanência, mesmo em contato com o mundo exterior.

Contudo, enquanto estudos realizados há décadas já vinham discutindo o campesinato do ponto de vista do seu desaparecimento - pois os elementos que definem as sociedades camponesas como o trabalho de base familiar e as relações de reciprocidade foram se perdendo a partir da adesão as formas de organização capitalista, voltadas para o lucro e o mercado (PEREIRA, 1973) - Ploeg, num estudo mais recente, como discutido acima, se esforça para mostrar as reestruturações e continuidade do campesinato na agricultura brasileira.

Segundo Ploeg, em cada período histórico o processo de acumulação do capital engendra seu próprio campesinato, constituindo agentes sociais históricos específicos de origem diversificada e com trajetórias diferentes. Por outro lado, a contínua ruptura da tradicional categoria campesinato, vem sofrendo ao longo do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura e penetração do capitalismo no meio rural profundas transformações que propiciaram o surgimento de novas categorias teóricas, onde se destaca a da agricultura familiar, que se configura numa nova identidade do produtor rural moderno (ABRAMOVAY, 1992). Sendo assim, Abramovay (1997), traz uma definição conceitual para a agricultura familiar, na qual valoriza os elementos endógenos dessas unidades familiares:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que essa definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas diferentes representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

De acordo com Schneider (2003), o debate sobre a agricultura familiar ainda é recente no Brasil e não possui contornos definidos. Foi a partir dos anos de 1990 que houve uma mudança de percepção sobre o assunto por meio de estudos pioneiros<sup>6</sup>. Porém, a afirmação no cenário nacional e político brasileiro só veio após a legitimação do Estado ao criar o PRONAF, em 1996, após as pressões do movimento sindicato rural realizadas desde a década de 1990. Para este autor o PRONAF “nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinha sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade” (SCHNEIDER, 2003, p. 32).

O agricultor familiar passou a ser reconhecido diferentemente do habitual “pequeno produtor”, denominação construída, especialmente na década de 1970. Para Schneider, “a utilização do termo “pequena produção” contribuiu, portanto, para criar uma outra conotação, menos politizada e estigmatizada do que a do campesinato” (2003, p. 33). Entretanto, a utilização desse conceito não foi suficiente para provocar o abandono da noção de campesinato.

Percebeu-se maior importância na produção familiar para a agricultura do país e posicionamento desses agricultores frente ao mercado. A agricultura familiar então se estrutura como uma nova categoria política e funções consideradas mais relevantes. Esse tipo de agricultura demonstrou capacidade de buscar a tomada de crédito junto às instituições financeiras, comportamento de interação com a inovação tecnológica e a constante modificação

---

<sup>6</sup> Entre os estudos publicados em português, destacam-se os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e de Lamarche (1993, 1999). Esses trabalhos tiveram o grande mérito de revelar que na maioria dos países desenvolvidos a agricultura familiar já é uma forma social legitimada e reconhecida e a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva (SCHNEIDER, 2003).

e aprimoramento do processo produtivo, além da produção não ser exclusiva para o mercado interno e nem para subsistência. Seguindo essa concepção, Wanderley destaca:

Os mecanismos de subordinação e de enquadramento dos agricultores familiares provaram, pelo seu sucesso em todos os países, que eles podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto mais efetivamente integrados aos mercados modernos. Isso não impede, no entanto que a subsistência familiar, inclusive sob a forma de autoconsumo, e a diversificação das atividades permaneçam objetivos constantemente renovados (WANDERLEY, 2003, p. 50).

Conforme a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006<sup>7</sup>, considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade; possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento ou empreendimento rural; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e, por fim, dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores e quilombolas, que se enquadram nesses critérios, também são considerados agricultores familiares (BRASIL, 2006).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, pela primeira vez foi relatada a realidade brasileira no que concerne a agricultura familiar brasileira. Essa forma de produção agrícola responde por cerca de 38% (ou R\$ 54,4 bilhões) do valor total produzido pela agropecuária do país. A produção vegetal gerou 72% do valor da produção da agricultura familiar, especialmente com as lavouras temporárias (42% do valor da produção) e permanentes (19%). Em segundo lugar vinha a atividade animal (25%), especialmente com animais de grande porte (14%). Em termos absolutos, são 4,36 milhões de estabelecimentos agropecuários. Porém, a área ocupada pela agricultura familiar era de apenas 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. Isso revela uma concentração fundiária e uma distribuição desigual de terras no Brasil. Ao realizar uma média do tamanho das propriedades familiares e não familiares, teria, respectivamente, 18,37 e 309,18

---

<sup>7</sup> Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

de hectares. Observa-se que a diferença entre minifúndio e latifúndio é muito grande (BRASIL, 2006).

Outros dados interessantes referem-se à ocupação da terra pela agricultura familiar. Dos 80,25 milhões de hectares de área da agricultura familiar, 45,0% destinavam-se às pastagens; 28,0% eram compostos de matas, florestas ou sistemas agroflorestais e 22% de lavouras. Segundo o IBGE, a agricultura familiar era responsável por grande parte da produção de alimentos no país, conforme a tabela abaixo.

Tabela 03: Principais alimentos produzidos no Brasil a partir da agricultura familiar

<b>Produto</b>	<b>Participação</b>
Mandioca	87,0%
Feijão	70,0%
Suínos	59,0%
Leite	58,0%
Aves	50,0%
Milho	46,0%
Café	38,0%
Arroz	34,0%
Bovinos	30,0%
Trigo	21,0%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Apesar da importância da agricultura familiar para o país, as políticas públicas adotadas ainda privilegiam os latifundiários. Como exemplo, cita-se o plano de safra 2011/2012, em que R\$ 107 bilhões foram destinados à agricultura empresarial enquanto que apenas R\$ 16 bilhões foram destinados aos produtores familiares. Apesar disso, a agricultura familiar gera, em média, 38% da receita dos estabelecimentos agropecuários do país e emprega aproximadamente 74% dos seus trabalhadores agropecuários. A partir de dados como estes, a agricultura familiar passou a ser considerada estratégica para o desenvolvimento do país, seja pela oportunidade de gerar emprego e renda, seja pela sua importância na oferta de alimentos.

A região Nordeste apesar de deter praticamente metade dos estabelecimentos agrícolas familiares do país (49,7%), possui a menor área média por estabelecimento na agricultura familiar (17 ha) e a segunda menor na agricultura patronal (269 ha). Valores inferiores às

medias do país (26 e 433 ha, respectivamente). A Região também apresenta as menores rendas médias totais e monetárias por estabelecimento, seja na agricultura familiar, seja na patronal. As rendas total e monetária da agricultura patronal nordestina são aproximadamente 52% das médias do país, já na agricultura familiar esse quadro é bem distinto: a renda total média do Nordeste é apenas 43% da brasileira e a renda monetária média é ainda inferior, somente 39% (MESQUITA, 2013).

No país, a Bahia é o Estado que mais possui estabelecimentos agropecuários, com 665.831, equivalente a 15,2% do total nacional e 30% da Região Nordeste. Também é o Estado que detém a maior área ocupada com estabelecimentos familiares entre as unidades federativas, com 9.955.563 ha (12%). No entanto, quando se refere à média de hectares por estabelecimento, o Estado ocupa o terceiro lugar na Região Nordeste, com 15 hectares. Os Estados do Maranhão e Piauí estão à frente, ambos com 17ha/estabelecimentos (BRASIL, 2006). Na produção da agricultura familiar do Estado, destacam-se, respectivamente, os seguintes produtos: mandioca (91%), feijão (83%) e o leite de cabra (77%) (BRASIL, 2009).

Fatores técnicos e sociais são determinantes para a baixa produtividade da agricultura familiar baiana, ou seja, carece de intervenções econômicas e políticas sociais para aumentar a sua produção. A falta de orientação técnica, condições vulneráveis de escolaridade, atraso tecnológico e o baixo rendimento financeiro aparecem como obstáculos que dificultam à população rural a encontrar os caminhos de desenvolvimento e maiores oportunidades para competir com os mercados mais amplos, melhorar a renda e reduzir a sua vulnerabilidade agrícola. Essa situação é a que observamos no cotidiano do trabalho dos agricultores familiares da comunidade de Santo Antonio da Aldeia. A carência estrutural e de informações resulta, especialmente, na desvalorização dos seus produtos quando colhidos e direcionados para o mercado, visto que, diferentemente do modo de produção camponês e mais próximos dos agricultores familiares modernos, esses agricultores destinam a maior parte dos seus produtos para o mercado. Falaremos mais sobre isso no capítulo 3.

### **2.3 Aspectos da Agricultura no Recôncavo Baiano**

O Recôncavo Baiano, tradicionalmente, sempre foi uma terra produtiva. Conhecida como uma das regiões mais antigas no processo de ocupação do território brasileiro, nela concentrou-se grande interesse europeu em busca da exploração econômica nas novas terras ocupadas. Esta região foi cenário de intensas plantações agrícolas que culminou como a hegemonia produtiva da colônia em diversos períodos dos séculos XVIII e XIX (BARICKMAN, 2003).

Inicialmente, no entorno da foz do rio Paraguaçu, surgiu o cultivo da cana-de-açúcar, depois, com a ocupação das áreas situadas mais para o interior - circunvizinhas às áreas de cana-de-açúcar - instala-se a produção fumageira. Aspecto que trouxe prestígio e riqueza para a região, entrando em decadência na primeira metade do século XX. Marcas de ocupações rurais e urbanas desse tempo ainda estão visíveis nos dias de hoje e retratam momentos áureos de um território que ainda luta para se reerguer economicamente e desenvolver uma economia agrícola pautada num novo contexto produtivo e comercial.

Sendo assim, por muito tempo a agricultura formou a base da estrutura econômica do Recôncavo baiano. Embora próximo de Salvador - principal centro urbano do Estado - ao longo da sua evolução histórica, desenvolveu-se no território uma economia de cunho eminentemente rural, com esparsas concentrações populacionais. Durante o seu processo de ocupação, o Recôncavo Baiano presenciou, em paralelo às culturas da cana e do fumo, o desenvolvimento de outras atividades agrícolas consideradas secundárias, como a mandioca e o feijão. Visavam à produção de culturas alimentícias para o abastecimento do conjunto de cidades que faziam parte do circuito da produção de cana-de-açúcar, incluindo a cidade do Salvador.

Com a decadência econômica no comércio do fumo e da cana-de-açúcar, a plantação da mandioca, por exemplo, foi intensificada e tornou-se uma dos produtos mais representativos na economia de subsistência familiar em muitas cidades do Recôncavo, dentre elas, Maragogipe. Portanto, o trabalhador rural se encontra no início da história socioeconômica da região, na qual se articulam relações fundamentais entre terra, capital e o trabalhador, especialmente por ser uma localidade historicamente identificada com a economia de subsistência (SANTOS, 2013).

Sua terra fértil, povoada e diversificada faz crescer e expandir o que se planta de forma contínua a partir de uma boa ligação com o mercado externo. Neste sentido, observa-se que a região apresenta uma significativa dinâmica territorial. Novas ocupações, espaços e plantações são estabelecidos e (re) configurados para atender as demandas econômicas vigentes que

chegam à localidade. Essas reestruturações na produção agrícola e nos demais espaços rurais provocam mudanças nas relações sociais, especialmente dos agricultores, seus familiares e de quem vive das atividades desses trabalhadores e suas plantações (WANDERLEY, 2003).

Essa breve alusão do contexto histórico da produção agrícola na região do Recôncavo Baiano ajuda a compreender como a sua conjuntura de desenvolvimento econômico está intimamente baseada nas atividades agrícolas. Essa dinâmica de ocupação do espaço agrícola e produção regional continua presente através do trabalho dos agricultores familiares, que, mesmo atuando ainda de forma pouco moderna e competitiva potencializa a economia local e responde pelo consumo alimentar da maioria da sua população.

Weisheimer (2012), utilizando-se de dados da SEI-BA dos anos de 2006, 2009 e 2010, nos traz um mapeamento socioeconômico sobre o Recôncavo, com destaque para a produção agrícola. Chamamos a atenção para a majoritária presença da agricultura de base familiar na Região, a diversidade da produção e o plantio da mandioca como o único produto cultivado em todos os municípios, conforme veremos nas descrições que se seguem.

O Recôncavo possui uma área de 5.250,51 quilômetros quadrados e uma população estimada de 576.658 habitantes, destes, 180.633 residem na área rural (SEI, 2009). O Produto Interno Bruto (PIB) verificado em 2006 pela SEI foi de R\$ 9.027,20 milhões, sendo R\$ 208,88 milhões do setor agropecuário. A mão de obra encontra-se ocupada principalmente no setor de serviços.

Nesta região, predominam os pequenos estabelecimentos agrícolas com área menor do que 10 hectares. A produção agropecuária representa 2,62% no total do estado da Bahia. No âmbito geral, entre os principais produtos agrícolas cultivados na maioria dos municípios, destacam-se a mandioca o milho, o amendoim, o feijão em grãos e o fumo. A mandioca é o produto mais representativo entre as lavouras temporárias, pois é o único cultivado em todos os municípios da região e possui a maior área plantada e colhida, com 21.120 hectares. Com uma área de 2.130 hectares, Maragogipe se destaca como o maior produtor (SEI, 2010).

Quanto aos cultivos da cultura permanente, a banana, o cacau, o café, a castanha-de-caju, o coco-da-baía, o dendê, a laranja, o limão, o mamão, a manga, o maracujá, a pimenta-do-reino e a tangerina são os principais. Maragogipe é o maior produtor de coco-da-baía, com 215 hectares plantados e colhidos.

Na pecuária destacam-se a criação de suínos, equinos, asininos, muares, coelhos, ovinos, caprinos e especialmente bovinos, acompanhando a produção do Estado, a qual possui um rebanho de 10.463.98 cabeças. A avicultura também vem crescendo nos últimos anos no Recôncavo devido à chegada de grandes empresas deste ramo na região. Weisheimer (2012) pontua que essa produção tem como base a mão de obra assalariada, ou seja, agricultores não familiares, diferentemente do que se observa noutras regiões do país. Isso se deve ao alto custo dos investimentos para essa atividade, o que não condiz com a realidade econômica dos agricultores familiares do Recôncavo.

#### **2.4. Breve caracterização da Produção Agrícola em Maragogipe**

Apresentando uma vegetação original de Mata Atlântica, a paisagem original do território de Maragogipe modificou-se ao longo da história do município, com a mata virgem cedendo lugar a lavouras e engenhos de cana-de-açúcar, até a fase mais atual, em que a grande parte do território foi ocupada por pastos e plantações. Porém, ainda há uma vasta área ocupada por manguezais<sup>8</sup>, cerca de 30 km<sup>2</sup>. Na zona rural a vegetação que domina os vales e suaves ondulações é mais rarefeita, pois grande parte da área é utilizada para a lavoura e a criação de gado. Os solos são argilosos e espessos, férteis, onde se encontra o massapé baiano. É utilizado, basicamente, pela atividade agrícola, pastagens e atividade extrativista (QUEIROZ & SOUZA, 2009).

Assim como nos demais municípios do Recôncavo, há em Maragogipe o predomínio da agricultura familiar entre os estabelecimentos rurais. Segundo Costa & Silva (2012) o número chega a 95%, um dos maiores entre todos os municípios da Região. A maioria desses estabelecimentos possui área inferior a 10 hectares, ocupa 61,2% da área e contribuem com a maior parte do valor bruto da produção agropecuária, ou seja, o trabalho de base familiar é o que sustenta a agricultura do município. Abaixo temos a tabela com os principais cultivos

---

<sup>8</sup> Do mangue depende cerca de 70% da população do município, direta ou indiretamente, especialmente as colônias de pescadores e comunidades ribeirinhas. Apesar disso, os 30 km, aproximados, de manguezais existentes no município vem sendo devastados, aterrados ou degradados, seja para a construção de moradias, para a alimentação dos fornos de olarias e padarias ou para a deposição de lixo, causando sérios desequilíbrios ao meio ambiente (QUEIROZ & SOUZA, 2009).

produzidos em Maragogipe, conforme dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEAPE), junto a EBDA:

Tabela 04: Principais produtos agrícolas de Maragogipe

<b>Culturas</b>	<b>Área cultivada (ha)</b>	<b>Produções/Toneladas</b>
Mandioca/Aipim	2.200	33.000
Inhame	1.600	26.600
Amendoim	460	828
Laranja	320	5.440
Banana	240	3.120
Milho	160	96
Feijão	90	81

Fonte: Secretaria de Agricultura e Pesca de Maragogipe, EBDA, 2010.

De acordo com os dados acima, vemos que a produção da mandioca/aipim e a do inhame são as que mais se destacam. Tanto as áreas cultivadas (2.200 e 1.600 ha, respectivamente), quanto o quantitativo da produção (33.000 e 26.600) são consideravelmente maiores, comparando com o cultivo do amendoim, laranja, banana, milho e feijão. Isso mostra o quanto à produção agrícola do município está voltada para o cultivo da mandioca e, principalmente, do inhame e aipim. Notamos que, embora Maragogipe seja um dos maiores produtores do coco-da-baía, este não aparece na relação.

Vale ressaltar que, tanto a pesquisa realizada pela Secretaria de Agricultura e Pesca e a extinta EBDA, quanto às demais que encontramos sobre a produção agrícola de Maragogipe, agrupam em suas análises as informações referentes às variedades do tubérculo, cujo nome mais conhecido é mandioca. Os nomes dados para essas variações diferenciam em cada região. Em Maragogipe temos a mandioca e o aipim. Para os agricultores há diferenciações significativas entre os dois tubérculos que vão além das folhas e a cor da raiz - como já descrito na introdução desse trabalho. O uso da mandioca é para produzir farinha, beiju e outros derivados após processamento nas casas de farinha. Embora também utilizem o aipim para a produção desses alimentos, o uso principal da sua raiz é para ser vendida *in natura* ao mercado. Juntamente com o inhame, o seu cultivo é o que predomina na comunidade. Desta forma, pensamos que, cabe uma análise específica para as duas variedades do tubérculo.

Ainda que os cultivos do inhame e aipim sejam os mais produzidos pelos agricultores maragojipanos, outras culturas também ocupam o território. No levantamento abaixo (Tabela 5) realizado pelo IBGE (2013) temos as principais culturas permanentes e temporárias cultivadas no município. Entretanto, chamamos a atenção para a ausência de dados sobre a produção do inhame:

Tabela 05 – Principais culturas por área plantada, colhida, quantidade e valor da produção.

<b>Cultura</b>	<b>Área Plantada(ha)</b>	<b>Área Colhida(ha)</b>	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valor (R\$ 1.000)</b>
Abacaxi	5	5	100	1000 Frutos	149
Amendoim (em casca)	1520	1520	1824	t	1797
Banana	146	146	1460	t	1183
Batata doce	300	300	3000	t	2700
Cana-de-açúcar	57	57	1710	t	94
Coco-da-baía	207	207	1035	1000 Frutos	528
Feijão (em grão)	120	120	72	t	150
Laranja	240	240	3600	t	1278
Mamão	9	9	81	t	63
Mandioca	710	710	10650	t	3355
Maracujá	10	10	100	t	117
Milho (em grão)	120	120	86	t	48

Fonte: SEI-BA (IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal, 2013).

Os dados da tabela mostram que as áreas colhidas correspondem igualmente as que foram plantadas, havendo regularidade no processo do cultivo. Também observamos pouca participação das culturas do abacaxi, mamão e maracujá. O amendoim é o produto com a maior área plantada (1520 ha). A batata doce e a laranja, apesar da área colhida não ser muito expressiva (300 e 240 ha, respectivamente), tiveram bom resultado na quantidade e valor da produção (3000 e 3600 toneladas). A mandioca (aipim) foi o cultivo mais produzido (10650 toneladas), e conseqüentemente, o que gerou mais lucro (R\$ 3.355 por tonelada).

Quanto à pecuária (tabela 6), conforme dados do IBGE (2013), não temos números expressivos da criação de animais desenvolvida no município. Entre os animais de grande e médio porte, a criação bovina é a mais representativa, são (7799 cabeças). Também destacamos

os equinos (1850 cabeças) e os suínos (1660 cabeças). Na criação de aves se destaca as galinhas (15540 cabeças).

Tabela 06 - Efetivo de Animais – Maragogipe

<b>Tipo de Animal</b>	<b>Quantidade (cabeça)</b>
Bovinos	7799
Caprinos	190
Eqüinos	1850
Galinhas	15540
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	15510
Ovinos	266
Suínos	1660

Fonte: SEI-Bahia (IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2013).

A pecuária do município é voltada para abastecer as necessidades do mercado interno, porém, ainda de forma limitada. Não há, por exemplo, uma avicultura desenvolvida ou integração à indústria local para a utilização dos derivados de muitos desses animais, como: o leite, couro, ovos e adubos. O mercado interno não estimula ou absorve toda a produtividade da pecuária e, assim, criar mais possibilidades de emprego e renda.

## **2.5 Organizações e políticas de assistência à agricultura no município de Maragogipe**

Obviamente que a atuação de políticas públicas eficientes e específicas contribui de forma decisiva para o aumento da produção, renda, melhoria da qualidade e as condições de trabalho dos agricultores. Ao pesquisar ações desenvolvidas por órgãos voltados para a assistência à agricultura em Maragogipe, encontramos informações e dados de atividades executadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maragogipe, Associações de Produtores Rurais e pela SEAPE.

### 2.5.1 Secretaria de Agricultura e Pesca de Maragogipe

A SEAPE é um órgão público vinculado a Prefeitura Municipal de Maragogipe, a qual se configura atualmente como a principal entidade a representar os trabalhadores rurais do município nas esferas estadual e federal. Segundo informações disponibilizadas por esta Secretaria, em parceria com os governos estadual e federal, as ações desenvolvidas contemplam diferentes necessidades dos agricultores. Listamos abaixo:

- operação de Patrulha Mecanizada: aquisição de máquinas agrícolas (trator, grade aradora, niveladora e sulcador) através de financiamento para o preparo da terra;
- aquisição de sementes de feijão e milho para pequenos agricultores familiares;
- vacinação contra febre aftosa periodicamente no município, beneficiando pequenos e médios produtores pecuaristas;
- participação de reuniões que dizem respeito à agricultura familiar dentro e fora do município;
- visita técnica a agricultores e pecuaristas para análise da situação, especialmente aqueles beneficiados com os programas sociais agrícolas.
- parcerias com instituições como: Banco do Brasil, Banco do Nordeste<sup>9</sup> e Sicoob<sup>10</sup> para intermediar o processo de aquisição de crédito rural aos agricultores interessados;

---

<sup>9</sup> O programa Agro Amigo do Banco do Nordeste tem atraído o interesse dos agricultores de Maragogipe para solicitarem crédito rural. Criado em 2005, o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Programa se propõe a melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A/C. Em 2012, o Agroamigo, passou a contar com o Agroamigo Mais. Ficando o primeiro voltado para agricultores com renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses, de até R\$ 20 mil, com financiamentos de até R\$ 4.000,00; e o outro direcionado a agricultores com renda bruta familiar, nos últimos 12 (doze) meses, máxima de R\$ 360 mil, em financiamentos de até R\$ 15 mil e um limite total de endividamento de R\$ 30 mil em operações contratadas no Agroamigo. O Programa possui a metodologia baseada na presença de um Assessor de Microcrédito nas comunidades. Em Maragogipe esse processo ocorre por intermediação da Secretaria de Agricultura e Pesca de Maragogipe e das Associações de Produtores Rurais. Isso transmite confiança aos agricultores para colicitarem o crédito. Porém, a política de juros é o que mais tem atraído. O agricultor que, por exemplo, solicita R\$ 4.000,00 de crédito e paga as parcelas regularmente, adquire um bônus de R\$ 800,00, ou seja, só vai pagar R\$ 3.200,00 como valor total. Segundo informações do Banco do Nordeste, a maioria das solicitações de crédito é para a Bovinocultura Corte (não disponibilizou dados quantitativos). Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/agroamigo>. Acesso em: 22 mai. 2015.

<sup>10</sup> O Sicoob é um sistema financeiro composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que em conjunto oferecem aos associados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, dentre outros. Ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira, onde os clientes são os donos e por isso os resultados financeiros são divididos entre os cooperados. Há um ponto de atendimento do Sicoob em Maragogipe e, como a instituição oferece linhas de créditos juntas ao PRONAF, com taxas de juros mais baixas,

No nosso trabalho de campo, entre os agricultores entrevistados, apenas Dionísio Andrade e Hildebrando Caldas Barbosa já solicitaram o crédito agrícola. Este último adquiriu o valor de R\$ 3.000,00 em 2013, junto ao Sicoob para o cultivo do inhame. Ele se mostra satisfeito com a solicitação, à política de juros e assistência da instituição em considerar possíveis imprevistos na plantação:

“Às vezes o cara trabalhador que é responsável vai ao banco, tem um banco aqui perto que é o Sicoob, então ele dá uma chance, você pega três mil reais e paga com dois. Com um ano ele já tá dando uma parte, não tá? Ao invés de você dá mil de juros ele que te dá. Aí ele pergunta o dinheiro é pra plantar o que, você respondia, pra plantar inhame, então, quantos mil pés? Ele não pode mentir porque a fiscalização vem, o fiscal vem na roça pra ver se ele tá fazendo aquilo que ele tomou dinheiro. Eu mesmo só tomei uma vez paguei e não precisei mais porque minha roça não deu ruim e eu não perdi dinheiro. Ainda tem isso, se o ano for de sol e matar a roça o banco dá o abatimento, se você chegar a perder a roça, caso venha a tempestade, arrastou e levou tudo, o sol matou, se for o caso, o banco até perde o dinheiro. O banco ajudou muito”<sup>11</sup>.

Hildebrando disse ficar informado sobre o crédito a partir do seu cunhado que havia solicitado, gostou e recomendou. O agricultor não pretende solicitar mais, visto que sua plantação está favorecendo o investimento para os próximos anos. No geral, os agricultores demonstraram receios sobre o crédito agrícola com medo do endividamento. Porém, observamos que o desconhecimento sobre as taxas de juros do crédito subsidiadas pelo governo para o agricultor familiar é um fator relevante para evitar a tomada de crédito. Percebemos isso na fala da agricultora Maria Barbosa:

“Eu num pego dinheiro de banco para plantar porque ai, a gente pega o dinheiro do banco e planta, às vezes o gongo come. O banco não quer saber, quer saber da gente pagar, né assim? A gente tira um empréstimo para plantar a roça, a roça não prestou, o banco não quer saber disso, quer saber que a gente vai pagar o que a gente tirou. E se a gente trabalhar com o nosso dinheiro, prestou, não prestou a gente vai se virar por cá, mas não fica devendo. É por isso que eu não gosto de tomar. Tem muita gente que diz: pega o documento da tua terra e vai tirar dinheiro pra tu trabalhar; eu digo: eu num quero não, porque se der bom é meu, se der ruim também é meu. Não fico com aquela

---

muitos agricultores familiares estão solicitando o crédito rural cedido por esse sistema de cooperativas. Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/o-sicoob>. Acesso: 28 mai 2015.

<sup>11</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Hildebrando Caldas Barbosa, lavrador, 61 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

dívida de tá me preocupando de pagar juro, que nem a gente tira. Pra gente botar o juro é pouco, mas quando a gente tira é um juro danado”<sup>12</sup>.

Ou seja, ainda que a política de crédito tenha ganhado amplitude em Maragogipe, muitos agricultores de Santo Antonio de Aldeia são desprovidos de qualquer informação sobre os direitos e benefícios que possuem com o crédito ofertado para a agricultura familiar através da principal política pública, que é o PRONAF. Programa destinado justamente para amenizar a crise no campo refletida na precariedade do modo de vida dos agricultores familiares, auxiliando-os diretamente na produção e para que eles possam se manter no campo por meio de crédito a juros subsidiados.

A maioria das ações realizadas pela SEAPE estão vinculadas a programas e projetos de órgãos como o MDA e a BAHATER (antiga EBDA). A tabela 07 apresenta programas, projetos e atividades desenvolvidas pela Secretaria, assim como a quantidade de agricultores familiares beneficiados e o valor total disponibilizado para cada ação referente ao ano de 2014. O maior atendimento ocorreu para o desenvolvimento da agricultura, nisso, destaca-se o crédito rural; foram 462 agricultores familiares beneficiados e o valor total de R\$ 2.664.000,00. Programas de ATER voltados para: - custeio de inhome atendeu 82 agricultores, no valor total de RS 39.600,00; - na pecuária de corte foram 24 agricultores beneficiados e RS 528.000.00 investidos e, para o financiamento de 08 máquinas agrícolas a 08 agricultores, o valor investido foi R\$ 1.100.000.00. Para a aquisição dessas máquinas, foi necessário realizar o cadastramento da SEAPE no Sistema Informatizado de ATER (SIATER/MDA), dando à instituição a competência de prestar Assistência Técnica e Extensão junto aos agricultores do município.

---

<sup>12</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maria Barbosa, lavradora, 49 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

Tabela 07 - Relatório de atividades e metas alcançadas

<b>Programas/Projetos</b>	<b>Atividades/Ações</b>	<b>Benefícios para o agricultor familiar (Qtde.)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Desenvolvimento da agricultura	Produtores assistidos	462	2.664.000,00
Programa de ATER/EBDA (Projetos Elaborados)	Custeio do Inhame	82	639.600,00
	Investimento pecuária de corte	24	528.000,00
	Investimento Agrícola (tratores agrícolas)	08	1.100.000,00
Programa Minha Casa Minha Vida – Habitação Rural	Emissão da DAP	264	.....
Programa da Unidade de Cadastramento de Imóveis Rurais	Atualização de certificados	320	.....
	Imóveis novos cadastrados	145	.....
	Declaração de ITR/INCRA	104	.....
<b>Total</b>		<b>1.409</b>	<b>4.931.600,00</b>

Fonte: Secretaria de Agricultura e Pesca de Maragogipe, 2014.

Para os agricultores terem acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida - Habitação Rural foram emitidas 264 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Segundo a SEAPE o número de agricultores assistidos ainda está sendo analisado. No que se refere ao programa da Unidade de Cadastramento de Imóveis Rurais, foram atualizados 320 certificados, cadastrados 145 novos imóveis e feitas 104 Declarações do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Para um município que, quase metade da sua população mora na área rural e, praticamente, todos os estabelecimentos agrícolas são familiares, as ações precisam ser ampliadas para atingir um público maior e de acordo ao perfil agrícola desenvolvido no município. Ações específicas para melhoramento da produção, por exemplo, é um meio que pode contribuir não apenas para o aumento da produção mas, a satisfação do agricultor no ambiente rural.

Desta forma, observamos que, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da UFRB, a SEAPE vem desenvolvendo pesquisa para o melhoramento da cultura do inhame, tão expressiva no município. A tabela 08 mostra informações sobre essa pesquisa. Foram aplicados

150 questionários com produtores de inhame para obter dados socioeconômicos sobre esses agricultores. Está em execução um projeto sobre níveis de adubação na cultura do inhame e estão sendo elaborados três projetos: um sobre mudas na cultura do inhame e dois projetos para analisar doenças que prejudicam essa plantação; um refere-se ao controle de *nematóides*<sup>13</sup> e o outro da *pinta preta* ou *curvulariose*<sup>14</sup> do inhame. De acordo com a SEAPE, após o término da pesquisa, a qual não tem previsão exata, os resultados serão usados para contribuir no aperfeiçoamento dessa cultura no município.

Tabela 08 - Programa de Pesquisa Agrícola da cultura do inhame

Ações	Andamento	Quantidade
Diagnóstico socioeconômico da cultura do inhame	Questionário aplicado	150
Projeto níveis de adubação na cultura do inhame	Projeto em execução	01
Produção de mudas na cultura do inhame	Projeto elaborado	01
Controle de nematoides na cultura do inhame	Projeto elaborado	01
Controle da pinta preta ou curvulariose do inhame	Projeto elaborado	01

Fonte: Secretaria de Agricultura e Pesca de Maragogipe, 2015.

Outra ação observada foi à criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM de Maragogipe), através da Lei Municipal nº 017 de 2014, que estabelece normas, penalidades e outras providências para orientar e controlar a produção e qualidade de alimentos de origem

<sup>13</sup> Os nematóides constituem o mais abundante grupo de animais multicelulares em número de indivíduos no universo, estimado em um milhão de espécies. Muitas espécies são importantes na agricultura pelo seu efeito benéfico. Os nematóides fitoparasitas, que promovem a destruição do sistema radicular, induzindo a formação de nodulações ou lesões necróticas nas raízes, impedem as plantas de absorverem água e nutrientes. Os nematoides causam doenças ao inhame, como a casca-preta, também conhecida popularmente por “nematóide das lesões”. Em Maragogipe chama-se de “inhame queimado”. Nas raízes, durante os quatro primeiros meses de desenvolvimento, os sintomas da casca-preta são de difícil observação. Nessa fase, notam-se, internamente, pequenos pontos de coloração amarela, onde se encontram os nematoides em todos os estágios evolutivos, não havendo necrose de tecidos. Muitos produtores aproveitam-se deste fato para colherem prematuramente as raízes, as quais, entretanto, apresentam sabor amargo. A partir do quinto mês, quando efetivamente inicia-se o período de maturação, as raízes passam a apresentar áreas enegrecidas e secas. As perdas devidas ao ataque de nematóides na agricultura mundial estão estimadas em aproximadamente US\$ 80 bilhões/ano (TAVARES DE ANDRADE, et. al., 2010).

<sup>14</sup> A queima das folhas, também conhecida por requeima, pinta preta e varíola do inhame é causada por *Curvularia eragrostidis*, sendo uma das principais doenças do inhame, chegando a reduzir em 35 a 40% o peso das raízes (Ibidem, et. al., 2010).

animal e vegetal, como embutidos cárneos, queijo, ovos, mel e doces, monitorando e inspecionando a sanidade do rebanho, o local e a higiene da industrialização. Certificam com selo de garantia todos os produtos e emitem laudos e notificações para promover o aumento da arrecadação e qualificar o município para receber recursos do *Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)*<sup>15</sup>.

### 2.5.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maragogipe

Em nossas investigações sobre as instituições que se dedicam a defender os interesses econômicos, culturais, públicos e sociais dos agricultores maragogipanos, sentimos falta da atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maragogipe (STRM). Fundado no ano de 1973 pelo ativista político Dário Leite, juntamente com outras pessoas do município envolvidos em movimentos sociais da época, o STRM tem como finalidade central a representação e defesa dos direitos dos trabalhadores rurais no território do município de Maragogipe em questões jurídicas e administrativas. Há uma contribuição sindical mensal no valor de R\$ 13,00 (treze reais), uma vez que essa é à base das finanças do sindicato. Os 10 (dez) representantes atuais do STRM (presidente, vice-presidente, tesoureiro, advogado e 04 secretários) residem na área urbana de Maragogipe e possuem pouco vínculo prático com o dia a dia dos agricultores. Segundo informações passadas pelos representantes do STRM e os agricultores entrevistados, as ações ficam limitadas, especialmente a resolver questões trabalhistas de aposentadoria, auxílios doença e maternidade dos agricultores sindicalizados.

---

<sup>15</sup> O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) é o sistema de inspeção, organizado de forma unificada, descentralizada e integrada entre a União (através do Mapa), que coordena o sistema, como Instância Central e Superior, os estados e Distrito Federal, como Instância Intermediária e os municípios, como Instância Local, através de adesão voluntária. Seu objetivo é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo. Fazem parte do SUASA quatro sub-sistemas brasileiros de inspeção e fiscalização, isto é: - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA; - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SISBI-POV; - Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas e o Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários. A base legal do SUASA é o Decreto nº 5.741/2006, que regulamentou o seu funcionamento. Fonte: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-suasa/sobre-o-programa>. Acesso: 21 mar 2015.

Dentre os agricultores entrevistados, cinco deles são sindicalizados: Carlos Alberto dos Santos, Maria Barbosa, Maria Mércia, Raimundo Barbosa e Raimundo Reis. Adriane, Marcelo, Odete, Maria da Paixão e Jorge Luís ainda não se sindicalizaram. Disseram que pretendem fazer isso quando estiverem mais próximos da idade de se aposentar. Hildebrando e Dionísio já se aposentaram através do vínculo com o Sindicato.

No geral, o objetivo principal da sindicalização ao STRM entre os agricultores é obter a aposentadoria quando chegar o período. Maria Barbosa também demonstra preocupação em pagar o sindicato para obter direitos em caso de problemas com a saúde, tanto consigo, quanto com o seu marido: Raimundo Vieira Barbosa, que também foi entrevistado. Exceto o auxílio doença, ambos não citaram outra intervenção do STRM em suas vidas:

“O dinheiro do Bolsa Família que eu recebo, eu pago o sindicato, porque se eu cortar o pé ou cortar o dedo, no aipim, qualquer coisa, ai eu vou para o INSS e ai eu recebo, 400 reais ou 500, ou o que for, aqueles dias que eu fico sem trabalhar e se eu não pagar o sindicato, eu fico sem direito a nada, num vou ter direito, vou passar meus tempo em casa sem puder nada, ai eu pago. Era dez reais, agora é treze. Ai eu pago o meu e pago o dele, todo mês que eu vou pagar o meu, pago o dele. Também pego o dinheiro e pago a energia e o gás, mas cozinho mais na lenha”<sup>16</sup>.

O seu esposo, Raimundo Vieira Barbosa afirmou já ter recebido o auxílio doença por três meses após sofrer um corte profundo no pé quando estava plantando aipim e não tinha condições de trabalhar. Vale ressaltar na fala da lavradora o uso do dinheiro recebido com o Programa social Bolsa Família para pagamento da taxa do sindicato e outras necessidades básicas, como a energia e o gás de cozinha.

Ao solicitarmos informações sobre o perfil dos agricultores sindicalizados, como: o número total por sexo, idade e comunidade, o STRM afirmou não ter essa informação precisa. Apenas citou oralmente o expressivo número de 10.000 (dez mil) sindicalizados.

Joselane Brandão (2014), ao analisar a ação sindical como importante vetor para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Governador Mangabeira-BA, destaca que as atividades e benefícios (médico, jurídico, burocrático e relacionados ao

---

<sup>16</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maria Barbosa, lavradora, 49 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

trabalho/produção familiar), que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município propiciam aos agricultores familiares sindicalizados, provocam mudanças não apenas na organização dos arranjos territoriais das unidades familiares mas, também, leva a transformações sociais relacionadas à formação desses sujeitos através da introdução de novos conceitos, informações e/ou ideias. Isso possibilita tanto a organização social, quanto política desses agricultores (p. 79-80). Segundo esta pesquisadora:

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais constituem no espaço rural uma das principais entidades de organização política dos agricultores familiares, sendo o principal meio de reivindicação das demandas para os agentes externos, sobretudo o Estado. O Sindicato rural é um articulador para aquisição de políticas públicas e principal entidade representativa para defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e/ou agricultores rurais (BRANDÃO, 2014, p. 80).

Sendo assim, os Sindicatos Rurais são importantes organizações sociais a contribuir na melhoria das condições de vida da população que está em atividade no campo, especialmente na organização social e política dos agricultores familiares. As ações devem ir além das demandas administrativas internas. A consolidação de grupos que se mantêm por tempo indeterminado à frente destas organizações pesam desfavorável no potencial coletivo que o sindicato possui para promover transformações sociais mais efetivas. Infelizmente, observamos essa realidade em relação ao STRM. É necessário que as representações sociais rurais invistam na formação de um ambiente institucional cujo papel seria o de reduzir incertezas e riscos que os agricultores familiares convivem.

Schneider (2010) fazendo referência a Navarro (2002) argumenta que a fragilidade dessas representações decorreria das bases sociais em que se apoiam cuja característica seria a instabilidade (sobretudo financeira) e a subordinação a agentes externos (em geral o Estado ou às elites políticas locais). Deficiências relacionadas a qualidade do quadro técnico desses atores sociais refletem em propostas e projetos de pouco potencial transformador. Sendo assim, organizações como Associações e Cooperativas de Produtores Rurais tem ganhado cada vez mais visibilidade e importância como entidades de representação política dos agricultores, visto que as próprias populações rurais são as organizadoras dessas instâncias de gestão.

### 2.5.3 Associação de Produtores Rurais

As Associações de Produtores Rurais são entidades constituídas pela união de produtores e suas famílias com o objetivo de integrar esforços e ações em benefícios da melhoria da produção, renda e qualidade de vida do agricultor e da comunidade a qual pertence. As Cooperativas também conjugam dessa linha de atuação e contribuem para acelerar e fortalecer a organização dos agricultores familiares.

Apesar de possuir uma longa trajetória no Brasil, no geral, é recente a importância que o associativismo rural adquiriu no cenário da representação política dos agricultores familiares. A organização rural entre pequenos produtores é um fenômeno que adquire maior visibilidade apenas na segunda metade do século XX.

Para Marschall (2005), essas instâncias são vistas como uma forma de sobrevivência do agricultor familiar no sistema capitalista. A inexistência de políticas públicas eficientes específicas voltadas para a agricultura familiar ocasiona a associação dos agricultores familiares em torno de seus interesses, assim constitui-se em “uma forma de resistência e de articulação de forças frente às demandas externas que impõem tecnologias, produtos e padrões de consumo, mormente voltados para os interesses do capital monopolista” (MARSCHALL, 2005, p. 47).

Geralmente as associações são geridas e as ações mediadas pelos próprios agricultores. Procuram desenvolver atividades diversas para alcançar os seus objetivos e contribuir para alterar as condições de vida dessa população, tais como: representação política perante autoridades, capacitação técnica de seus sócios, prestação de serviços de máquinas, aquisição de insumos, processamento e beneficiamento da produção, assessoria à comercialização de produtos, armazenagem, transporte, organização de trabalhos comunitários, gestão e educação ambiental, formação de grupos de mulheres e jovens, lazer e recreação, apoio a carentes sociais, dentre outras atividades.

Weisheimer (2012), ao analisar a participação dos jovens agricultores familiares do Recôncavo baiano em organizações sociais, detectou que esta é muito baixa. A maior frequência de participação registrada foi em grupos de jovens da igreja com 23% de participação. Os entrevistados que afirmaram participar do sindicato dos trabalhadores foi de apenas 2% e de associações de agricultores e/ou produtores 3%. Os que disseram não participar

de nada somaram 59,8% (Tabela 10). Os dados demonstraram que os jovens agricultores do Recôncavo baiano preferem participar de associações religiosas a sindicais (WEISHEIMER, 2012, p. 95).

Tabela 09: Participação dos jovens entrevistados em organizações (%).

<b>Participação em organizações</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Sou sócio do sindicato de trabalhadores rurais ou da agricultura familiar	9%	91%
Participo do grupo de jovens do sindicato	2%	98%
Participo de associações de agricultores e/ou produtores	3%	97%
Participo de associações de jovens agricultores e/ou Produtores	2%	98%
Participo de associação comunitária ou do bairro	8%	92%
Participo de grupo de jovens da comunidade ou bairro	7%	93%
Participo de grupo de defesa do meio-ambiente	4%	96%
Participo de grupo de jovens da igreja	23%	77%
Participo de associação esportiva ou recreativa	11%	89%
Participo de associação ou grupo cultural	9%	91%
Participo de grêmio estudantil ou união de estudantes	2%	98%
Sou filiado a partido político	0%	100%
Participo de mov. dos trabalhadores sem terra	0%	100%
Participo do mov. dos atingidos por barragens	0%	100%
Sou sócio de cooperativa de produtores, de crédito ou de Consumo	0%	100%
Participo de conselho comunitário, municipal ou regional	0%	100%
Não participo de nada	59,8%	40,2%
Outra	2%	98%

Fonte: Banco de dados Jovens Agricultores Familiares do Recôncavo da Bahia - Weisheimer / CNPq, 2012.

Segundo a SEAPE, até o momento o município possui 20 Associações de Produtores Rurais espalhadas pelas comunidades, embora nem todas estejam regularizadas com a Justiça<sup>17</sup>. A maioria delas foi criada na década de 2000 e começou efetivamente a funcionar a partir de 2010. Embora a SEAPE não disponha de dados sobre o perfil dessas instituições, a exemplo do número de associados e as atividades específicas que desenvolvem, há um acompanhamento

<sup>17</sup> Para a sua existência, a Associação deve ser registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, no Cadastro Geral de Contribuinte-CGC da Receita Federal, na Receita Estadual, na Prefeitura Municipal e no Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS. Quanto maior a representatividade do grupo de fundadores, maiores serão as chances de sucesso da Associação, em sua fase inicial. Além do mais, quanto mais ativa e eficiente for uma Associação, mais fácil será conseguir a adesão de outros produtores (BRASIL, 2009).

através das parcerias firmadas entre a SEAPE e as Associações para o desenvolvimento de muitas ações.

#### 2.5.3.1 A Associação de Produtores Rurais da Volta do U e Adjacências

A comunidade de Santo Antonio de Aldeia possui uma Associação dos Produtores Rurais, que é Associação dos Produtores Rurais da Volta do U e Adjacências (APROVA), esta fica localizada no povoado da Volta do U. Criada em 06 de agosto de 2010 pelos produtores rurais da localidade, a entidade se dedica a resolver problemas encontrados pelos agricultores nas suas atividades agrícolas e não agrícolas por meio de projetos e ações diretas de solidariedade. A estrutura administrativa é composta pelo Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro. A cada dois anos há eleição para nova composição destes cargos. A APROVA possui 55 agricultores associados, sendo 05 ociosos e 49 ativos. Cada associado contribui com o valor de R\$ 3,00 mensal. A Entidade possui uma conta no Sicoob, na qual deposita o dinheiro adquirido e depois retira para as necessidades.

Entre os agricultores entrevistados, apenas Maria da Paixão e Raimundo José Silva Reis são associados, mas este último não tem participado há mais de seis meses. Relatou que deixou de ir, pois *“não to veno nada de benefício, só mesmo falar e até agora eu num vi nada, ai eu deixei de pagar e também num fui mais”*. Observamos que o lavrador desacreditou da Entidade por não ver ações e benefícios imediatos.

As reuniões são realizadas mensalmente, sempre no primeiro domingo do mês (Figura 3). Maria da Paixão evidenciou satisfação por participar da APROVA, destacando a união entre os associados e as festinhas em datas comemorativas. Também demonstrou anseios por conseguir benefícios, especialmente o arado:

*“Todo mês tem reunião, ai junta todo mundo, a gente conversa, é bom, a gente fica unido, conversa, bota a conversa em dia, fala o que vai fazer e o que não vai melhorar. A gente quer o arado, mas ainda não conseguiu. Sempre tem festinha. Os associados*

fazem festinha, como a do dia das crianças e do natal para não passar em branco [risos]. Junta todo mundo e faz”<sup>18</sup>.



**Figura 3** – Associados na reunião da APROVA, em 07/06/2015.  
Foto: Emanuel Silva Andrade

Segundo os representantes, os dois anos iniciais foram dedicados a resolver questões burocráticas para a existência da Entidade e verificar possíveis instituições públicas e privadas para serem parceiras, só depois que começaram a desenvolver projetos para conseguir benefícios. Desta forma, observamos que a APROVA ainda se encontra em processo de planejamento e organização das suas ações. Conforme veremos abaixo, algumas ações estão sendo desenvolvidas e outras, embora já planejadas, ainda não foram concretizadas devido a uma série de entraves:

- Realização de jogos de azar (rifas, bingos e bolão), quermesse e livro de ouro para contribuir na renda da entidade para gastos com manutenção administrativa e execução das atividades. Entretanto, como a APROVA funciona num local disponibilizado gratuitamente por um dos associados, atualmente, os esforços financeiros estão voltados para a construção da nova sede, a qual já está em andamento.

---

<sup>18</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maria da Paixão Barbosa, lavradora, 61 anos, residente no Povoado Volta do U.

- Envio de ofícios à prefeitura para melhorias das estradas e iluminação pública.
- Participação em reuniões com representações municipais, estaduais e federais para cobrar melhorias e benefícios para os agricultores.
- Abaixo-assinados para resolver problemas de convívio social. Durante participação na reunião da APROVA no dia 07 de junho de 2015, dentre outros assuntos, foi discutido o resultado do abaixo assinado que fora realizado para resolver o problema de som alto em horários inadequados na casa de um vizinho que aluga o seu imóvel aos finais de semanas. O dono do imóvel (que não é associado) se mostrou disposto a colaborar. A solução encontrada pela APROVA juntamente com o proprietário foi à elaboração de um documento (autorização) contendo os termos de uso do local, dentre os quais contem o limite de horário para uso de som alto e/ou barulhos incômodos. O visitante responsável por alugar o imóvel assinará o documento (em três vias) se comprometendo a seguir as normas estabelecidas. Uma via ficará com o dono do imóvel, outra com a pessoa responsável que alugou e a terceira via com a APROVA.
- Parceria com um agricultor associado de arado para dar desconto aos associados quando necessitarem arar suas terras para plantações. Uma hora de arada custa R\$ 60,00. Os associados tem desconto de R\$ 5,00 por hora.
- Projeto da Cooperativa de Polpas de Frutas – entre os meses de dezembro a março, especialmente, é o período de frutificação da manga, caju, acerola, abacate, jenipapo e jaca na localidade. Geralmente os agricultores não conseguem dar conta de vender toda a quantidade de frutas que amadurecem de uma vez só, desta forma, todos os anos grandes quantidades acabam se perdendo. Pensando em amenizar esse problema, a APROVA desenvolveu o projeto para se criar a Cooperativa de Beneficiamento de Polpas de Frutas. Porém, ainda não conseguiram colocar em prática por falta de recursos. Necessitam de um local ideal para processar essas frutas, algumas máquinas e água suficiente. Como ainda não dispõe desses instrumentos, o projeto não está em execução. Pretendem fazer parcerias com empresas do ramo de polpas para integrar a produção diretamente ao mercado. O projeto também contempla o processamento do aipim: descascar e lavar antes de destinar.
- Projeto para perfuração de poço cartesiano – foi solicitado a Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), órgão vinculado à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia a perfuração de um poço cartesiano no povoado da Volta do U

para beneficiar as residências dos moradores da comunidade e propiciar o abastecimento de água para as futuras instalações da produção das polpas de frutas, visto que, um dos impasses que estão atravessando para a criação da cooperativa de polpas de frutas é a falta de estrutura de canalização de água. Os moradores da comunidade possuem cisternas individuais ou coletivas (uma cisterna para abastecer duas ou três casas) para atender a suas necessidades diárias. Estas não são suficientes para atender a demanda de água que a cooperativa precisará. Além disso, no período da seca (verão), muitas cisternas ficam com a reserva de água bastante limitadas. Um dos associados disponibilizou espaço no seu terreno para perfurar o poço. Um Geólogo (Técnico da Cerb) já esteve no local e fez o estudo para perfuração. Atualmente, estão dependendo de um trator para fazer a estrada até o local e a vinda doutros técnicos da Cerb para, finalmente, perfurar o poço.

Contudo, a APROVA se mostra como um importante agente para acelerar e fortalecer a organização dos produtores familiares da comunidade de Santo Antonio de Aldeia. Apresenta potencial para o desenvolvimento e diversificação da produção agrícola local, assim como na qualidade de vida dos moradores. Com ela pode-se abrir novos e interessantes mercados para os agricultores, com preços mais compensadores, os quais aprendam a organizar e estruturar suas propriedades para melhorar a produção, gerenciamento e comercialização de seus produtos. Essa dinâmica da produção e o trabalho familiar dos produtores é o que vamos tratar no capítulo seguinte.

### 3. OS AGRICULTORES DE SANTO ANTONIO DE ALDEIA E O TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA

*“Eu gosto de trabalhar na lavoura.  
Eu na idade de seis anos já trabalhava com meu pai.  
Eu já trabalhei muito, mas graças a deus eu to satisfeito”<sup>19</sup>.*

O objetivo desse capítulo é mostrar a dinâmica do trabalho familiar agrícola dos produtores rurais da comunidade de Santo Antonio de Aldeia. Para isso, trazemos primeiro contextos teóricos que caracterizam o processo de trabalho familiar agrícola e nos ajudam a entender como o trabalho de base familiar se organiza e reproduz socialmente. Logo depois, com base nos entrevistados, caracterizamos os agricultores, sua produção, as terras que usam e a sociabilidade vivenciada.

#### 3.1 Processo de trabalho familiar agrícola: contextos teóricos

Consideramos nesse trabalho que o funcionamento das unidades agrícolas familiares é um setor produtivo onde o desenvolvimento do modo de produção capitalista ainda não alcançou um patamar elevado de controle do processo de trabalho. A organização da produção e do trabalho fica a cargo do produtor e da sua família e o trabalho assalariado, quando ocorre, é apenas complementar (LAMARCHE, 1993). Ou seja, o trabalho executado por membros da família do produtor que exercem autocontrole sobre sua atividade aparece como forma mais presente em relação ao trabalho assalariado.

Desta forma, traço marcante da produção agrícola familiar, está no seu processo de trabalho. Partindo para reflexões de Marx (1985) sobre o trabalho na vida social, esse autor

---

<sup>19</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Raimundo Vieira Barbosa, lavrador, 50 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

ênfatiza que o trabalho é a essência do homem, pois é através dele que nos relacionamos com a natureza e a transformamos em bens. Marx define processo de trabalho:

É atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1985, Tomo I, p. 153).

Segundo Marx (1985), o trabalho é o meio pelo qual a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. O homem se apropria do ambiente natural para satisfazer as suas necessidades. Nisso, Marx traz os elementos que compõem o processo de trabalho, são eles: 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho e 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. Marx caracteriza o trabalho como uma interação do homem com o mundo natural e essa dialética com a natureza surge através dos processos de transformação realizados pelo homem por meio de sua atividade produtiva para alcançar um determinado propósito.

Gomez (2004), refletindo as ideias de Marx sobre o trabalho na vida social diz que a troca material entre o homem e a natureza é um processo que ocorre ao longo de toda a existência humana. Para esse autor, o homem sempre terá que dedicar parte do tempo da sociedade para se apropriar dos objetos da natureza e transforma-los em objetos de uso humano através do trabalho. Mas salienta a importância de observar que o modo como o homem se apropria da natureza por intermédio do trabalho, historicamente, passa por mudanças materiais e simbólicas. De acordo com Gomez (2004), “a compreensão do modo como os homens se apropriam e transformam a natureza está indissociavelmente ligado às formas como os homens se relacionam entre si e ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade” (p.38).

Weisheimer (2009) também toma como base as ideias de Marx para discutir sobre processo de trabalho, relacionando-o ao trabalho familiar agrícola. Para esse autor a agricultura familiar se diferencia pela concretização de um processo de trabalho singular no interior do modo de produção capitalista. A esta especificidade, o autor denomina como processo de trabalho familiar agrícola:

Com isto, busca-se interpretar o processo de trabalho familiar agrícola como um processo de transformação da natureza para obtenção de produtos agrícolas realizados por pessoas que mantêm entre si ligações de parentesco, sendo este o caráter fundamental das relações sociais internas a estas unidades de produção. Além disto, é possível perceber que este processo de trabalho já é ele um mecanismo de reprodução destas relações sociais de produção sendo, portanto, simultaneamente, um processo de produção e reprodução do trabalho familiar na agricultura (WEISHEIMER, 2009, p. 106).

Observamos que Weisheimer destaca a força de trabalho da família e as relações de parentesco como traço central do processo de trabalho das unidades familiares de produção. De acordo com o autor, o processo de trabalho familiar agrícola possui as seguintes características:

a) relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares e não em relações salariais, não havendo, assim, a mais-valia. As redes sociais de produção das unidades familiares são muito próximas, pautadas pelos laços de parentesco, mas também na sociabilidade de vizinhos e amigos.

b) nesse processo de trabalho está envolvida a reprodução social do trabalho familiar agrícola e ela ocorre de duas formas: no ciclo curto, cujo foco é a unidade de consumo/residência e a reprodução no ciclo longo, a qual se realiza pela sucessão geracional (casal mais filhos).

c) também se caracteriza por atravessar fases distintas conforme a evolução do ciclo demográfico da família. A relação entre trabalho e consumo é modificada ao longo do tempo. O tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Alterações na estrutura familiar como a saída de um ou mais membros ocasiona mudanças na produção e consumo. O êxodo rural, especialmente dos jovens é um impasse para a reprodução desse processo de trabalho.

d) a composição familiar estabelece formas de divisão sexual do trabalho, culturalmente estabelecidas, construindo não apenas o espaço agrícola, mas também espaços de relações sociais de gênero e geração. Nesta relação de trabalho, o produtor familiar e sua família têm uma relação de esforço físico e mental na unidade de produção e o homem adulto (marido ou pai) assume o papel de chefe do processo. Cabe a ele prover sua reprodução social e gerir os recursos necessários para a manutenção e expansão patrimonial.

e) constitui-se num espaço de inserção de novas gerações nas unidades produtivas, assim, é um meio que envolve construção de saberes e práticas necessárias à reprodução do processo de trabalho, o que lhe confere um caráter socializador, de ensino e aprendizado.

f) o processo de trabalho familiar agrícola, ainda que possua caráter específico, encontra-se subordinado ao contexto do modo de produção capitalista. Agentes externos e a consequente integração dos agricultores ao mercado restringem e inviabilizam as condições de reprodução social de amplas parcelas das unidades familiares.

Essas especificidades do processo de trabalho familiar agrícola nos levam a compreender que esse tipo de produção possui uma dinâmica diferenciada e particular, reconhecida pela força de trabalho da família como o elemento mais importante na unidade agrícola. Mesmo condicionadas a determinações advindas da unidade de produção capitalista que interferem na reprodução social das atividades e dos indivíduos no campo, as relações desenvolvidas no centro da família são fundamentais para a persistência das formas de produção familiar na agricultura. A transmissão de saberes, valores e práticas sociais através das relações de parentesco e da herança familiar, em muitos casos conseguem interagir com segmentos do mercado e manter relativa autonomia do processo de trabalho frente aos contextos sociais e econômicos capitalistas, conforme aborda Schneider:

O modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições heterogêneas e muito particulares. É bem verdade que em alguns casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo e foram absorvidas pelo próprio capitalismo. Em outros contextos, entretanto, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes como é o caso, só para dar um exemplo, da integração dos agricultores familiares às empresas agroindustriais que operam no regime de integração. Em várias situações e contextos, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. (SCHNEIDER, 2006, p. 4)

Portanto, a agricultura familiar moderna, compreende uma forma social de produção que, apesar ter sofrido transformações a partir da inserção do modo de produção capitalista, apresenta características que permitem diferenciar esse tipo de produção agrícola das formas de produtividade voltadas para o capital, uma vez que, na agricultura familiar, além da ausência de mais-valia pela não apropriação ou exploração de trabalho alheio, a renda familiar é um todo

indivisível, pois a “formação se origina e depende de um organismo econômico único” (ABRAMOVAY, 1998, p. 61).

### 3.2 Os agricultores e as características socioeconômicas das unidades produtivas

Existem algumas características que consideramos comuns para a maioria dos agricultores da comunidade de Santo Antonio de Aldeia. São trabalhadores inseridos no processo de trabalho familiar agrícola, cujas atividades são exercidas pela mão de obra familiar e complementada pelo uso de máquinas e trabalhadores assalariados. Esses agricultores possuem um baixo nível de instrução formal. As propriedades são pequenas e com várias áreas de solos inclinados, mas com possibilidades de terras aptas para culturas anuais. Mesmo com os esforços para o aumento da produtividade e rentabilidade, existe uma escassez de capital, logo, a produção local também se caracteriza pela descapitalização da agricultura familiar.

Contextualizando a condição fundiária, a partir do diálogo com os entrevistados, constatamos que as propriedades são bastante reduzidas. Consideramos que 01 hectare equivale a duas tarefas de terra, conforme indicado pelos lavradores. “Na Bahia, 1 tarefa de terra equivale a 30 braçadas quadradas, ou 4.352 metros quadrados. E, 1 braçada equivale a 2,20 metros” (SCHWARTZ, 1988, p. 16 *apud* PINTO, 2014, p. 46).

Durante as entrevistas perguntamos aos agricultores sobre o tamanho das propriedades. Alguns não souberam responder. Dentre os que souberam falar, no geral, as áreas dos terrenos variam de 0,5 a 08 hectares. Dionísio da Silva Andrade é o que possui a maior área, afirmou ter aproximadamente 08 hectares. Carlos Alberto dos Santos e Maridalva de Jesus dos Santos com cerca de 0,5 hectare são os que possuem os menores terrenos. A herança é o principal meio de acesso à propriedade. Quanto ao uso da terra, a maioria dos proprietários encontram-se em situação de posse das áreas.<sup>20</sup>

Jorge Luis Neves da Conceição é o único agricultor entrevistado que atua como *meeiro* no terreno de conhecidos próximos. Isto é, como o terreno onde ele mora é muito pequeno para desenvolver os cultivos e a produção necessária para sobreviver junto a sua esposa e duas filhas,

---

<sup>20</sup> Ver mais informações sobre a condição fundiária dos agricultores entrevistados no Apêndice A desta dissertação.

ele faz acordo com agricultores que possui afinidade para plantar nos terrenos dessas pessoas e dividir a produção em duas partes, sendo uma para o dono da terra e a outra para os que arrendaram a terra. O proprietário apenas cede a terra. O meeiro é que faz todo o processo de cultivo e comercialização dos produtos. Obviamente que o dono da terra acompanha todo o processo produtivo. Os agricultores que cedem espaço nas suas propriedades para quem deseja atuar como meeiro também não possuem terrenos extensos, ainda assim, não tem disponibilidade ou disposição física para manter toda a área do seu terreno produtiva. Muitas vezes são lavradores que não tem filhos ou eles migraram para a cidade, assim, ficaram sem sucessores para ajudá-lo na produção.

Na imagem abaixo, vemos Jorge Luís atuando como meeiro na propriedade de um agricultor que mora com a sua esposa num terreno com aproximadamente 06 hectares. Os dois filhos deste casal de agricultores migraram para a cidade, sozinhos, eles não dão conta de manter todo o terreno produtivo, assim informou Jorge Luís. Ele atua como meeiro no terreno destes lavradores há mais de cinco anos. Nos informou que não há um período determinado que cultiva inhame, aipim, milho e amendoim. A produção sempre é dividida entre ambos.



**Figura 4:** Jorge Luis Neves da Conceição atuando como meeiro no cultivo do inhame. Fonte: registro fotográfico realizado pelo autor em trabalho de campo, março de 2015.

As unidades produtivas da comunidade são bastante restritas em termos fundiários. Segundo Weisheimer (2012), “tradicionalmente o Recôncavo se caracteriza pela concentração fundiária. Os agricultores familiares contam com áreas muito pequenas, o que limita a possibilidade de sucessão geracional destas unidades e de seu processo de trabalho peculiar” (p. 59).

No geral, além das áreas pequenas, as condições de trabalho destes agricultores ainda são precárias. Desenvolvem as atividades dispondo de pouca tecnologia, baixa remuneração e convivendo com a falta de informações. Os agricultores plantam com os conhecimentos adquiridos a partir das práticas cotidianas passadas de geração a geração e influências de agentes externos que aos poucos chegam, a exemplo do uso de fertilizantes e máquinas agrícolas no preparo do solo para a plantação.

Embora a utilização de máquinas esteja cada vez mais presente, a tecnologia adotada para a produção ainda é baixa e a produtividade da terra também tem diminuído. Não possuem estrutura para sistema de irrigação durante os períodos mais secos e como as propriedades são pequenas, ficam impossibilitados de reservarem áreas por períodos mais longos de forma que enriqueça o solo, assim, necessitam de investimentos em adubos para os cultivos se desenvolverem. No entanto, nem sempre podem custeá-lo.

Em meio às dificuldades de valorização dos produtos tradicionalmente cultivados e adaptações às novas técnicas de produção, os agricultores mudaram os seus interesses para cultivos que proporcionam rendimentos maiores e mais rápidos. Nisso, destaca-se às plantações do inhame e aipim<sup>21</sup>, vistas atualmente como as prioritárias. Outros cultivos habituais, a exemplo da pimenta, batata-doce, quiabo, amendoim, milho e a mandioca são opções esporádicas de plantio e nem todos os agricultores seguem cultivando, mesmo nos períodos propícios para o plantio.

Os produtores tinham a farinha de mandioca como o principal produto para ser direcionado ao mercado e a sua produção era a atividade mais rentável entre os cultivos. Porém, nos últimos anos, os lavradores notaram que a valorização desse produto não ocorria de acordo

---

<sup>21</sup> No Recôncavo Baiano conhecemos como aipim. Porém, possui outros nomes usados em diferentes regiões, como mandioca, mandioca amarela, mandioca-doce e macaxeira. É uma planta oriunda da mesma “família” da tradicional mandioca. Porém, suas folhas são mais finas, escuras e a raiz é mais amarelada. Por isso, não é apreciada para fazer farinha, entretanto, é comestível, podendo ser consumida cozida ou assada. A massa é utilizada para o preparo de diversos outros alimentos, tais como: beiju, bolos, caldos, doces e purês.

com o esforço necessário para produzi-la e, especialmente, quando comparado com outros produtos, como o aipim e, principalmente o inhame. Como a produção na comunidade é artesanal, o esforço exigido para produzir determinada quantidade, obviamente é bem maior quando comparado com a produção industrial. Desta forma, tornou-se difícil competir com a oferta e valores da escala industrial. Os agricultores não se viram com habilidades ou instrumentalizados para seguirem o padrão industrial e continuarem com a produção da farinha como a atividade mais rentável. Desta forma, a “reconversão produtiva” foi a saída encontrada para continuarem se reproduzindo.

Menezes et al (2013) se apoiando nas ideias de Bourdieu (2008) discorre sobre o significado de “reconversão”:

- a. deslocamentos em um espaço social;
- b. reestruturação do sistema das estratégias de reprodução social; e
- c. transformação estrutural.

A reconversão assume os sentidos de deslocamentos de um espaço social e reestruturação das estratégias de reprodução social. São transformações com efeitos econômicos, sociais e políticos. Para os autores a reconversão produtiva provoca mudanças não apenas de produtos cultivados, mas na relação social e de apropriação dos recursos naturais:

[...] podemos pensar que a reconversão produtiva promove um processo de mudança dos agroecossistemas. Ela remete, portanto, não apenas a uma mudança de tipo de produtos cultivados, de atividade econômica, mas a uma nova relação social e a uma nova relação homem-natureza. Há, portanto, uma nova forma de apropriação dos recursos naturais (MENEZES, *et al.*, 2013, p. 333).

Mediante esse processo de mudanças, pensamos que houve uma reconversão produtiva na comunidade de Santo Antonio de Aldeia, mas não de um total agroecossistema por outro, pois a farinha de mandioca ainda é produzida na comunidade. Essa reconversão se reporta do ponto de vista da comercialização, saindo da produção da farinha para o os cultivos do inhame e aipim. A esse respeito da dinâmica de reconversão não radical, ou seja, sem rompimento completo com o passado, Menezes *et al*, ainda traz:

Quando falamos em dinâmicas de reconversão produtiva não estamos nos referindo, portanto, a transformações econômicas radicais, mas principalmente a deslocamentos, reestruturações, transformações que, sendo significativas, não representam um rompimento completo com o passado. Estas reconversões podem ser tanto materiais quanto simbólicas e envolvem as inovações técnicas e institucionais [...] Há uma nova forma de organização do trabalho e da produção, assim como uma nova relação com o Estado e com as políticas públicas (MENEZES, *et al.*, 2013, p. 342).

Os agricultores foram “obrigados” a mudar o foco da sua produção e, aos poucos, esses cultivos foram ocupando espaços nos terrenos que antes eram das plantações de mandioca. Foi uma alternativa encontrada para continuarem se reproduzindo socialmente. Mas essa mudança não foi tão simples assim. Por mais que o cultivo do aipim e do inhame não sejam culturas novas para as suas práticas agrícolas, estes tiveram que se adaptar a nova dinâmica de produção e relação social advinda dessa mudança. Esses cultivos eram produzidos para o autoconsumo e vendidos em pequenas quantidades. Além disso, a forma de cultivar não exigia investimentos maiores para obter colheitas fartas, assim como o cultivo da mandioca. Porém, impulsionados pelo processo de modernização e expansão do capitalismo no campo, os agricultores sentiram-se necessitados de usar máquinas e adubos para desenvolver as plantações, e, conseqüentemente, destinar quantidades maiores ao mercado e obter rendas mais satisfatórias. Isso ocasionou dependência de verba para investir nos cultivos. Também foram se adaptando com a prática cada vez menos recorrente das relações sociais que a presença nas casas de farinha e a produção dos alimentos proporcionavam, isto é, os *digitórios*<sup>22</sup> para raspar as raízes da mandioca, as conversas, brincadeiras, a participação dos filhos nas atividades mais leves e a produção dos alimentos: farinha, beiju, tapioca e de derivados como a raspa<sup>23</sup> e o caroço<sup>24</sup>, usados para alimentar os animais que criam.

As relações socioculturais que se estabelecem durante todas as atividades para a produção da farinha são evidências da cultura local. Em cada etapa há relações que acompanham o desenvolvimento das tarefas. Observamos atividades peculiares a essas pessoas

---

<sup>22</sup> Termo usado ao procedimento de uma pessoa solicitar a colaboração de seus conhecidos próximos na realização de determinada atividade da lavoura. O *digitório* é uma das formas de ajuda mútua mais praticada entre os agricultores da comunidade.

<sup>23</sup> Subproduto da mandioca. É a casca da raiz da mandioca.

<sup>24</sup> Subproduto da mandioca. Grãos maiores da massa da mandioca após torrada. São separados durante a etapa de cessar a farinha.

no uso e produção de objetos, alimentação, contato com outras pessoas, momentos de entretenimento e as decisões tomadas para planejar, organizar e praticar seus afazeres. São aspectos que demonstram o modo de vida da comunidade.

O agricultor Raimundo José Silva Reis relatou os motivos pelos quais deixou de produzir farinha para comercializar. Segundo este lavrador é muito trabalho para pouco dinheiro. Não compensa produzir farinha para destinar ao mercado. Ainda assim, ele segue com o cultivo da mandioca, mas para o autoconsumo, pois não gosta de comprá-la:

“O que mais a gente planta aqui é o aipim mesmo, a quantidade maior, tem a mandioca, o amendoim quando tá na época do amendoim que é no são João, a gente planta no mês de março pra dar no são João. Milho eu planto também, inhame eu planto também, depois do aipim vem o inhame. A mandioca eu planto assim, mas não é muita não, planto só pra fazer a farinha pra comer, não vendo não, já vendi farinha, mas agora não vendo não, porque ela ficou muito barata, então a gente optou mais pelo aipim e o inhame. A farinha tá um problema sério. O trabalho que dá para fazer, para vender um saco por 50 reais. Não vale a pena. Na casa de farinha ocupa todas as pessoas que tiver na casa de farinha para fazer um saco. Muito trabalho. Mas a gente planta, porque também não gostemos de comprar ela. Mesmo barata, num gostemos de comprar. Tendo lugar de plantar... a terra, ai planto uma moitinha, um pedacinho pra gente fazer, pro consumo mesmo, sabe? Num faço questão de vender não, para vender tem que fazer aquela quantidade maior e o preço num tá ajudando não”<sup>25</sup>.

Além da sua esposa, as duas filhas o filho de Raimundo José (todos adolescentes) o ajuda nas tarefas agrícolas, principalmente o filho. O agricultor conta que as filhas atuam na agricultura em trabalhos considerados mais leves e filho já começou a ajudar em algumas tarefas tidas como mais trabalhosas, a exemplo daquelas que precisam utilizar a enxada:

“Meus filho são novo ainda, mais me ajuda, todos eles estuda de manhã na cidade, aqui na roça eles ajudam quando tá raspando mandioca, ajuda a torrar farinha. Amendoim quando a gente arranca eles ajuda também, mas trabalho pesado de enxada as meninas num faz não. Ele ainda faz um pouquinho comigo mas elas não. Eu chamo ele pra ver os animais, trabalha de enxada também ele me ajuda, só não elas, que é só no amendoim, na mandioca assim, pra raspar, torrar farinha, assim”<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Raimundo José Silva Reis, lavrador, 48 anos, residente no Povoado Cobocó.

<sup>26</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Raimundo José Silva Reis, lavrador, 48 anos, residente no Povoado Cobocó.

A participação das filhas nas atividades de produção de farinha são costumeiras. Elas acompanham as mães desde a etapa de raspagem das raízes da mandioca até a torrar a farinha. Também ajudam na produção do beiju. O filho acompanha o pai noutras atividades. Nas plantações do aipim e inhame ele participa pouco, pois são atividades mais trabalhosas.

Assim como José Raimundo, parte dos entrevistados também só produzem farinha para autoconsumo. Outra parte deixou até de produzir para esse fim. Preferem compra-la e ocupar o tempo que gastaria na produção atuando noutras atividades, especialmente nos cultivos do inhame e aipim.

A presença dos filhos é fundamental na propriedade agrícola, pois além da importância da sua força de trabalho, eles também podem suceder os pais na agricultura. Mas, isso ocorre quando há envolvimento familiar com a atividade agrícola, ou seja, depende de todo um processo de socialização com a atividade (WEISHEIMER, 2009).

A maioria das famílias que ainda conciliam a produção da produção da farinha de mandioca com a do inhame e aipim possuem filhos atuando com os pais nas atividades produtivas, visto que a mão de obra para executar as tarefas torna-se maior e o consumo doméstico da família também aumenta, desta forma, se faz necessário produzi-la para evitar gastos comprando-a.

A agricultura, neste caso, a do cultivo da mandioca, perde a sua importância econômica entre os agricultores, mas não o valor social que dela deriva (parentesco, amizade, reciprocidade, saber-fazer tradicional, reprodução, interconhecimento, proximidade, autoconsumo). É uma atividade que visibiliza a estrutura e papéis sociais da família e vizinhança, com divisão de tarefas entre os homens e mulheres, uso de artefatos tradicionais e mobilidade pela ajuda dos vizinhos mais próximos. São valores simbólicos que derivam dessas práticas culturais e espaços preenchidos por interações sociais diversas. Assim, alguns preservam na roça um *pedacinho* de plantação da mandioca para deixar o *de comer*.

Observamos que ainda há um valor afetivo pelas atividades desenvolvidas e os produtos gerados com o cultivo da mandioca e isso é mais presente entre as mulheres. Pois, elas são as principais responsáveis pela realização das atividades na casa de farinha para a produção dos alimentos. Logo, são elas as que mais vivenciam as relações sociais que se desenvolvem nestes espaços. Por isso, mesmo com o intenso declínio e pouco interesse da rentabilidade econômica

oriunda dessa plantação, muitos agricultores não se desvinculam dos afazeres tradicionais com a raiz da mandioca.

Woortmann (1995) destaca que a relação construída a partir do uso da terra e as práticas advindas dela vão além da produção dos alimentos. A interação social e o valor simbólico embutido na reprodução desses costumes - que caracterizam as sociabilidades locais e as ligações com a terra, o trabalho e o retorno disso - carregam significados intrínsecos de pertencimento e realização pessoal em contato com o seu grupo. Essa apropriação do uso da terra e do trabalho familiar na propriedade forma o seu espaço social junto à comunidade (TEDESCO, 2009).

Das oito casas de farinha que existiam na comunidade, apenas cinco estão em atividade. As demais deixaram de funcionar pela falta de produção da farinha, inclusive dos seus donos. Dionísio da Silva Andrade possui uma casa de farinha localizada ao lado da sua casa<sup>27</sup>. Segundo o agricultor o espaço está inativo porque os lavradores deixaram de produzir farinha:

“O povo deixou de fazer farinha. Eu também não faço mais. Prefiro comprar. Antes a gente fazia tanta farinha. Vendia toda a semana no mercado. Agora não, é um ou outro que você ver fazendo. A casa de farinha ficava ai, vazia, daí tudo foi ficano ruim. As coisas se perdeno, ai eu resolvi vender algumas coisas e botar as minha coisa velha da roça dentro. Quem fazia aqui e ainda tá fazeno vai para a casa de farinha de mirim que é aqui perto”<sup>28</sup>.

Como a casa de farinha estava sem atividade, Dionísio resolveu fazer do espaço um depósito para guardar pertences pessoais da sua família. Além disso, o imóvel começou a dar sinal de desgaste. Parte da parede lateral desabou. O agricultor relatou que possui apreço pelo espaço e pretende reativá-lo, porém, não tem previsão de quando isso ocorrerá.

Dentre os entrevistados, apenas Maria da Paixão Barbosa e Maridalva de Jesus dos Santos produzem farinha para comercializar. Esta última afirmou que a sua produção é esporádica. Apenas quando algum conhecido da cidade encomenda farinha e beiju. Ela produz na casa de farinha da sua mãe. Os dois filhos adolescentes e o marido a ajudam.

---

<sup>27</sup> Geralmente as casas de farinha localizam-se ao lado ou próximas às casas dos seus proprietários.

<sup>28</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Dionísio da Silva Andrade, lavrador, 64 anos, residente no Povoado Viração.

Maridalva de Jesus dos Santos, conhecida na comunidade como *Mirim* possui uma casa da farinha. Construiu há cerca de oito anos. Fica ao lado da sua casa. A agricultora fala sobre suas atividades laborais diversas dentro da agricultura, dentre elas, a produção da farinha: “*Meu trabalho é raspar mandioca, eu faço azeite, corante, faço farinha, beiju, compro castanha pra assar pra revender, asso, parto ela toda e ensaco pra revender. A minha vida toda é essa ai, se não for desse jeito ai não anda*”<sup>29</sup>.



**Figuras 5 e 6:** Vista externa da Casa de Farinha de Mirim e Maridalva de Jesus dos Santos preparando a massa para produção do beiju. Fonte: registro fotográfico realizado pelo autor em trabalho de campo, julho de 2015.

Como a propriedade da sua família é pequena, ela planta *de meia* nos terrenos dos outros e divide a produção. Muitas vezes ela e sua família não precisam realizar o plantio, os agricultores plantam e a chama para colher e produzir a farinha. Seu esposo e filhos também atuam desta forma, plantando mandioca, quiabo, aipim e inhame. Além da sua família, a produtora afirmou que apenas alguns parentes e conhecidos próximos produzem farinha no espaço.

Mas o que tem mesmo animado os agricultores é a produção do aipim e especialmente do inhame. São cultivos que exigem investimentos de adubos e máquina agrícola (arado) no preparo do solo. Segundo os agricultores, o aipim é uma roça mais fácil para cultivar. Exceto o uso de adubos, segue o mesmo processo do cultivo da mandioca. Enquanto o inhame exige mais cuidados e nem todas as pessoas sabem lidar. Os agricultores se referem a pessoas de outros locais ou até mesmo membros da família. O homem, chefe da família é o responsável por todas

<sup>29</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maridalva de Jesus dos Santos, lavradora, 55 anos, residente no Povoado Cinzeiro.

as etapas da plantação. A participação da mulher e dos filhos ocorre em alguns momentos, como ao semear as sementes.

O agricultor Raimundo Vieira Barbosa afirma que o seu terreno é pequeno e isso limita a sua produção, ainda assim ele pretende aumentar a sua plantação de inhame, pois é o cultivo que proporciona um lucro melhor e, conseqüentemente, guardar algum dinheiro:

“Como o meu terreno pequeno a quantidade maior que eu tirei foi três mil a quatro mil quilo de inhame e o aipim é duzentos sacos por ano. O inhame tira mais [...] Com fé em Deus eu quero plantar muita semente de inhame ainda, pra aumentar o lado, o lucro é melhor, né? Agora eu planto o aipim também, porque o aipim dá um dinheirozinho, mas não é um dinheiro da gente fazer um futuro, e o inhame não, a gente pode guardar um tanto”<sup>30</sup>.

Os rendimentos proporcionados pelos cultivos do inhame e aipim quando vendidos em quantidade tem satisfeito os agricultores, ainda mais quando comparam com as safras das outras principais culturas que produzem para comercializar: quiabo, pimenta, milho, amendoim e farinha<sup>31</sup>. Ao mesmo tempo, os produtores reclamam do preço que os seus produtos são comercializados.

Quanto à pecuária, a representação na comunidade é baixa, visto o tamanho reduzido dos estabelecimentos agrícolas. Observamos a criação de: bois, vacas, bezerros, galinhas, galos, frangas, frangos e pintos. A maior parte desses animais é criada por agricultores que dividem os seus terrenos para conciliar as atividades agrícolas com a pecuária.

A criação desses animais ocorre principalmente nos terrenos bastante inclinados dos agricultores com áreas maiores. As matas cederam lugar aos pastos para a criação bovina. Entre os entrevistados, apenas Dionísio, Hildebrando, Fernando e Maria Mércia possuem áreas que lhes proporcionam criar mais de dez animais bovinos. Os demais afirmaram não ter espaço suficientes para a criação de muitos desses animais, desta forma, criam apenas alguns bovinos

---

<sup>30</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Raimundo Vieira Barbosa, lavrador, 50 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

<sup>31</sup> Ver mais informações sobre a produtividade das principais culturas cultivadas na unidade de produção familiar no apêndice B deste trabalho.

e aves, as chamadas “galinhas de quintal”. Maridalva, Carlos Alberto, Raimundo Barbosa e Maria Barbosa não criam animais bovinos pela falta de espaço <sup>32</sup>.

A maioria dos agricultores possui um jumento para o transporte de produtos da roça até os lugares de acessibilidade dos caminhões no momento da venda. Esses animais perderam a utilidade que tinham anteriormente após a chegada dos automóveis (carros e motocicletas). Eles eram quem faziam o transporte dos produtos que são levados para comercializar na feira livre de Maragogipe (frutas, legumes e verduras). Atualmente a produção é levada nesses automotivos.

Parte das planícies baixas e úmidas onde possuem concentração de água, chamadas de “terra d’água” são reservadas para o fornecimento de água aos animais bovinos, onde também são escavadas as cisternas para abastecimento d’água aos moradores através de bombas ou motores elétricos. Em alguns casos, uma cisterna fornece água para duas ou três famílias que moram próximas. Os lavradores compartilham o uso desses poços como forma de evitar gastos escavando outros.

### **3.3 Destinação dos produtos**

O esforço de produção é destinado em sua maioria para o mercado, mas, também para o autoabastecimento. Direcionam para o comércio interno em Maragogipe, e, especialmente, para ser comercializada no mercado das cidades de Salvador e Feira de Santana através de intermediário, corretor, comerciante ou atravessador<sup>33</sup>. Estes revendem nos comércios dessas cidades - cujo mercado é mais desenvolvido - por um valor consideravelmente superior ao comprado na roça diretamente com os agricultores.

Há dois tipos de compradores: 1) aqueles que moram nas comunidades vizinhas e são pessoas conhecidas pelos produtores. Estes compradores também atuam como agricultores, mas dividem o seu trabalho de produtor agrícola com o de comprador e revendedor. 2) compradores que vem doutros Estados ou cidades. Os produtores citaram sergipanos e alagoanos.

---

<sup>32</sup>Ver mais informações sobre a atividade pecuária dos entrevistados no Apêndice C desta dissertação.

<sup>33</sup> Nomes citados pelos agricultores quando se referiam às pessoas que compram os seus produtos.

Após a compra na roça diretamente com os agricultores, os produtos agrícolas são colocados nos seus próprios caminhões ou no de outros revendedores e levados para o comércio das cidades de Feira de Santana e Salvador ou outros centros urbanos. A venda para os intermediários ocorre principalmente na produção do inhame e aipim. O amendoim, milho, quiabo e farinha são destinados para intermediários e a feira livre. Frutas, legumes e verduras como pimenta, maxixe, batata doce, feijão, jiló, tomate, banana e caju são comercializados apenas na feira livre do município<sup>34</sup>. O produtor Fernando dos Anjos Barbosa relata a forma como ele comercializa a sua produção:

“A gente vende tudo a atacado. O inhame e o aipim a gente vende a atacado, ai o comprador compra aqui na porta. O aipim a mesma coisa, tem os atravessador, pra comprar e enviar pra feira livre, Salvador, Feira de Santana, esses cantos assim mais movimentados e pra consumir aqui a gente leva só as verduras mesmo pra vender aqui em Maragogipe. Aipim, esses negócio, só consome pra fora. O inhame mesmo nós só vende pros atravessador daqui e pros sergipanos, os sergipanos é que vem pegar aqui”<sup>35</sup>.

A procura pela venda ou compra do produto depende do interesse da parte. Presenciamos compradores indo até a casa do agricultor Dionísio da Silva Andrade para comprar inhame e outro à casa do agricultor Raimundo Barbosa à procura de aipim e inhame. Os agricultores também procuram vendedores da sua confiança para comercializar os seus produtos. A opção do produtor em vender para determinado comprador não depende apenas do valor sugerido, mas da confiança pelo pagamento dos seus produtos. Ou seja, assim como observada por Weisheimer (2012), a comercialização desses agricultores familiares é pautada por relações de confiança.

Embora a maior parte da produção seja destinada para o mercado, não há organização prévia sobre o destino e valores dos seus produtos, ou seja, são vínculos mercantis curtos evidenciados na venda direta ao consumidor ou através de intermediários.

Os agricultores não plantam com o destino certo para comercializar a produção. O que há é o costume de vender a algum atravessador de confiança do produtor, porém, fica tudo a

<sup>34</sup>Mais informações sobre o período da colheita, valor de venda, comercialização e destino das principais culturas, ver Apêndice D desta dissertação.

<sup>35</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Fernando dos Anjos Barbosa, lavrador, 50 anos, residente no Povoado Cobocó.

ser resolvido no momento de colher o produto. O valor é negociado com o comprador, sendo que, este último já traz consigo um valor imposto pelo mercado e ao efetivar o acerto com o agricultor, desvaloriza ainda mais os produtos para aumentar o seu lucro com as vendas. Muitas vezes, para não perder os produtos, os agricultores acabam se submetendo a valores bem inferiores ao que geralmente é comercializado. Isso ocorre em momentos de safras fartas, pois a oferta “abundante” de determinado produto reduz o preço.

### 3.4 Sociabilidade na produção

A sociabilidade nas relações de trabalho, aqui, destacamos durante o processo de trabalho familiar agrícola tem como elementos marcantes ações de solidariedades e prestação de retorno por elas, isto é, a reciprocidade (MAUSS, 2008). Tem-se a obrigação de dar, receber e retribuir uma solidariedade quando esta é prestada. Além de fortalecer os vínculos sociais e a interação entre os produtores, a sociabilidade também aparece como uma estratégia de reprodução social, pois, contribui para que aos agricultores acelerem a produção de algumas colheitas sem precisar de gastos extras usando máquinas ou pagando trabalhadores diários para ajudá-los.

O Sociólogo e Antropólogo francês Marcel Mauss (2008), ao estudar indígenas da Polinésia, Melanésia e Noroeste Americano, mostra o caráter espontâneo, mas também obrigatório e com interesses de um presente dado, recebido e/ou retribuído, o que vem a chamar de *dádiva*. Aborda que a dádiva é comum no processo de sociabilidade e comunicação humana, causando alianças e também desentendimentos e separações, quando não retribuída. A dádiva vai além de interesses materiais; envolve superioridade, prestígio, heranças, autoridade, poder, riqueza, uniões, essência espiritual e atos como: festas, casamentos, dentre outros aspectos de interações sociais que circulam nas diferentes sociedades. Numa interpretação sobre a ligação das coisas entre os Maori da Polinésia, Mauss discorre:

Compreende-se clara e logicamente, neste sistema de ideias, que seja necessário retribuir a outrem aquilo que é, na realidade, parcela da sua natureza e substância; porque aceitar qualquer coisa de alguém é aceitar qualquer coisa da sua essência espiritual, da sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e isso não apenas porque seria ilícita, mas também por que essa coisa que vem da pessoa, não

apenas moralmente, mas física e espiritualmente [...] tem poder mágico e religioso sobre vós (MAUSS, 2008, p. 70).

Sendo assim, segundo Mauss a reciprocidade está baseada na dádiva que forma o processo de solidariedade e fortalece a relação de prestígio, confiança, valores de amizade, responsabilidade e consideração, pois o ato de dar abarca mais do que uma simples troca, nele existe um simbolismo que fortalece os valores humanos para além dos valores econômicos que estão envolvidos. É toda uma sociabilidade de significados. O retorno da solidariedade não é obrigatório em termos contratuais, porém ele é esperado pela sociabilidade construída e a permanência da rede de cooperação e de laços do grupo.

Esse princípio de solidariedade como componente central nas relações estabelecidas das sociedades camponesas ajuda a sustentar a sociabilidade e reprodução das famílias, inclusive as nucleares, isto é, aquelas formadas pelo casal e seus filhos. Para Woortmann (2005), as “[...] famílias nucleares não são isoladas; pelo contrário, existem no interior das relações de parentesco e/ou vizinhança, em comunidades onde a troca de trabalho é um dos componentes centrais do padrão de reciprocidade [...]”. (p. 49).

Nessa perspectiva e fazendo uma avaliação do processo social do trabalho, dos trabalhadores e a sua relação com a terra tida como o seu bem, Tedesco (1999), traz experiências e concepções instigantes sobre relações de solidariedade e reciprocidade dos processos sociais que organizam o trabalho familiar agrícola:

A solidariedade também não é algo natural e gratuito. Há princípios de solidariedade que se fundam na auto-ajuda, na prestação de serviços, na troca de bens e/ou mercadorias, no empréstimo de produtos no momento da carência, bem como de dias de serviços, etc. No entanto, a solidariedade precisa ser recíproca; há um grau de cobrança que não é explícito, mas que regula o grau de solidariedade e o “crédito” futuro (TEDESCO, 1999, p. 117).

Tedesco destaca ações de solidariedade que a partir da consciência individual e coletiva leva a reciprocidade como garantia de manter a coesão social do grupo. Também pontua os meios de produção, o trabalho na terra ou a realização do trabalho com o uso da mão de obra familiar organizada em torno da e para a família. A atuação desse conjunto de elementos é

baseada numa lógica tanto na produção (agrícola) como nos valores e tradição (patrimônio sociocultural) e sociabilidade construída está entre os elementos tradicionais mais importantes no cotidiano desses indivíduos.

Durkheim (1999), ao discutir sobre a possibilidade da vida em sociedade, destaca que ela é possível devido à solidariedade social, esta causa à coesão social e varia de acordo a divisão do trabalho social. O autor denomina de solidariedade mecânica as sociedades cuja divisão do trabalho social seja menor e solidariedade orgânica quando a divisão é maior. Na solidariedade mecânica o indivíduo é diretamente ligado à sociedade, sem intermediações, nisso, prevalece à consciência coletiva, já a solidariedade orgânica liga o indivíduo a sociedade por intermediários da divisão do trabalho social. O que vai juntar as pessoas são as ocupações, a profissão e não os parentes e vizinhos, por exemplo.

Apesar das mudanças nas ações de solidariedade que faziam parte da socialização camponesa, observa-se que, atualmente, em muitas comunidades rurais contemporâneas parte importante do trabalho agrícola ainda é construída por relações de ajuda mútua. Trazendo consigo tradições, vínculos sociais e valores do cotidiano do trabalho e produção camponesa.

Observamos que em Santo Antonio de Aldeia há o costume pela mobilização e participação de vizinhos, membros da unidade familiar, parentes, aliados ou o conjunto da comunidade para a realização de atividades que favoreçam a uma família, pessoa, ou serviços de uso comum, como a melhoria de estradas, limpeza do templo religioso da comunidade, escavação de poços e cisternas, roçar terrenos, plantações e colheitas de aipim, inhame e pimenta, raspar mandioca na casa de farinha, dentre outros serviços. Inovações tecnológicas influenciam nesse tipo de sociabilidade, visto que o uso de maquinários, por exemplo, poupa a mão de obra humana e intensifica a produtividade com base nas ações individuais do produtor. Isso evita a necessidade costumeira da participação coletiva para execução das atividades de cada unidade familiar.

A troca de dias corresponde ao ato de dois produtores de unidades familiares diferentes trocarem o seu dia de trabalho para atuarem na unidade do outro. Ou seja, é acordado um dia para ambos trabalham na roça de um e outro dia na roça do outro, o qual pode ser subsequente ou mais adiante. Essa forma de ajuda mútua exige bastante afinidade entre eles, sendo assim, o acerto é realizado por produtores amigos, vizinhos ou parentes. O trabalho a ser feito fica a cargo do responsável pela roça. Essa ação evita pagar o dia de trabalhador ou o arado. Já o

digitório segue a mesma lógica da troca de dias, entretanto, envolve uma coletividade maior nesse processo de ajuda mútua.

Durante o trabalho de campo, participamos de um digitório realizado pelo agricultor Raimundo José Silva Reis em sua propriedade. O objetivo da sociabilidade foi cavar as covas<sup>36</sup> para plantar aipim e feijão na quadra da lua<sup>37</sup> nova, pois estávamos na lua minguante.

Ele chamou no total vinte e cinco amigos e conhecidos próximos para participar do digitório, destes, sete eram da sua família (irmãos, primos e cunhados). Apenas um dos convidados não pôde comparecer, mas enviou recado justificando a sua ausência. Muitos agricultores quando não podem ir a este expediente mandam seus filhos no seu lugar. Na maioria das vezes são os filhos mais velhos os indicados, por terem mais experiência. Mas os próprios agricultores preferem ir pessoalmente, pois é um sinal de consideração pelo amigo, afinal, esperam o retorno pela dádiva ofertada quando realizarem os seus digitórios.

Quase todos foram moradores da comunidade de Santo Antonio de Aldeia, apenas três residiam em comunidades rurais diferentes e um na cidade. Esse alto grau de participação dos agricultores mostra o prestígio que o agricultor possui no espaço social em que vive. Esse é um tipo de digitório no qual, na roça, só participam os homens. As mulheres preparam a comida para servir aos participantes no término das atividades. Raimundo (conhecido na comunidade como *Dinho*) relata sobre a importância da realização do digitório na comunidade:

“Aqui, os vizinhos por aqui todo mundo faz a digitório porque adianta a plantação, ai reúne os amigos e um ajuda o outro. É todo mundo conhecido, então a gente reúne os amigos e eu vou para ele e depois vem todo mundo pra mim, ai a gente faz assim e já adianta a plantação. Muitos já fez o digitório, muitos aqui ainda falta fazer e eu vou”<sup>38</sup>.

A sociabilidade aconteceu no período da tarde. O local do digitório foi próximo a sua casa. A partir das treze horas os primeiros agricultores começaram a chegar. O arado havia

---

<sup>36</sup> Ação de fazer montes de terra para inserir a semente da plantação.

<sup>37</sup> Quadra da lua - o mesmo que fase da lua. Corresponde a cada período lunar: lua nova, cheia, minguante e crescente. Para os agricultores as quadras da lua influencia na produtividade das plantações. Durante a lua minguante os agricultores evitam plantar qualquer cultura, pois, acreditam que o cultivo não irá vingar. As luas crescente e nova são as mais cobiçadas para o plantio.

<sup>38</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Raimundo José Silva Reis, lavrador, 48 anos, residente no Povoado Cobocó.

deixada a terra fofa uma semana antes do digitório. Dinho já se encontrava no local, no qual falou medir cerca de 0,7 tarefas de terra ou aproximadamente 0,35 hectare. Quase todos usavam chinelos, chapéus ou bonés, enxada posta no ombro e facões na cintura. Alguns caminhavam cantando, outros conversando, haviam os calados e outros gritavam pelo nome de Dinho ao passo que iam se dispondo no local. O terreno inclinado e escorregadio devido às chuvas dos dias anteriores exigiu a alguns agricultores que estavam calçados com botas ou sapatos a ficarem descalços, pois se afirmavam melhor no solo ao cavar as covas. Ao passo que iam chegando, se alocavam próximos a outros agricultores que possuía mais afinidade. Após uma hora do início do digitório, já se encontravam todos os convidados na área. A maioria preferia se portar para produzir as covas próximas a Dinho, outros ficavam mais distantes do dono do digitório. As covas eram feitas em companhia com água, licor, aguardente ou alguma conversa. Elas se desenvolviam em torno do cotidiano das suas plantações, problemas de saúde, fofocas, brincadeiras e mais ideias. O filho de Dinho era o responsável por repor a água quando esta acabava. As suas filhas estavam na casa ajudando a sua esposa no preparo do alimento que foi pensado para servir a todos ao terminar a feitura das covas. Passadas duas horas e quarenta minutos após o início do digitório, já não havia mais espaço para cavar vinte covas no terreno que fora preparado para o ato socioproductivo. Começaram as falas: *Cadê a terra, Dinho? Cadê a terra do digitório, Dinho? Pra onde agora, Dinho?* Dinho, satisfeito pelo adiantar da atividade, apenas sorria. A produção das covas havia terminada, mas o digitório não. Todos caminhavam para frente da casa de Dinho com expressão animada para outro momento da sociabilidade. Uns sentaram, outros preferiram ficar em pé para receber os pratos da moqueca de fato de boi com arroz que a esposa de Dinho havia feito especialmente para o expediente. Suas duas filhas e o seu filho eram quem serviam os alimentos, complementados por cocos verdes colhidos das árvores no local onde estavam. Os próprios trabalhadores eram quem colhiam esse fruto. As brincadeiras, piadas e gargalhadas ficaram mais presentes. A aguardente e o licor também eram mais digeridos. Sogro, cunhada e sobrinhos de Dinho, os quais moram ao lado, vieram participar. A sua cunhada logo seguiu para a varanda da casa se juntar a irmã. Por mais de uma hora e meia estiveram reunidos. Antes de se despedir de Dinho e sua família, dois agricultores lembraram em voz alta sobre os seus digitórios nas próximas semanas. Antes, alguns faziam perguntas para obterem a confirmação das datas. Despedidos de Dinho e sua família, todos seguiram para fazer as últimas tarefas do dia nas suas propriedades.



**Figuras 7 e 8:** Agricultores atuando no digitório de Raimundo José Silva Reis (o primeiro no plano da figura 7) e momento de socialização após o digitório. Fonte: registro fotográfico realizado pelo autor em trabalho de campo, maio de 2015.

A presença durante todo o digitório nos fez perceber que esta forma de ajuda mútua se configura como uma atividade que fortalece os vínculos sociais dos produtores e contribuem para a reprodução social. É composto por diversos momentos de sociabilidade entre os participantes, pois, além de trabalharem em conjunto, com um estimulando o outro, os diálogos são constantes, com interações sociais diversas.

### **3.5 Hierarquias de gênero no trabalho familiar agrícola**

De acordo com Schneider (2003) a crescente legitimação da noção agricultura familiar no Brasil reconhece a importância social e econômica deste tipo de produção agrícola por meio de políticas públicas permanentes, seja de crédito, assistência técnica, comercialização de seguro agrícola ou igualdade para as mulheres. Entretanto, o autor destaca que ainda são delicadas as intervenções políticas que abranjam as diferentes esferas da dinâmica produtiva agrícola, a exemplo do reconhecimento da atuação feminina.

Segundo Costa & Santos (2014), historicamente, as mulheres têm sido marginalizadas e encontram muitas dificuldades para mostrar a importância do seu papel na agricultura familiar. As desigualdades existentes entre homens e mulheres, reforçadas pela economia capitalista, inibem e limitam a participação destas na economia. Por este motivo, a produção

feminina nem sempre é reconhecida, pois os resultados do seu trabalho geram menor renda, e o seu acesso aos espaços de comercialização é restrito.

O trabalho das mulheres agricultoras ainda é considerado uma “ajuda” ao trabalho realizado pelos homens. Sem reconhecimento e valorização, o serviço destas torna-se invisível. As mulheres acumulam o trabalho do campo, o trabalho doméstico, os cuidados com os filhos e demais dependentes e, portanto, têm uma jornada muito maior que a de seus maridos ou companheiros. Costa & Santos (2014) ainda destacam que a gestão econômica e financeira é realizada quase sempre pelos homens, o que reforça a “situação de dependência das agricultoras em relação ao pai, ao marido ou aos filhos e mantém uma situação de desigualdade e baixa participação destas nas decisões da unidade de produção familiar” (p. 470-471).

No seu estudo sobre as dinâmicas de gênero e geração no trabalho familiar agrícola no Município de Governador Mangabeira-BA, Pinto (2014) mostrou que na hierarquia familiar, o trabalho das lavradoras, assim como o dos jovens se encontram em situação de invisibilidade em relação ao lavrador adulto, condição limitada que já faz parte do *habitus* estabelecido nas relações sociais do grupo:

Dessa forma, as posições na hierarquia do trabalho familiar encontram-se inteiramente vinculadas à dinâmica de gênero e geração, produzindo a invisibilidade tanto do trabalho realizado pelas lavradoras quanto pelos jovens lavradores. Nestas condições, sua atuação por mais subalterna ou socialmente invisível em relação ao lavrador adulto está inculcada como *habitus* que se estabelece na relação social norteando suas percepções acerca destas obrigações acerca de sua posição limitada no grupo (PINTO, 2014, p. 151).

Em Santo Antonio de Aldeia, observamos que as mulheres estão sempre presentes junto aos seus maridos nas atividades agrícolas. A maioria delas relatou que realiza quase tudo que os homens fazem, apenas alguns trabalhos muito pesados não executam, como cavar cova de inhame e roçar mato fechado. A lavradora Odete Magalhães Oliveira fala da sua rotina conciliando as atividades domésticas com as agrícolas: “*Eu faço tudo que meu marido faz, todo dia eu trabalho junto com ele e faço tudo todo dia. Eu acordo seis horas e largo onze horas e venho pra casa pra preparar a comida e volto uma da tarde pro trabalho e depois volto pra casa de novo final da tarde*”<sup>39</sup>. Mesmo a mulher participando ativamente junto ao esposo,

---

<sup>39</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Odete Magalhães Oliveira, lavradora, 43 anos, residente no Povoado Volta do U.

percebemos que na maioria dos casos, o controle da tomada de decisão da família fica sob responsabilidade do gênero masculino.

Essa fala da agricultora Odete Magalhães mostra o quanto a participação da mulher é importante para a produção e reprodução do trabalho agrícola e da família na agricultura. Ela assume papéis diferenciados num mesmo espaço social. As próprias agricultoras reconhecem que o seu trabalho é cansativo, no entanto o *habitus* incorporados nas suas percepções leva a empregar o reconhecimento ao trabalho do homem em relação ao seu. Observamos isso na fala da lavradora Adriane dos Anjos Andrade:

“A mulher no trabalho da agricultura é cansativo, ou bem você trabalhar nas casa, cuidar de filho, no trabalho da roça, mas a gente da conta, de noite a gente limpa a casa, de dia a gente vai pra roça é assim, mas o trabalho mais difícil é o do homem porque ele tem que se virar por cima de pau e pedra pra dar o pão de cada dia, eu acho que o mais dificultoso é o do homem, porque é o chefe da casa, então é o mais difícil”<sup>40</sup>.

Esse reconhecimento do pai como o vetor central da unidade agrícola familiar praticamente invisibiliza a existência feminina e reforça a desigualdade de gênero e de geração, porque filhos e esposas também conhecem e participam das várias etapas do processo produtivo, como continuaremos a ver nesse estudo.

---

<sup>40</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Adriane dos Anjos Andrade, lavradora, 28 anos, residente no Povoado Viração.

## **4 IMPASSES VIVENCIADOS NA REPRODUÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA E ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA PERMANECEREM NO CAMPO**

O objetivo deste capítulo é apresentar os dados obtidos através do trabalho de campo referentes às dificuldades enfrentadas e às estratégias adotadas pelos agricultores para desenvolverem as suas atividades agrícolas. Inicialmente debatemos conceitos teóricos que ajudam a compreender as características que permeiam a reprodução social da agricultura familiar e relacioná-los com a realidade dos agricultores de Santo Antonio de Aldeia. Posteriormente, descrevemos informações mais específicas sobre os dados empíricos da pesquisa.

### **4.1 Reprodução social e agricultura familiar**

A partir de medidas adotadas pelo Estado para promover a agricultura familiar, gerar empregos e condições mais dignas para os agricultores, especialmente através do PRONAF, esse tipo de agricultura passou a ter mais destaque no processo de desenvolvimento do país. Porém, não atingiu todos os agricultores, mantendo-se em alguns lugares precárias condições de vida e de reprodução social das famílias rurais (GODOY; WIZNIEWSKY, 2013).

Segundo Abramovay (1998), a agricultura familiar pode ser definida a partir de três atributos: gestão, propriedade e trabalho familiar, sendo que o trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Esses fatores estão interligados para o desenvolvimento da família na agricultura e a própria reprodução da agricultura. Para Wanderley (2001), a agricultura familiar combina a propriedade dos meios de produção (produzindo para seu consumo e para o mercado), com o trabalho no estabelecimento. Ao associar família-produção-trabalho, essa estrutura tem consequências fundamentais na forma como ela age econômica e socialmente. Uma das consequências dessa forma de agir é atender às necessidades do grupo doméstico e à reprodução das gerações subsequentes. É através dessa relação que resultam as características fundamentais da agricultura familiar, “a especificidade do processo, seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar” (WANDERLEY, 2001, p. 24).

Tedesco (2001) também pontua os meios de produção, o trabalho na terra ou a realização do trabalho com o uso da mão de obra familiar organizada em torno da família para definir conceitualmente a agricultura familiar. A atuação desse conjunto de elementos é baseada numa lógica tanto na produção (agrícola) como nos valores e tradição (patrimônio sociocultural). Nesse sentido, os membros da família operam dentro de uma lógica organizada em torno de saberes e valores capazes de assegurar a produção e reprodução dos estabelecimentos, através da permanência dos filhos no lugar dos pais. Entretanto, o questionamento dos jovens sobre essa lógica dos projetos familiares e a busca por projetos individuais tem influenciado na reprodução desse modo de vida.

Alves (2004) considera que a noção de reprodução teria uma abrangência no plano da sociedade como um todo e sua essência estaria no ciclo produção-consumo. O autor entende por reprodução a continuidade da produção de bens para o consumo ao longo do tempo e isso varia ao decorrer do tempo, com base na articulação entre tecnologia, matéria prima e trabalho e nas formas sociais de produção, incluindo a organização social, ou seja, a relação do homem com a natureza e a relação dos homens entre si.

Almeida (1986) aborda a reprodução na agricultura familiar de duas formas: como reprodução cotidiana (ou no curto prazo) e reprodução geracional (ou no longo prazo). A primeira abordagem diz respeito à como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo. Assim, pesquisas sobre reprodução da agricultura familiar no curto prazo envolvem questões relacionadas às formas e meios de produção (como a apropriação e uso de tecnologias) e sua organização, na qual se incluem a divisão de trabalho entre os membros da família e as relações sociais estabelecidas com outros agentes sociais e instituições. Enquanto a reprodução no longo prazo acontece através da sucessão geracional, centrada na unidade do casal e filhos (as).

Os jovens rurais têm sido vistos pelos estudos como uma categoria que carrega a responsabilidade da reprodução social da agricultura familiar. As estratégias de reprodução perpassam a sucessão da terra e do trabalho agrícola, mas não acontecem sem conflitos intergeracionais. A vivência de jovens agricultores, mostrando que aqueles que pretendem seguir a profissão do pai vivem em um constante conflito entre a reprodução e a ressignificação da vida no campo (CARVALHO, 2009).

Conforme Champagne (2008), tradicionalmente, a profissão de agricultor é passada de pai para filho de maneira endógena, ou seja, os conhecimentos são passados de uma geração para outra, dentro do próprio ambiente da produção familiar, a propriedade. Esta sucessão implica numa socialização prévia na atividade, iniciada durante a infância e desenvolvida na prática da sociabilidade. Ou seja, o início do aprendizado profissional na agricultura não costuma ocorrer na fase adulta dos indivíduos. Além disso, dificilmente alguém se torna agricultor familiar a partir de um aprendizado exclusivamente escolar. Outro aspecto colocado é o fato que na agricultura a reprodução endógena é particularmente elevada, uma vez que poucos indivíduos ingressam como profissionais nesta atividade caso não sejam filhos de agricultores.

Seguindo a reflexão de Champagne (2008), podemos observar através das falas dos entrevistados que a sucessão inicia-se na infância onde a criança acompanha o pai na lavoura e desenvolve as habilidades necessárias para o segmento do trabalho no campo. Percebemos isso em vários momentos das falas dos entrevistados. Marcelo Vieira dos Santos fala de saberes na agricultura, cujo aprendizado se deu com o pai: “*sempre trabalhei na agricultura com o meu pai em planta e venda de aipim, inhame, batata, verdura também [...] fiz, aprendi como planta, colhe aipim, inhame, a batata, o gado também um pouco, eu labuto com gado um pouco*”. Ele casou-se e construiu uma casa próxima a dos seus pais, onde mora com a sua esposa, assim como o irmão mais velho. Ambos produzem no terreno do pai e continuam ajudando-o na roça, porém, o esforço das suas produções é para o sustento das suas famílias.

O entrevistado Dionísio da Silva Andrade relata a necessidade de, ainda quando criança, acompanhar o pai na agricultura para ajudar na sobrevivência da família e faz uma relação com a escolaridade. Por ser o filho mais velho, ele foi o responsável por contribuir na criação dos seus irmãos. Esse agricultor comenta que a forte presença no trabalho da roça dificultou o seu desenvolvimento nos estudos, ao contrário das suas irmãs, as quais também trabalhavam na roça, mas não com a mesma intensidade, assim, puderem frequentar a escola por mais tempo:

“Eu vou fazer sessenta e cinco anos e quando eu comecei a trabalhar de verdade na enxada eu tinha dez anos e tenho cinquenta e cinco anos de enxada. De homem só tinha eu pra ajudar papai. Quando José (irmão) nasceu eu tava com dezoito anos. Só tinha eu pra trabalhar. As menina trabalhava, mas estudavam mais do que eu. Eu só ia na escola terça e sexta. Segunda feira eu botava mandioca na casa de farinha e

trabalhava pra ajudar papai. Não podia estudar porque eu não podia deixar papai sozinho na roça<sup>41</sup>.

O seu aprendizado ocorreu a partir da inserção forçada no trabalho agrícola, visto que a família precisava da sua força de trabalho. Notamos que, no processo de socialização com a atividade agrícola, a tradição dos filhos em acompanhar os pais na roça torna-se importante não apenas para ajudar nas necessidades da unidade familiar, mas, também, pelo aprendizado para se tornar responsável pela propriedade da família e assegurar a sua reprodução.

Apesar das dificuldades enfrentadas, os agricultores continuam a resistir e encontrar formas de adaptação às mudanças para continuarem desenvolvendo e estimulando a sua produção. Ter a capacidade de inovação e interação com instituições locais que venham a valorizar e ampliar a sua produção são fundamentais para que os esses trabalhadores superem os entraves diários da produção. Desta forma, a reprodução dos agricultores familiares depende da sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades frente aos desafios que lhes são colocados pelo ambiente social e econômico em que vivem (SCHNEIDER, 2010).

#### **4.2 A importância da sucessão geracional**

O tema da sucessão geracional e, especificamente, da reprodução social da profissão de agricultor vem emergindo como uma das principais preocupações das instituições do setor público, bem como das entidades representativas da agricultura familiar. O processo sucessório é reconhecido como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar dos pequenos municípios (STROPASOLAS, 2011).

Weisheimer (1999) chama a atenção para as dificuldades da reprodução social da agricultura familiar. Destaca o posicionamento dos jovens em suceder os pais no trabalho agrícola e suas possibilidades de permanência na agricultura. Este autor argumenta que a reprodução do processo de trabalho familiar agrícola está vinculada aos interesses dos jovens agricultores e não ao contexto histórico de atuação dos seus familiares. Estes constroem projetos

---

<sup>41</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Dionísio da Silva Andrade, lavrador, aposentado, 64 anos, residente no Povoado Viração.

individuais que diferem do coletivismo interno da família. Isso acaba por desagregar um processo geracional de interesses centrados na unidade familiar. A estrutura da família camponesa estaria baseada desta forma.

O desenvolvimento do capitalismo no campo e a modernização da agricultura teriam contribuído para o aumento do individualismo interno e a restrição do coletivismo interno da unidade familiar. Atos como casamentos, mudanças de profissão e migrações, também são vistos como aspectos desagregadores dos interesses familiares coletivos. Mas isso também gera novas possibilidades de atuação no campo

A preocupação com a agricultura familiar e a sua sucessão aparece, sobretudo, em decorrência da tendência cada vez mais acentuada de emigração dos jovens das propriedades rurais. O tamanho da unidade produtiva, a socialização com a atividade agrícola, o trabalho árduo agregado à remuneração reduzida, entre outros fatores, fazem os filhos desejarem novas oportunidades nos centros urbanos. Neste sentido, migram para as cidades a procura de universidades e/ou trabalho e a maioria deles não retornam.

Os entrevistados a seguir retratam sobre a realidade da vida na roça e suas expectativas pra o futuro dos seus filhos o que implica, por parte de uns em aspectos desagregadores da sucessão geracional e com outros na permanência na agricultura e, conseqüentemente, na sucessão do trabalho agrícola:

“Meus filho foi pra cidade pra procurar trabalho, porque os trabalho de roça hoje não da pra esse povo de estudo, a criança estuda pra puder procurar um trabalho mais leve. No caso eu trabalho na lavoura, mais se eu tivesse uma formatura eu ia procurar um lugar pra trabalhar pra ganhar um dinheiro melhor, mais fácil né? Eu quero que eles siga, não quero que fique na roça”<sup>42</sup>.

Raimundo Vieira Barbosa fala do trabalho na roça como uma atividade árdua, pesada, logo, não condiz com a realidade de pessoas que estudam, a exemplo dos seus filhos. A sua esposa, Maria Barbosa, também ressalta que, embora ela e o marido estejam atuando sozinhos na unidade de produção, foi necessária a saída dos filhos do campo para tentarem a vida na

---

<sup>42</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Raimundo Vieira Barbosa, lavrador, 50 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

cidade, pois, eles não iriam se adaptar com o trabalho na roça, já que não cresceram no mesmo costume que o seu e do seu marido, ou seja, um processo de socialização voltado para as atividades agrícolas:

“Antes dos menino estudar e se formar, os menino trabalhava, depois que os meninos se formou, cada um foi cuidar das suas vida, seus trabalho, ai ficou eu e ele só (marido). Eu quero que eles continuem na cidade, porque trabalhar de enxada, esse povo novo não aguenta não, não guenta. Eu trabalho e gosto e to ainda porque eu já fui desde pequena trabalhando na enxada, mas eles que vão pra escola de rua que vai de manhã estudar, quando é de tarde chega cansado, então só faz umas besteirinhas. Tem que deixar estudar mesmo, se não estudar não é alguém na vida. Então eles não tem o costume de trabalhar igual a eu e o pai”<sup>43</sup>.

Maria Barbosa relata que os seus filhos ajudavam na roça, mas, foram direcionados para estudar e, ao concluírem o ensino médio, procurar emprego para trabalhar na cidade. Foi justamente isso que ocorreu. Após concluírem essa etapa dos estudos, seus três filhos foram trabalhar em Salvador e eles ficaram atuando sozinhos na propriedade com apenas dois hectares de terra.

---

<sup>43</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maria Barbosa, lavradora, 49 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.



**Figura 9** – Maria Barbosa e Raimundo Vieira Barbosa trabalhando no cultivo do aipim.  
Fonte: registro fotográfico realizado pelo autor em trabalho de campo, março de 2015.

Nas propriedades agrícolas cujas extensões territoriais são maiores, os filhos tendem a permanecer mais em relação aquelas com pouca terra para plantar. No caso da propriedade de Raimundo Barbosa e Maria Barbosa, ainda que demonstre potencial produtivo, o terreno (com área de dois hectares) é pequeno, isso dificulta a formação de projetos familiares e também individuais dos filhos a partir da propriedade e permanência na agricultura. Ou seja, o tamanho do estabelecimento, da sua capacidade produtiva e de geração de renda implica diretamente na permanência dos jovens e na garantia da reprodução agrícola (WEISHEIMER, 2009).

Essa falta de estrutura no ambiente rural dificulta a formação de projetos profissionais agrícolas, ocasiona à migração forçada dos jovens e reforça a concepção do campo como um espaço de precariedade social, atrasado e sem perspectivas de crescimento na vida, tanto por parte dos pais, quanto dos filhos e para que isso ocorra, deve-se migrar para a cidade em busca dos seus projetos individuais.

Neste sentido - com as dificuldades de formalizar projetos familiares na agricultura e a disposição dos membros familiares por projetos individuais - a busca por outras atividades além das agrícolas, cuja atuação seja mais satisfatória financeiramente e na própria execução, só tem aumentado. Além dos grandes centros urbanos, os jovens agricultores de Santo Antonio de

Aldeia estão se mobilizando para trabalharem na própria cidade de Maragogipe e em novos empreendimentos econômicos que surgem na região como esperança de “novos tempos”.

Em Maragogipe, destacamos a implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, em 2012, no distrito maragogipano de São Roque do Paraguaçu. Esse empreendimento surgiu com o objetivo de gerar empregos e contribuir para o desenvolvimento econômico do Recôncavo. Entre as principais funcionalidades, o Estaleiro atua na produção de plataformas de petróleo, sondas de perfuração com alta tecnologia e grandes embarcações<sup>44</sup>. Devido a sua dimensão estrutural e necessidade de mão de obra, essa foi uma das opções que mais despertou o interesse dos moradores rurais do sexo masculino.

Muitos agricultores, especialmente os mais jovens, deixaram de atuar continuamente na agricultura para trabalharem nas obras do Estaleiro e outros buscavam o mesmo objetivo. No entanto, após a instalação da crise no setor naval brasileiro, impulsionada por problemas na Petrobrás, já nos meses finais do ano de 2014 o Estaleiro diminuiu bruscamente a sua produção e centenas de trabalhadores foram desligados da obra<sup>45</sup>. Isso ocasionou no retorno forçado desses agricultores para o campo ou outras atividades na cidade.

Também ganha espaço na comunidade moradores rurais que conseguem emprego na cidade e se deslocam para trabalharem em atividades da indústria e principalmente dos serviços, com destaque para o comércio, mas continuam morando na zona rural. Isso ocorre principalmente entre os jovens. A maioria utiliza a motocicleta como transporte para fazerem o percurso de 12 km (ida e volta) diariamente. Destes, poucos conciliam com atividades agrícolas,

---

<sup>44</sup> O Consórcio Estaleiro Enseada do Paraguaçu (CEP) em 2014 passou a se chamar Enseada Indústria Naval S.A. Fundada em 2012 para atender as demandas do pré-sal, a empresa é formada pela união de quatro empresas de atuação global: Odebrecht, OAS, UTC e pela KHI Kawasaki Heavy Industries Ltd. O Empreendimento ocupa uma área de 160 hectares nas margens da Baía do Iguape, localizado no distrito de São Roque do Paraguaçu, em Maragogipe. Visa à construção de plataformas de exploração e produção de hidrocarbonetos, embarcações de grande porte (navios tipo cargueiro, tanque, contêiner, gaseiro), além da construção e integração de módulos e decks de produção para navios de petróleo e gás natural do tipo FPSO (Floating, Production, Storage and Offtake). Em outubro de 2014, o estaleiro Enseada Indústria Naval, localizado em Maragogipe, recebeu a Licença de Operação (LO) concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para iniciar a fabricação de navios-sonda para a Petrobrás. Fontes: (<http://www.enseada.com/#QuemSomos>) e (<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/02/consorcio-encerra-atividades-de-obras-no-estaleiro-paraguacu-na-ba.html>). Acesso em: 05/03/2015.

<sup>45</sup> O Consórcio Estaleiro Paraguaçu (CEP) encerrou boa parte das suas obras no final do mês de fevereiro. Por conta da situação, o total de desligamentos da Enseada, entre novembro de 2014 e janeiro de 2015 foi de 1.081 funcionários. Em 11 de fevereiro de 2015 a Enseada desligou mais 950 integrantes. No dia 6 de janeiro, 500 funcionários da obra foram demitidos. Em dezembro de 2014, trabalhadores chegaram a realizar uma manifestação após o desligamento de outros 470 funcionários. Fonte: (<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/02/consorcio-encerra-atividades-de-obras-no-estaleiro-paraguacu-na-ba.html>). Acesso em: 05/03/2015.

principalmente as mulheres. Constroem seus projetos profissionais e contribuem para a reprodução da família através do trabalho na cidade.

Constatamos que essa forma de atuação para os filhos é o desejo da maioria dos agricultores entrevistados. Eles preferem que os seus filhos estudem e consigam emprego na cidade de Maragogipe, mas continuem morando no campo. Há receios pela moradia na cidade devido aos problemas atuais de violência dos centros urbanos. Por outro lado, não veem perspectiva de futuro na agricultura. Sendo assim, as prioridades são:

- 1 - estudar e depois trabalhar na cidade, mas continuar morando no campo;
- 2 - estudar e depois migrar para morar e trabalhar na cidade e;
- 3 - continuar morando no campo e atuando na agricultura. Estudar já não é tão importante.

Ou seja, o que antes eram tidos como destinos certos para grande parte dos jovens agricultores, agora, aspectos como condições precárias de vida, violência e o sobretrabalho nas grandes cidades vem desestimulando o desejo dos pais para que os seus filhos migrem para esses espaços. Ainda assim, esse caminho aparece como segunda opção. O desejo que tem crescido entre os pais é que seus filhos não migrem para cidades distantes e fiquem próximos dos familiares, trabalhando na cidade e morando no campo. Continua como minoria os que desejam que os seus filhos atuem apenas na agricultura.

A Tabela 17 mostra o número de filhos dos agricultores entrevistados e a situação atual de moradia deles. Entre os entrevistados, apenas Marcelo Vieira não possui filho. Dos 34 filhos no total, 20 são homens e 14 mulheres, 21 deles continuam morando no campo, sendo 14 homens e 07 mulheres. Os que migraram somam 13, sendo 06 homens e 07 mulheres. Ou seja, metade das filhas mulheres migrou e menos de um terço entre os homens.

Tabela 10 - Relação dos filhos que atuam na UPF e os que migraram - por sexo.

Nº	Agricultor	Filhos (Qtde.)		Filhos na UPF		Filhos que migraram	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
01	Adriane	0	1	0	1	0	0
02	Carlos Alberto	3	1	2	0	1	1
03	Dionísio	3	3	2	0	1	3
04	Fernando e Maria Mércia	3	1	2	0	1	1
05	Hildebrando	3	1	3	1	0	0
06	Jorge Luis	0	2	0	2	0	0
07	Maridalva	2	1	2	0	0	1
08	Maria Barbosa e Raimundo Barbosa	2	1	0	0	2	1
09	Maria da Paixão	2	0	2	0	0	0
10	Marcelo	0	0	0	0	0	0
11	Odete	1	1	0	1	1	0
12	Raimundo Reis	1	2	1	2	0	0
Total por sexo		20	14	14	07	06	07
<b>Total</b>		<b>34</b>		<b>21</b>		<b>13</b>	

Fonte: elaboração do autor, 2015.

Destacamos a situação de alguns agricultores. Dos 06 filhos de Dionísio Andrade (03 homens e 03 mulheres), 04 migraram para morar e trabalhar na área urbana de Maragogipe, entre eles, todas as mulheres. Os 02 filhos e 01 filha de Maria Barbosa e Raimundo Barbosa também optaram pelo caminho da migração, sendo assim, são os únicos que não possuem filhos atuando nas atividades agrícolas, logo, estão sem sucessor. Entre as filhas mulheres que atingiram a idade adulta, apenas a de Hildebrando e a de Odete não migraram. Os filhos de Adriane, Jorge Luis, Maria da Paixão e Raimundo Reis ainda são crianças ou adolescentes e, segundo esses agricultores, eles ainda não sabem ou não definiram os seus projetos profissionais. Continuam trabalhando na unidade de produção da família e estudando.

Remetemos novamente a pesquisa sobre a situação dos jovens agricultores do Recôncavo da Bahia, nela, Weisheimer (2012) constatou que, a maioria (53%) desses jovens gosta mais ou menos do trabalho agrícola. Esse número é maior entre os jovens adolescentes. Eles possuem menos acesso aos recursos materiais e “encontram-se menos inseridos no processo de trabalho. Ao mesmo tempo, são eles os que mais se encontram no sistema formal de ensino o qual apresenta outras possibilidades, materiais e simbólicas, pra além do trabalho agrícola” (p. 104).

Essa pesquisa aponta que, de acordo com a idade os jovens têm posições diferentes sobre o trabalho que realizam. Para esse autor a intensa socialização na atividade produtiva implica diretamente para uma avaliação positiva da mesma, logo, mais disposição para realizar as tarefas, como acontecem com os jovens adultos. Weisheimer chama a atenção para as dificuldades presentes no cotidiano desses jovens, as quais produzem insatisfação:

A penosidade das tarefas, o baixo retorno financeiro da atividade e a percepção do não-reconhecimento do trabalho expresso, recorrentemente, por meio de sentenças como: “a agricultura não é valorizada”, “o trabalho da lavoura não é valorizado” e “ninguém valoriza o jovem da roça”, são alguns exemplos das questões que permeiam a avaliação dos entrevistados sobre o trabalho agrícola (WEISHEIMER, 2012, p. 104-105).

Por outro lado, esses jovens consideram a sua participação no trabalho agrícola como muito importante para os resultados obtidos por suas famílias, avaliam o modo de vida dos pais como bom e demonstram posição favorável à reprodução do modo de vida deles, entretanto, expressam desejo de mudança nas suas práticas cotidianas. Para esse Pesquisador, os jovens agricultores familiares atuais “são portadores de novos valores e desenvolvem comportamentos que os diferem necessariamente de seus pais, de maneira que a disposição à reprodução social do modo de vida incorpora novos elementos de adaptação e transformação” (WEISHEIMER, 2012, p. 114). Na comparação por sexo, as jovens agricultoras expressam mais o desejo de mudança em relação ao modo de vida dos pais do que os homens da mesma idade. No geral, essa pesquisa mostra que os homens avaliam o trabalho agrícola de modo mais positivo do que as mulheres.

Dos entrevistados, apenas Hildebrando e Maria Mércia demonstraram interesse pela continuidade dos filhos na agricultura. Para os demais a saída do trabalho na roça (não necessariamente a moradia) é o caminho para terem uma vida melhor. Segundo Hildebrando é importante que a sua filha (33 anos) e os seus dois filhos (31 e 28 anos) continuem trabalhando na roça e assegure a reprodução da sua propriedade:

“Eu, a mulher e os filhos todos nós trabalha na roça. Eu tenho três filhos agora um é adotado três homens e uma mulher, todos trabalham. Os filhos ajudam a trabalhar na roça, todos três e minha filha trabalha também, planta um inhame, um aipinzinho, cria

um bizerrinho. Todos eles plantam no mesmo terreno, um planta um capim, outro planta um inhame, outro planta um aipim, mas todos trabalha no mesmo terreno. Meus filho trabalha pra eles mesmo, mas tudo no mesmo terreno [...] Eu prefiro que meus filho fique aqui na roça mesmo, não quero que eles saiam não e toque a roça em frente”<sup>46</sup>.

Para o seu filho mais novo, com 14 anos, adotado ainda quando criança, Hildebrando almeja que ele estude e consiga *trabalho bom* na cidade. O adolescente cursa a 7ª série do ensino fundamental. A sua filha concluiu o ensino médio, casou-se, mora ao lado da sua casa e, juntamente com o seu esposo desenvolvem as atividades agrícolas no seu terreno. Os outros filhos concluíram apenas o ensino fundamental. Exceto o filho adolescente que trabalha para os projetos profissionais da família, os demais moram e plantam consigo, mas a rentabilidade da produção é direcionada para os seus projetos individuais. Porém, não há uma separação rígida no processo de trabalho, havendo a cooperação entre os membros.

Maria Mércia relata dificuldades encontradas atualmente por aqueles que migram para a cidade sem estudo. Para ela a vida na roça não está difícil como antes e a possibilidade para se desenvolver tem aumentado. Como vimos na Tabela 17, dos seus 04 filhos (03 homens e 01 mulher), 02 migraram (para a cidade de Salvador), dentre eles, a sua única filha, os outros dois continuam na unidade de produção familiar. A agricultura deseja que eles continuem na roça:

“Hoje em dia se o jovem não sair daqui pra cidade pra estudar, é mais fácil ficar na roça, tem muito mais vantagem, porque antigamente a roça era mais difícil, hoje tá bem mais fácil. Hoje você pode trabalhar e viver aqui, porque hoje a gente tem tudo, tem carro, o carro pega na porta, se você quiser ir na cidade qualquer hora você tem transporte, se você quiser estudar na cidade você pode estudar, se você quiser trabalhar você pode trabalhar e morar na zona rural tranquilo, porque hoje você tem tudo, você tem internet, você tem televisão, tudo que você quiser você tem. O jovem que sai daqui pra ir morar na cidade sem ter um segundo grau, a dificuldade é muito mais do que aqui. Ir para lá pra viver de um salário mínimo, eu prefiro mil vezes os meus filho aqui trabalhando. Tem dois filho aqui comigo, eu digo todo dia: fica aqui comigo me ajudando, ajudando seu pai, é muito mais vantagem do que vocês ir pra cidade, muito mais, porque o que você conquista na cidade muitas vezes você conquista aqui trabalhando. Já foi difícil, foi, hoje tá muito mais fácil”<sup>47</sup>.

<sup>46</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Hildebrando Caldas Barbosa, lavrador, 61 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

<sup>47</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maria Mércia Andrade Prazeres Barbosa, lavradora, 47 anos, residente no Povoado Cobocó.

A sucessão na agricultura familiar exerce um relevante papel na continuidade dos agricultores familiares e preservação do espaço social e econômico destes agentes. O modelo de uma agricultura multifuncional, ou seja, um modelo onde os agricultores envolvidos teriam outras atividades de geração de renda tem sido entendido no âmbito de países como da região europeia, como uma possível estratégia para propiciar a permanência dos filhos na propriedade rural. Além disto, esta pluriatividade tem contribuído para uma agricultura competitiva, sustentável e orientada para a qualidade da sua produção (SCHNEIDER, 2001).

Além disso, a falta de reconhecimento da família, de autonomia para inovação, renda, acesso a novas terras, falta de políticas públicas no meio rural, escolas e universidades, contribui para a desmotivação dos possíveis sucessores (SPANVELLO, 2011). Em contrapartida, a perda do vigor físico do pai, essencial para a produção no meio rural, ocasionado pela ação do tempo é outro fator determinante para a redução da mão de obra empregada nas propriedades rurais. Ou seja, a chegada da terceira idade no meio rural é um momento delicado; o agricultor precisa estabelecer estratégias de sucessão voltadas para o envolvimento e compartilhamento de ideias com o filho sucessor (DINIZ, 2013).

Entretanto, o processo de modernização que a agricultura vem passando constitui-se como um dos elementos que determinam profundas mudanças no segmento da produção familiar. Gazolla (2006) afirma que as transformações sociais, econômicas e técnicas que ocorreram no meio rural mudaram a vida e as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares.

Estas transformações mudaram principalmente os modos de vivência dos agricultores e as suas estratégias de reprodução social. A agricultura familiar que se assentava, antes deste período, na diversificação produtiva, hoje se reproduz com base no mercado de fatores de produção, na especialização produtiva, nos cultivos voltados ao mercado e com uma intensa diferenciação socioprodutiva entre as suas unidades. (GAZOLLA, 2006, p. 100).

Estratégias voltadas para ampliar a relação com o mercado estão sendo desenvolvidas e precisam ser ampliadas. Ainda que as dificuldades para competir com a agricultura capitalizada sejam inúmeras, a agricultura familiar cria elementos para se adaptar às novas exigências em função da sua flexibilidade e da possibilidade de operar em menor escala e com maior

diversidade, ou seja, ela integra-se ao padrão de desenvolvimento atual, definido pela sustentabilidade (CARMO, 1995).

Conforme Almeida (1986), para o entendimento da reprodução do trabalho agrícola familiar é necessário levar em consideração tanto a sua dinâmica interna como as relações que estabelece com o ambiente externo. Nesse sentido, ocorre a reprodução da família para si, mas articulada com sua inserção na sociedade capitalista, assim, as famílias adotam determinadas estratégias como respostas às pressões externas. Experiências de agricultores que se estruturaram de modo a serem competitivos no mercado permitem reflexões importantes acerca de estratégias eficazes para o sucesso da agricultura familiar.

#### **4.3 Algumas considerações sobre estratégias de reprodução social na agricultura**

Os agricultores familiares desenvolvem estratégias para garantir a sobrevivência e a continuidade do seu modo de vida no campo. Segundo Antuniassi (1993), as estratégias são respostas a situações limites que garantem a reprodução do grupo familiar e atendem às necessidades técnicas do processo produtivo, ou seja, o modo como os agricultores utilizam ou operacionalizam os recursos produtivos e as relações com os mercados, em concordância não apenas com as variáveis estruturais (terra, capital e trabalho), mas também com uma série de fatores sociais, econômicos e demográficos. Esse autor, refletindo Bourdieu (1991), conceitua que as estratégias não são necessariamente um ato de livre escolha dos indivíduos, mas um exercício prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições em que vivem, ou seja, a estratégia resulta do senso prático do agricultor para garantir a reprodução da unidade produtiva e das suas diferentes dimensões.

De acordo com Lamarche (1993) às estratégias familiares podem ocorrer em vários níveis, como no âmbito das variações na intensidade de trabalho, êxodo de membros da família, ampliação ou redução do consumo, diversificação, redução ou intensificação da produção. Sendo assim, os motivos que levam a recorrerem por tal estratégia estão condicionados a diversos fatores sociais, impulsionado pela realidade cotidiana, quanto às apreensões sociais, culturais e econômicas do indivíduo em conjugação com a família, conforme aponta Schneider:

(...) as estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos (...) essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente as contingências e situações objetivas (SCHNEIDER, 1999, p. 135).

A reprodução social é entendida como uma das dimensões de um processo mais amplo, no qual se ordenam as relações sociais e se desenvolvem as dinâmicas socioculturais com as quais famílias, grupos, comunidades e a sociedade procuram preservar-se no tempo, enquanto entidades sociais singulares, adaptando-se e transformando-se diante dos conflitos e crises que ocorrem em sua história (RAYNAUT, 1994).

Segundo Sampaio (2004), as estratégias são dinâmicas e heterogêneas em função dos variados graus de adaptação que cada unidade familiar adota segundo a disponibilidade de recursos econômicos, projetos para o grupo familiar, apego aos valores tradicionais e grau de limitações ligadas aos recursos naturais e à mão de obra disponível em cada momento ou local. Sampaio ainda destaca que, para melhor entendimento das decisões adotadas pelos agricultores é necessário compreender de forma global a exploração agrícola, pois, esta faz com que as estratégias tenham a ver com outros fatores, como o âmbito das variações na intensidade de trabalho, o recrutamento/êxodo dos membros da família, a ampliação ou a redução do consumo e a diversificação, redução ou intensificação da produção.

As estratégias familiares em torno da organização do trabalho se relacionam, com a divisão do trabalho entre os diversos membros da família e à intensidade da utilização das diferentes frações de mão de obra, tanto na unidade de produção, quanto fora dela, incluindo as migrações sazonais e temporais. Nesse processo de proletarização, uma das estratégias de resistência da família camponesa é à saída de alguns membros em busca de trabalho assalariado temporário, nos centros urbanos ou rurais (ANTUNIASSI, 1993).

Sant'Ana (2003) chama a atenção para as estratégias adotadas por produtores, resgatando a importância das tradições e dos modos de vida (as raízes camponesas) do

agricultor familiar para enfrentar a realidade em transformação. Tal enfoque na perspectiva das estratégias busca compreender que as mesmas estão vinculadas ao modo de vida e as tradições desses sujeitos sociais, não sendo apenas um reflexo das imposições estruturais da sociedade, tanto na esfera política, econômica, cultural e tecnológica externos à unidade produtiva, como em ações desenvolvidas pela família na unidade de produção e nas relações de sociabilidade presentes no lugar e no seu cotidiano.

Wanderley (1999) destaca três objetivos fundamentais para entender as estratégias adotadas pelos produtores familiares ao longo da história no país no processo de reprodução social, são elas: a luta por um espaço produtivo; pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família (p. 37). Assim, para garantir a sua reprodução social, a família rural põe em prática determinadas estratégias que podem estar voltadas à unidade familiar ou à unidade de produção. Estas estratégias são influenciadas tanto pelas características internas da família e de propriedade, como pelo ambiente social e econômico onde estão inseridos (ALVES, 2004).

Na comunidade de Santo Antonio de Aldeia, observamos arranjos estratégicos tais como: relações sociais de produção calcadas principalmente na família, complementada pelo trabalho esporádico de um trabalhador; ajuda mútua de outros produtores; mudança e intensificação na produção de cultivos mais procurados pelo mercado; assegurar o acesso a terra e mantê-la produtiva (compra de insumos e uso de máquinas); uso de fertilizantes e recursos naturais do próprio terreno para adubar os cultivos, como forma de economizar na compra desses insumos; reservar dinheiro e intercalar os cultivos para não ficar periodicamente desprovido; na importância do autoconsumo, no vínculo com o lugar e na solidariedade. Ao decorrer do capítulo, detalharemos essas estratégias. Antes, descrevemos as dificuldades que enfrentam para desenvolverem as suas atividades agrícolas e, também, os fazem desenvolver as estratégias.

#### **4.4 As barreiras no caminho da lavoura e os arranjos estratégicos para superá-las**

As limitações enfrentadas pelos produtores rurais de Santo Antonio de Aldeia podem ser observadas nas diversas etapas do processo de produção. Em geral, esses agricultores encontram inúmeras dificuldades para manter sua propriedade viável.

As adversidades surgem desde a compra de insumos agrícolas, algo oneroso para produtores com baixa rentabilidade e condições limitadas de investir no incremento da produção até comercialização dos produtos. Seguem com ataque de pragas, tais como lagartas e gongos, pouco espaço para o plantio e, por fim, a desvalorização dos produtos no mercado local e regional frente às alternativas produzidas em escala industrial.

Como consequência, verifica-se ainda um baixo nível de produção e desenvolvimento nas propriedades agrícolas. Outros impasses também foram apresentados pelos agricultores, tais como: falta de apoio técnico para o desenvolvimento dos cultivos; falta de ajuda financeira para ajudá-los nos períodos de baixa produtividade (destaca-se a seca durante o verão); falta de sementes para o plantio; achar dias para trabalhar devido à substituição da mão de obra humana por máquinas (trabalhadores diários se queixam); dificuldade para pagar trabalhador diário (demais agricultores se queixam do valor elevado); falta de veículo para transportar os produtos e, por fim, a má situação das estradas. Isso remete a esses trabalhadores sensação de incerteza sobre o desenvolvimento, venda e rentabilidade da produção.

Além disso, essas dificuldades comprometem as condições de reprodução social das unidades familiares, ainda mais que estão ampliando o vínculo com o mercado e dependem de determinações externas para viabilizarem a produção. Weisheimer discorre sobre isso, destacando a subida dos preços dos insumos e a estagnação dos preços dos produtos:

Devido às determinações externas, as unidades de produção familiar tendem a ser restringidas pelo padrão de acumulação capitalista. O avanço das relações de produção capitalistas e a conseqüente integração dos agricultores ao mercado – do qual dois aspectos são a constante: subida de preços dos insumos de que necessitam e a quase estagnação dos preços dos produtos comercializados – leva amplas parcelas a ter inviabilizadas suas condições de reprodução social (WEISHEIMER, 2012, p. 49).

Sendo assim, por mais que os agricultores possuam um processo de trabalho com especificidades que os diferenciam do modo de produção capitalista e estejam procurando estratégias para evitar gastos que fogem da capacidade endógena de produção, encontram-se

submetidos a determinações oriundas das relações de produção capitalistas que comprometem a reprodução social. Nisso, à compra de insumos e a quase estagnação ou até mesmo desvalorização dos produtos se destacam. Abaixo descrevemos essas dificuldades e as alternativas encontradas pelos produtores para manterem as suas unidades produtivas.

Seguiremos a ordem de descrição com base nos impasses e estratégias que se reportam aos agricultores do âmbito mais geral para o específico, ou seja, primeiro abordamos os aspectos que correspondem à realidade de todos ou a maioria dos agricultores entrevistados, para, em sequência, trazermos aqueles vinculados a alguns produtores.

#### 4.4.1 Estagnação e desvalorização do preço dos produtos durante a comercialização

Os agricultores se queixam da desvalorização dos seus produtos pelos compradores, ou seja, os intermediários ou atravessadores. Os cultivos que proporcionam uma renda maior, a exemplo do inhame e aipim, são vendidos a intermediários. Os produtores não possuem um sistema de integração mercantil para comercializarem esses produtos diretamente ao consumidor, desta forma, ficam totalmente dependentes de intermediários e, segundo eles, acabam perdendo no ato da venda, pois a tomada de preço é imposta pelo comprador. Maria Mércia diz que *“a maior dificuldade que a gente tem aqui é a desvalorização, porque a gente planta né, e porque quem ganha mais são os atravessador”*.

O preço colocado pelos intermediários varia pouco, além disso, a venda para esses compradores são pautadas por relações de confiança e não necessariamente pelo preço ofertado. A afinidade com o comprador e confiança pelo pagamento dos produtos vendidos é mais relevante do que o valor de compra sugerido. Desta forma, mesmo que achem ofertas com preços mais elevados, eles preferem vender para os intermediários conhecidos pelo *preço de sempre* ou *barato*. Os receios e a interação ainda limitada com o mercado os levam a aceitarem as circunstâncias que mais lhe são confiáveis ao recebimento pela venda dos produtos.

A pouca valorização dos produtos influencia os agricultores a diminuir os gastos com o investimento nos cultivos para não saírem no prejuízo. Dionísio da Silva Andrade relata o uso dessa estratégia evitando pagar trabalhadores diários para ajudá-lo no trabalho. Desta forma, concentra o máximo de atividades entre os membros da família:

“O que sempre atrapalha a gente aqui na roça é o preço, o preço das mercadoria. Quando a gente acerta uma roça e tá contente o preço cai, então a gente pagar um trabalhador caro, se você não tomar pé no trabalho, você não tomar base, não faz o dinheiro que você aplicou naquela roça”<sup>48</sup>

A não valorização nos preços dos produtos deixa comprometida a lucratividade dos agricultores. Adriane dos Anjos Andrade declara que essa é uma dificuldade enfrentada pelos trabalhadores do campo:

“A dificuldade, é que muitas pessoas não dão valor ao nosso trabalho, a gente chega na feira pra vender e as pessoas diz: ah, tá caro. Porque não sabe a dificuldade e o trabalho que dar, então muitos dá valor e muitos não. Eu acho assim, com aquele dinheirinho a gente pretende fazer alguma coisa na nossa casa mas, não dá certo, porque ou bem come ou mete mão na casa. Eu acho assim, as pessoas podiam dar mais valor as pessoal da roça, que trabalha na roça, é difícil sim, pro pessoal da cidade e da roça, mas o pessoal da roça trabalha debaixo de sol, de chuva, então a dificuldade é essa ai, as pessoas dá valor ao trabalho da roça. Quem vai vender dá valor ao seu trabalho, mas quem quer comprar não dá”<sup>49</sup>.

Essa dificuldade na comercialização também reflete a necessidade de um planejamento mais cuidadoso e mudanças no processo dos produtos a serem cultivados, considerando as características dos mercados finais a que se busca atender. Percebemos que os agricultores de Santo Antonio de Aldeia demonstram preocupação com isso após mudarem o foco da produção, deixando a farinha de mandioca para intensificarem nos cultivos do inhame e aipim, visto que estes se mostram mais rentáveis.

#### 4.4.2 Desvalorização da farinha de mandioca

---

<sup>48</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Dionísio da Silva Andrade, lavrador, aposentado, 64 anos, residente no Povoado Viração.

<sup>49</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Adriane dos Anjos Andrade, lavradora, 28 anos, residente no Povoado Viração.

Como vimos no capítulo anterior, à produção agrícola em Santo Antonio de Aldeia são costumes seguidos por gerações e a produção da farinha de mandioca é o mais tradicional deles. Essa atividade remete a uma série de interações calcadas na participação da família e sociabilidade entre parentes, vizinhos e conhecidos próximos. Além disso, os alimentos gerados (farinha, beiju, tapioca, caroço e raspa) sempre foram importantes na cultura alimentar da localidade e para a geração de renda das famílias, no caso da venda da farinha e menos recorrente do beiju e da tapioca. A raspa e o caroço são subprodutos usados para o consumo de animais que criam. Portanto, numa comunidade marcada pela presença de costumes indígenas, o cultivo da mandioca sempre teve papel importante na sua dinâmica social, alimentar e econômica. Esse costume ainda faz parte do modo de vida dos moradores, porém, numa prática cada vez menor. As dificuldades para competir com a escala industrial tornaram-se cada vez maior, desta forma, a saída foi a reconversão produtiva para os cultivos do inhame e aipim.

No geral, a produção da farinha de mandioca na comunidade de Santo Antonio de Aldeia tornou-se uma atividade voltada para o autoconsumo, ainda assim, nem todos os agricultores querem produzi-la. Hildebrando Caldas Barbosa relata na sua fala o que constatamos durante o trabalho de campo e nas entrevistas com a maioria dos agricultores:

“Eu fazia muita farinha mais agora eu compro porque o trabalho que tem pra fazer a farinha, que a gente vai gastar por semana, vai sair mais caro e vende barato. Eu gasto meia quarta, são dez litros né? Vai se tornar em sete quilos de farinha por semana. Se eu for parar pra fazer sete quilos de farinha vai me empatar o que? Três dias. É sim, três dias. Você ver que coisa... Sete quilos de farinha, você arranca, leva pra casa de farinha, raspa ela, ceva, pega a massa e bota na prensa e aperta, não pode fazer no mesmo dia, tem que ser de um dia pro outro e bota fogo no forno, ceva de manhã de novo e quando você vai tirar a massa de manhã, sabe como é né? Chegar ficar tonto, porque a bicha é braba, a mandioca, aí pra torrar aquela farinha se tu trabalhar de manhã até meio dia, de tarde tu não pode trabalhar mais porque tu pegou quentura de fogo, não pode ir pra roça tomar uma chuva. Empata o dia sempre. Você tira o quê? Você tira treze ou quatorze reais e compra. Então eu prefiro comprar porque esse tempo que eu gasto pra fazer a farinha eu trabalho na roça”<sup>50</sup>.

Como a produção da farinha é uma atividade que exige mais tempo, esforço e envolvimento de pessoas em relação a outras atividades, Hildebrando e a maioria dos agricultores preferem comprar o produto na feira livre de Maragogipe e ocupar o tempo que

---

<sup>50</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Hildebrando Caldas Barbosa, lavrador, aposentado, 61 anos, residente no Povoado Viração.

seria gasto com essa prática para se dedicarem a outros cultivos. Ressaltando que a produção de farinha de mandioca na localidade ainda é realizada de forma manual.

Contudo, a quase estagnação do preço da farinha e o direcionamento e intensidade da produção para o inhame e o aipim devido a maior valorização destes, mostram que os agricultores estão pensando no mercado antes de investirem na plantação. Ou seja, na luta para desenvolver o seu espaço produtivo, esses trabalhadores buscam ter acesso às atividades mais estáveis e rentáveis, objetivos estes que norteiam suas estratégias econômicas e se articula com o acesso a uma atividade mercantil mais valorizada e formas de aumentar a rentabilidade da sua produção.

#### 4.4.3 Falta de verba para investir na produção e o trabalho de base familiar como estratégia de reprodução

Outra dificuldade que os agricultores de Santo Antonio de Aldeia enfrentam é a falta de verba para investir na plantação. As relações de produção regidas essencialmente pelo trabalho familiar, na qual a família é considerada o motor do processo produtivo é uma estratégia fundamental para a reprodução do trabalho agrícola, sendo que cada membro acaba assumindo um papel importante nas atividades desenvolvidas, de modo que cada qual tem seu peso, seu significado e isso no universo familiar constitui-se numa divisão do trabalho, que também é sexual, entre homens (pai e filhos) e mulheres (mãe e filhas).

Fernando dos Anjos Barbosa salienta que: *“Se for pra você viver só pra pagar trabalhador pra você sobreviver, você não vai ter lucro nenhum, não vai ter resultado nenhum naquela roça, você só vai ter o dinheiro pra você investir ai a família mesmo trabalha porque fica tudo na família”*. Essa estratégia apresentada pelo entrevistado reforça a importância dos membros familiares no processo de trabalho agrícola para a economia com investimentos e, conseqüentemente, na continuação e aumento da produtividade. Observamos que essa é uma estratégia desenvolvida dentro da família pelas características internas da propriedade. Porém, também há influência do ambiente social e econômico onde estão inseridos, o qual os leva a essas tomadas de decisões.

Maria Barbosa apresenta a estratégia utilizada pela família pra que a falta de recursos financeiros não os impossibilite de continuar reproduzindo o trabalho agrícola:

“Quando a gente tá com pouco dinheiro a gente trabalha mais, por exemplo, se você não tá com dinheiro pra pagar trator, você faz tudo na enxada, entendeu? Se a roça der caro a gente paga umas duas horas de trator e ajuda mais, mas se o dinheiro tá pouco, a gente trabalha mais na enxada. Se não dá pra comprar adubo, a gente coloca adubo de quintal de cocô de boi, mandioca podre, vai jogando bananeira... se dá caro, compra o adubo, se não dá a gente dar um jeito, trabalha mais, mas faz”<sup>51</sup>.

Maria Barbosa cita a valorização dos produtos como fator determinante na adoção de estratégias para seguir com a produção. Em caso da roça não trazer o retorno financeiro esperado, intensifica o trabalho entre os membros da família para evitar o uso de máquinas e pagar trabalhadores. Essa agricultora também cita o uso de recursos naturais oriundos do próprio terreno como improvisado para evitar a compra de adubos. Assim, tais estratégias não são somente de cunho econômico, mas também são fatores importantes para compreender a capacidade de reprodução social dos produtores familiares e de que estas estratégias estão orientadas para manutenção de um modo de vida ligado a terra, ao uso dos recursos naturais ofertados pelo local e as relações de produção centradas na família, assim como observadas na produção camponesa. O modo de vida dos agricultores familiares embora possa se modificar ao longo do tempo mantém (mesmo que sob novas bases) como foco central a permanência na terra e a reprodução da família (ou parte dela) na condição de produtores familiares (SANT’ANA, 2003).

4.4.4 Falta de apoio técnico para enfrentar a seca no verão, combater as pragas e desenvolver a agricultura.

A falta de um apoio técnico para orientá-los no controle das pragas foi uma das principais dificuldades citadas pelos lavradores, já que, constantemente, essas enfermidades

---

<sup>51</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maria Barbosa, lavradora, 49 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

atacam as suas plantações. Isso ocasiona perdas na produção. Assim, de forma desorientada, esses trabalhadores fazem uso de insumos, como agrotóxicos e fertilizantes<sup>52</sup>.

Os fertilizantes (adubos sintéticos) são utilizados no desenvolvimento das atividades agrícolas. Anteriormente usavam apenas os adubos orgânicos, conhecidos na comunidade como *muturo*, oriundos dos esterco dos animais bovinos que criam, comprados com donos de grandes pastos em Maragogipe e nas cidades vizinhas ou então adubos de granjas trazidos da cidade de Conceição de Feira-Bahia, localizada a 39 km de Maragogipe. Após “descobrirem” os fertilizantes, passaram a fazer uso desse tipo de insumo devido ao menor custo e a praticidade para colocar na plantação. Segundo os agricultores, diferentemente do adubo orgânico, uma pequena quantidade do fertilizante colocada nos cultivos já é suficiente para desenvolvê-los. No entanto, por costume e preferência, os lavradores não dispensam os adubos orgânicos.

A Tabela 19 mostra os três tipos de fertilizantes usados pelos produtores para desenvolver as plantações de milho, quiabo, aipim e inhame. São fertilizantes minerais mistos a base de fosfato, sulfato de amônio, cloreto de potássio, enxofre e cálcio, conhecidos pelos produtores como 10-00-10 (dez, zero, dez), 04-14-08 (quatro, quatorze, oito) e 20-00-20 (vinte, zero, vinte). O que diferencia é a quantidade de componente químico em cada tipo de fertilizante. O uso desses produtos não é de imediato após o plantio, leva de um a três meses para colocarem na roça. De acordo com os agricultores é necessário esperar a semente se adaptar ao solo para depois usar o fertilizante. Já os adubos orgânicos utilizados, os quais são de origem animal e vegetal, são colocados na roça logo depois de plantada.

---

<sup>52</sup>Fertilizantes sintéticos e agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas), usados em quantidades abusivas nas lavouras, poluem o solo e as águas dos rios, onde intoxicam e matam diversos seres vivos dos ecossistemas. O uso indiscriminado de agrotóxicos ao longo dos anos tem provocado o acúmulo de resíduos de compostos químicos nocivos na água, no solo e no ar. É esse o resultado da alta dependência de insumos químicos usados no controle de pragas, doenças e invasoras nas lavouras para garantir índices de produtividade que proporcionem retorno econômico à atividade. Porém, os defensivos químicos empregados no controle de pragas são muito pouco específicos, destruindo indiferentemente espécies nocivas e úteis. Ou seja, o desenvolvimento não sustentável da agricultura também tem contribuído para a poluição do solo e das águas. Entretanto, além dos riscos ambientais, o uso de agrotóxicos pode representar significativos males à saúde humana devido a sua alta toxicidade. Disponível em: <http://didigalvao.com/uso-de-agrotoxicos-e-fertilizantes-na-agricultura/>. Acesso em: 09 abr 2015.

Tabela 11 - Fertilizantes e adubos orgânicos usados para desenvolver as plantações

Insumos		Plantação usada	Uso
Fertilizantes	10-00-10	Milho e quiabo	Após 1 mês do plantio
	04-14-08	Aipim	Após 2 meses plantado
	20-00-20	Inhame	Após 2 ou 3 meses do plantio
Adubo Orgânico	Esterco bovino	Inhame, Aipim e Pimenta	Na primeira semana do plantio
	Esterco de aves	Inhame e Aipim	Na primeira semana do plantio
	Restos culturais da bananeira	Inhame	Logo ao plantar
	Folhas de jaqueira e mangueira	Inhame	Logo ao plantar

Fonte: Elaboração do Autor. Trabalho de campo, 2015.

A maioria dos agricultores continuam usando os adubos orgânicos de acordo com as suas possibilidades, pois não dispõem de dinheiro suficiente para comprar a quantidade necessária para toda a plantação e os animais que criam são insuficientes nessa produção. Mas, é certo entre eles que, sem o adubo, especialmente o bovino e granja as plantações não se desenvolvem, pois, *a terra tá fraca*. Desta forma, acabam reservando dinheiro para comprarem, pelo menos, metade de um caminhão do adubo de granja para cada safra do aipim e inhame, pois, o de granja é visto como um adubo *mais forte*. Alguns compram em anos alternados. Quando não podem adquirir o de granja, se dedicam a juntar o máximo de esterco bovina nos currais das suas propriedades e *buchos* (caules) de bananeiras, de preferência secos, para colocar na roça. Também usam folhas secas de jaqueira e mangueira como adubo para “fortalecer” a terra e “refrescar” a plantação do inhame.

Os adubos orgânicos, quando comprados, são encomendados a agricultores que possuem caminhões e estão acostumados a executarem esse serviço. Um caminhão com cerca de 35m<sup>3</sup> de adubo de granja custa R\$ 1.500,00. Já o *muturo de boi* sai por R\$ 700,00. A diferença no valor entre os dois tipos de adubo deve-se ao fato do de granja vir *de fora*. Enquanto o bovino pode ser adquirido nas proximidades e a oferta para compra é maior.

Os agrotóxicos são usados para combater as pragas e doenças que atacam as plantações. Em todos os povoados da comunidade de Santo Antonio de Aldeia os agricultores citaram a incidência das mesmas pragas. A Tabela 12 mostra as pragas/doenças, a ação destrutiva na plantação e os produtos utilizados para combatê-las. No combate a lagarta e a formiga, utilizam os agrotóxicos carrapaticida e formicida, respectivamente. Contra os gongos, usam a formicida e o calcário. Para combater a queima do inhame os agricultores ainda não encontraram alternativa.

Tabela 12 – Descrição das pragas e os produtos utilizados pelos agricultores para combatê-las

Praga/Doença	Ação na plantação	Agrotóxico/ produto usado	Uso
Lagarta	Destrói as plantações do aipim, mandioca e do milho, comendo as folhas	Carrapaticida	Líquido dissolvido na água e despejado no solo ao redor das plantações
Formiga	Ataca as plantações do aipim, quiabo e pimenta, comendo a folhagem	Formicida	Pó despejado ao redor dos pés das plantações
Gongo	Destrói a <i>manaíba</i> dias depois de plantada e as raízes do aipim, mandioca e amendoim.	Calcário	Produto obtido pela moagem da rocha calcária. Mistura-se no solo dois meses antes do plantio.
		Formicida	Despeja-se na <i>manaíba</i> antes do plantio
Queima do inhame	Raízes mais secas, com manchas internas amareladas, e a casca mais espessa e preta.	-----	-----

Fonte: Elaboração do Autor. Trabalho de campo, 2015.

A presença dos gongos e a queima do inhame são as enfermidades que mais tem causado transtornos aos agricultores. A ocorrência tornou-se frequente, logo, os prejuízos também. Alguns produtores culpam o uso dos adubos químicos e o de granja como motivo para o

aumento das pragas, pois, quando usavam apenas o *muturo de boi* elas apareciam esporadicamente nas plantações. Maria da Paixão relata:

De uns anos pra cá, depois que começaram a usar esses adubo de fora a roça ficou assim e nunca mais foi igual. A gente usava só o muturo de boi, agora com esse muturo de granja e esses outros comprados ai, trouxe um bucado de coisa ruim pra roça. O gongo, a lagarta, tudo aumentou. O inhame queima direto. Esses muturo de fora que vem cheio de coisa química. Eu acho que é isso (...). A gente usa pra ajudar, mas tá piorando”<sup>53</sup>.

Os produtores se queixam do governo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da ausência da Associação de Produtores Rurais em não disponibilizar profissionais da área agrícola para ajudá-los no combate as pragas. Como estratégia para superar essa dificuldade, passaram a usar esses produtos químicos visando preservar e desenvolver os seus cultivos. Porém, não possuem o conhecimento adequado para utilizá-los. Isso torna o trabalho dos agricultores vulneráveis aos riscos iminentes a saúde pelo mau uso desses produtos. Além disso, estão sujeitos à vulnerabilidade socioeconômica ocasionada pela perda da plantação, visto que as pragas não são combatidas com eficácia. Também falta orientação sobre as possibilidades de desenvolvimento e maior produtividade dos cultivos a partir da análise do solo para o uso dos fertilizantes.

Os agricultores compram os fertilizantes e agrotóxicos nas lojas de produtos agrícolas (casas de fazendeiros) sob orientação de funcionários destes estabelecimentos, os quais, geralmente não são profissionais da área e passam informações gerais sobre o uso. Nas falas a seguir percebemos as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na tentativa de combater as pragas e, também, com a falta de irrigação do solo durante a seca no verão, pois castiga a agricultura:

“No verão a terra endurece, fica difícil, a gente pranta e tem que esperar. O bom mesmo é quando chove, chovendo enverdece tudo a roça desenvolve, ai sim, a comemoração do agricultor é isso: a chuva pra trazer boa esperança, um bom fruto, uma boa colheita. Mas é difícil porque tem coisa que você pranta mesmo e às vezes você pranta um inhame, tem a praga a lagarta, ai isso tudo já fica difícil porque uma roça grande, você investe muito, muito trabalho, muita mão de obra, tem o adubo e

---

<sup>53</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maria da Paixão Barbosa, lavradora, 39 anos, residente no Povoado Volta do U.

tudo, muito trabalho, ai quando vem a praga nós não pode conter e tudo aquilo que a gente investiu vai ser em vão”<sup>54</sup>.

Marcelo Vieira dos Santos relata a importância da chuva na vida do agricultor, a qual traz alegria e esperança por boas colheitas. Mas, cita também o investimento, o trabalho árduo para produzir e a falta de controle no combate as pragas, a qual pode fazer com que todo esse esforço seja inútil. Percebemos um descontentamento no agricultor ao falar das incertezas com a produção devido aos problemas ocasionados pelas pragas. Dionísio da Silva Andrade também menciona as dificuldades e prejuízos provenientes da seca no verão e das pragas nas plantações do amendoim e inhame:

“O ano passado eu plantei quase trinta litro de amendoim e não tirei nem duas quartas, porque o gongo comeu todo. Você suspendia assim, quando ele (o amendoim) começa a botar os carocinho, ele vai comendo e quando ta grande ele entra [...] Esse ano eu perdi mais de dois mil quilos de inhame, o inhame queimou todo e queima por causa do tempo mesmo, é o adrubo, ninguém sabe qual é o caso do inhame queimar, é geral aqui e aqui é muita gente rapaz, eu nunca vi falar em tanto inhame plantado [...] Outra dificuldade é o sol, esse ano o sol atrapalhou e nasceu tudo falhado”<sup>55</sup>.

Maria Mércia Andrade Prazeres Barbosa ressalta na sua fala a falta de apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos Produtores Rurais para ajudá-los nos desafios diários da produção. Ela relata que as dificuldades são várias e, por falta de apoio técnico, os agricultores vão se *virando* como podem:

“A gente aqui não tem uma associação, não tem apoio de um sindicato, de uma associação que nos outros lugar tudo tem. Tem o sindicato, mas não tem suporte para os trabalhador nenhum, tudo é com a gente, é uma dificuldade... Se um animal adoecer a gente é que tem que correr atrás, se dá uma praga a gente é que tem que correr atrás, tudo somos nós que temos que correr atrás, a gente se vira como pode porque não tem apoio técnico nenhum”<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Marcelo Vieira dos Santos, lavrador, 28 anos, residente no Povoado Cinzeiro.

<sup>55</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Dionísio da Silva Andrade, lavrador, 64 anos, residente no Povoado Viração.

<sup>56</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maria Mércia Andrade Prazeres Barbosa, lavradora, 47 anos, residente no Povoado Cobocó.

#### 4.4.5 Limitação da renda no investimento da produção

Devido às condições ainda precárias de produção e valorização dos produtos, a reprodução dos trabalhadores agrícolas fica comprometida, pois a receita obtida é insuficiente para cobrir os custos de rotina do trabalho na propriedade, como o investimento no uso de máquinas e na compra de adubos para a próxima safra. Maria Barbosa afirma: *“a gente tem algumas dificuldade, agora a gente trabalha o tempo todo, compra adubo, paga trator, quando vai vender vende barato, agora tem vezes que dá um bom dinheiro, mas nem sempre dá”*.

É notória a reclamação dos agricultores pelo indispensável investimento para o desenvolvimento dos cultivos e, no momento da venda, os seus produtos não são valorizados, assim. Além de citar esses aspectos, no relato abaixo, Adriane também faz um desabafo pela falta de reconhecimento ao trabalho do agricultor:

“Tem gente que acha que é tudo fácil, acha que na roça tem fartura, mas não sabe da dificuldade. Tem que pegar adubo, vai gastando também pra cobrir aquilo que a gente faz e muitas das vezes a gente não cobre nem o adubo, tem que trabalhar pra ter o dinheiro pra comprar o adubo, pra cuidar da terra pra que a terra produza uma coisa que preste pra gente vender pros de fora também e muitas pessoas não tem essa mentalidade de dizer assim: aquele homem trabalha tanto pra fazer isso, pra fazer aquilo. Muitas vezes, muita gente que trabalha na roça vende o inhame pra comprar adubo e não sobra dinheiro nem pra você comer”<sup>57</sup>.

Com isso, a renda obtida com a produção, além do uso para sobrevivência, fica limitada a investimentos indispensáveis para a próxima safra, não favorecendo a outras necessidades da unidade familiar. Isso proporciona de forma limitada a reprodução da agricultura e não eleva a qualidade de vida dos produtores para que os satisfaçam a outras necessidades e anseios. Essa tendência também pode fazer com que esses trabalhadores passem a viver numa cultura de subsistência. A ocorrência dessa situação traz a ociosidade e subutilização das áreas, podendo até chegar ao abandono de terras em função da sua não viabilidade extensiva da produção, ou seja, que favoreça uma renda além da indispensável para investir no trabalho agrícola. Isso deixa o investimento e a continuidade da produção comprometidas, além disso, influencia na

---

<sup>57</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Adriane dos Anjos Andrade, lavradora, 48 anos, residente no Povoado Viração.

decisão dos filhos sobre a permanência na agricultura, especialmente para a não sucessão geracional.

#### 4.4.6 Falta de transporte e má situação das estradas

No tópico acima descrevemos que os agricultores estão se informando mais sobre as situações atuais do mercado para direcionarem os seus cultivos de acordo com a procura e valorização dos produtos. É uma estratégia para manter o terreno produtivo, melhorar a renda e seguir reproduzindo as suas atividades. No entanto, após desenvolverem os seus cultivos e chegada a hora da comercialização, os agricultores se queixam da limitação enfrentada para terem acesso ao mercado consumidor, nisso, destaca-se a falta de transporte próprio e a má situação das estradas para transportarem os produtos.

Odete Magalhães Oliveira fala sobre prejuízos que sofre durante a comercialização por não ter o próprio transporte para levar os seus produtos e vender diretamente ao consumidor: *“plantar é uma dificuldade, pra vender é outra dificuldade, vender é difícil, porque você não tem um transporte pra levar direto, então só vende perdendo, quem compra é que sai ganhando, porque a gente vende barato, essa é uma das dificuldades”*. Dessa forma, os produtos mais rentáveis (inhame e aipim) ficam dependentes de intermediários para comercializar sua produção, fato que reduz consideravelmente a lucratividade da atividade agrícola. O milho, o amendoim e a farinha também. Frutas, verduras e legumes quando levados para vender na feira livre da cidade, pagam a um carro para fazer o deslocamento. Antes, o transporte era feito em lombos de animais como burros, jumentos e bois.

Outro aspecto que atrapalha o momento da venda é a situação das estradas. Como na maioria dos lugares elas são estreitas, íngremes e o solo esburacado, dificultam aos caminhões terem acesso nas proximidades dos locais das colheitas, especialmente em dias de chuva. Assim, é necessário usar animais para transportar os produtos até um local com melhor acessibilidade para os automóveis. Isso se torna mais desgastante para o agricultor. Muitos produtores pagam a um trabalhar diário para ajudá-lo nesse serviço. Raimundo Jose Silva Reis relata essa dificuldade no Povoado Cobocó, local onde mora:

“Uma dificuldade aqui é a gente colher a roça nesses lugar aqui. Quando tá assim chovendo o carro não vem pegar, por exemplo, a gente colhe o aipim e coloca aqui, esperando que o carro vem, e quando chove assim o carro não vem, ai a gente tem que carregar no animal e botar lá em cima, a dificuldade maior que a gente tem é essa ai, é a estrada, que quando tá chovendo o carro não vem aqui [...] A gente deseja aqui a melhora da *avariante* vir pra cá, porque já ajuda a agricultura. Essa *avariante* aqui é a estrada, porque melhorando a estrada, melhora tudo, porque a estrada ajudando, facilita bastante pra gente”<sup>58</sup>.

Raimundo Reis chama de *avariante* a estrada que dar acesso às proximidades da plantação. Ele fala que é necessário máquinas planificarem o solo, alargar e colocar cascalho na estrada de forma que possibilite aos caminhões transitar por esses lugares e fazer o carregamento dos produtos, mesmo nos períodos de chuva.

#### 4.4.7 Falta de sementes para plantar

Outra dificuldade citada pelos agricultores foi a falta de sementes para o plantio de alguns cultivos como o feijão, o milho e o amendoim. Costumeiramente, guardam sementes da safra anterior para a seguinte, porém, nem sempre essas sementes resistem ao momento do plantio; não possuem o suficiente para a quantidade que desejam plantar ou não conseguem comprar. Fernando dos Anjos Barbosa ressalta a falta de ajuda financeira do governo, especialmente com sementes:

“Nós não acha um apoio do governo. Os outro lugar você vê que tem o apoio do governo, dar uma semente... aqui a gente não tem apoio de nada, tudo aqui no município de Maragogipe é isso, a gente tem que ter nossa semente, se não tiver nossa semente, nós não planta, se não tiver o dinheiro pra comprar o adubo, não aduba a roça. Agora mesmo veio umas semente ai de um feijão, desses que o governo deu... como é que vai dar se já chegou atrasado, como é que planta, se já tá atrasado. Tá ai... mandaram cinco quilos, mas como é que planta se já passou do prazo. A semente de milho eu tinha pouco, eu pedi ao vizinho aqui e ele me deu, a de amendoim eu comprei na mão de outro conhecido, mas não deu para comprar tudo que eu queria”<sup>59</sup>.

<sup>58</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Raimundo José Silva Reis, lavrador, 48 anos, residente no Povoado Cobocó.

<sup>59</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Fernando dos Anjos Barbosa, lavrador, 50 anos, residente no Povoado Cobocó.

Fernando Barbosa relata durante a entrevista que a Secretaria Municipal de Agricultura de Maragogipe distribuiu sementes de feijão para alguns agricultores da comunidade. Ele recebeu cinco quilos do produto, no entanto, como chegou após o período do plantio, ele decidiu por não plantar a semente, pois estava ciente que não vingaria, ou seja, pouco favoreceu ao agricultor. Para a plantação do milho, o agricultor tinha pouca semente para essa safra de 2015, pediu uma quantidade ao vizinho e o mesmo cedeu. Contudo, a solidariedade torna-se uma aliada também nesse momento. Também restou pouca semente de amendoim da safra passada para o plantio. A alternativa encontrada foi comprar com conhecidos mas, no momento, faltou dinheiro para adquirir a quantidade que almejou plantar.

#### 4.4.8 O Uso de máquinas como estratégia para intensificar a produtividade e diminuir os custos com trabalhador diário

Para a maioria dos agricultores o uso de máquinas facilitou sobremaneira a vida no campo, pois, ameniza o desgaste físico ocasionado pelo trabalho penoso na enxada e acelera a produção. Dionísio da Silva Andrade relata o uso de máquinas no preparo das terras para o plantio do inhame e aipim como uma estratégia para aumentar a produtividade e a rentabilidade desses cultivos, além de reduzir o tempo de trabalho e a mão de obra, a qual se torna mais lenta e custosa pagando trabalhadores diários:

“E esse ano botei a roçadeira, voltei botei a máquina pra cortar, depois voltei e botei as máquina pra fazer as lêra, ai quando eu fiz as conta do que eu gastei tudo, e a roça é o dobro da que eu fiz o ano passado, mais muito mais roça gastei R\$ 1.170,00 nisso tudo, a hora do arado da maquina é R\$ 60,00, um homem é R\$ 50,00. Lá mesmo no meu tabuleiro uma hora de arado é dez dia de um homem pra fazer cova. Uso o arado porque economiza mais, é mais rápido, a gente faz a plantação toda de uma vez. Se você tiver uma área boa, área grande você bota o arado o arado faz no dia tudo aquilo, amanhã você já pode ir na plantação e na mão de homem não, vai pegar hoje, de hoje a quinze você ainda tá ali ou mais de um mês tá trabalhando ali pra fazer aquela roça, o arado não, o arado faz no dia”<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Dionísio da Silva Andrade, lavrador, 64 anos, residente no Povoado Viração.

Hildebrando Caldas Barbosa também relata sobre o porquê resolveu usar as máquinas na plantação. Assim como Dionísio, ele destaca o uso do arado para acelerar o ritmo e a renda da sua produção, diminuir o esforço braçal e os custos pagando trabalhador no preparo da terra para a plantação do inhame:

“Eu resolvi usar o arado porque alivia o peso da gente, alivia o trabalho da gente. E ajudou mesmo porque botar um homem dois dias não faz o trabalho de uma hora do arado. Você cavar uma terra pra inhame tem que cavar fundo e no verão, porque no inverno a terra amolece, tem que ser de outubro em diante. A máquina ajudou mesmo porque você bota uma hora de arado e paga cinquenta ou sessenta reais, e se botar um trabalhador você paga cem e não faz, você bota um homem dois dias não faz o trabalho do arado”<sup>61</sup>.

Na maioria das vezes, quando necessita pagar trabalhador diário para ajudá-lo nos cultivos, Hildebrando contrata seus próprios filhos adultos. É uma forma encontrada para ajudar com a reprodução da família no campo. Quando isso acontece, geralmente são jovens que, mesmo ainda ligados à família e seus bens materiais, adquiriram certa autonomia para desenvolver as suas atividades e construir as suas vida orientando-se pelo que é adequado para eles. Segundo Weisheimer (2012):

Entre os jovens agricultores familiares a autonomia material refere-se as condições que possibilitam a eles construir um espaço próprio no processo de trabalho familiar agrícola e obter uma renda própria. Logo, as condições materiais que possibilitam ao jovem construir sua autonomia podem ser estudadas através de indicadores empíricos referentes à estrutura fundiária, à integração mercantil e ao acesso a rendas agrícolas entre os jovens (WEISHEIMER, 2012, p. 67).

De acordo com Weisheimer (2012), o recebimento de remuneração em dinheiro pela participação no trabalho familiar agrícola e o desenvolvimento de atividades autônomas na UPF foram os indicadores mais evidentes das condições de autonomia material dos jovens do Recôncavo Baiano. Para este autor, “as atividades produtivas autônomas realizadas pelos jovens agricultores em suas unidade de produção familiar possibilitam a eles uma renda própria

---

<sup>61</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Hildebrando Caldas Barbosa, lavrador, 61 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

e serve como um treinamento para a gestão de suas unidades produtivas no futuro” (p. 68). Ainda que a remuneração pelo trabalho desempenhado na unidade familiar seja baixa, é uma forma de reconhecimento da importância do trabalho dos jovens para os resultados das famílias.

Prosseguindo, Marcelo Vieira dos Santos também prefere usar o arado como estratégia para avançar o serviço e diminuir o trabalho manual, ou seja, a força exercida por ele e a esposa para desenvolver os cultivos, visto que é raro utilizar o serviço de um trabalhador diário:

“Agora mesmo apareceu umas máquinas, já facilitou mais pro agricultor, pra ter mais como desenvolver a roça, arar a terra. O trator já faz tudo, a gente entra com a mão de obra, o adubo também... ai sim. Era mais difícil, mas, hoje, com a máquina facilitou vamos dizer assim sessenta por cento, facilitou bastante pra plantar. Antigamente era assim no braço, força bruta como você mesmo sabe, hoje em dia não, a máquina pega duas tarefas, três tarefas ou dez tarefas... depende de quanto você for plantar. A máquina pega em duas hora de relógio, três hora faz aquilo tudo e antigamente no tempo mais de meu pai, limpava um pedaço no dia sem fazer quase nada e hoje não, com a máquina no dia você ara dez tarefas se for preciso [...] Ajudou bastante”<sup>62</sup>.

Marcelo nos contou que a presença das máquinas foi um dos aspectos que o estimulou a continuar no campo atuando na agricultura, pois, desde criança, quando precisava ir para a roça ajudar os seus pais, ele não se identificava com as tarefas agrícolas por achar uma atividade muito pesada, por isso ele procurou estudar, concluiu o ensino médio e buscou trabalho na cidade, mas não teve êxito. Segundo o agricultor, a chegada das máquinas agrícolas melhorou as condições de trabalho dos produtores rurais, amenizando o desgaste do *trabalho na enxada*. Atualmente ele se sente mais disposto e se identifica com a profissão de agricultor. Casado e morando com a sua esposa, Marcelo não pensa em deixar o campo.

#### 4.4.9 O outro lado da moeda: a falta de trabalho devido ao crescente uso das máquinas agrícolas

Enquanto a maioria dos agricultores exalta a presença das máquinas para ajudar no desenvolvimento dos seus cultivos, aqueles que possuem poucas terras para trabalhar e

---

<sup>62</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Marcelo Vieira dos Santos, lavrador, 28 anos, residente no Povoado Cinzeiro.

necessitam atuar como trabalhadores diários nas plantações de outros produtores reclamam da falta de trabalho devido ao uso das máquinas. É o caso dos entrevistados Carlos Alberto, José Luís e Raimundo Reis. Esses agricultores, além de trabalhar nos seus terrenos, precisam atuar como trabalhadores diários para complementar a renda da família.

Após o uso corriqueiro desses equipamentos para realizar diversas atividades agrícolas como: roçar o mato, derrubar árvores e arar (*fofar*) a terra para o plantio do inhame e aipim, a contratação de agricultores que atuam como trabalhadores diários caiu bruscamente. Como o uso das máquinas é poupador da mão de obra humana, essa situação se agravou ainda mais quando muitos produtores também aderiram à máquina para cavar as covas onde as sementes do aipim (*maníbas*) e do inhame são plantadas. Todas essas tarefas, anteriormente, eram praticadas pelos agricultores donos das plantações junto à sua família e, geralmente, com a ajuda do serviço pago de um trabalhador diário. Agora, a máquina realiza a maior parte dessas atividades e o que faltar os próprios agricultores executam. Sendo assim, sobra pouco trabalho para contratar o serviço desses trabalhadores.

O agricultor Carlos Alberto relata com certa indignação os quantos às máquinas interferiram no processo de produção dos cultivos, ocupando o lugar e afastando a mão de obra de trabalhadores como ele:

“Rapaz, antes tinha mais trabalho, antes tinha mais, hoje em dia sabe né, tá tudo mudado. É o arado pra arar a terra, ele mesmo faz a lêra, faz tudo, só não faz plantar né, nem plantar nem limpar. Arar a terra e fazer a lêra quem faz tudo é ele. Acabou o trabalho. Até pra roçar tem as máquinas de roçadeira, então foi quebrando a gente isso. É as máquinas, tirou o trabalho, tirou tudo. Eu digo a você, em uma semana nós trabalhando ela faz em uma hora, uma hora de arado é R\$ 60,00, você vai trabalhar um dia é R\$ 40,00, então prefere pagar o arado, o arado vai mais fundo e limpa mais do que a gente, o arado tirou o trabalho, acabou com a gente”<sup>63</sup>.

Carlos Alberto tem consciência que os agricultores preferem o arado devido a força motora que possibilita acelerar a produção, economizando esforço, tempo e dinheiro, quando comparado ao uso da mão de obra de trabalhadores diários. O seu relato foi em forma de desabafo. Era perceptível o seu descontentamento pela realidade em que se encontra, enquanto

---

<sup>63</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Carlos Alberto dos Santos, lavrador, 48 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

agricultor necessitado desse serviço para ajudar diretamente nas despesas familiares. Ele ainda não encontrou alternativas concretas para substituir essa lacuna.

Atualmente, um dia de atuação de um trabalhador diário custa R\$ 50,00, porém, quando realizamos as entrevistas, valia R\$ 40,00. Carlos Alberto nos contou que, antes das máquinas ocuparem o espaço que possuem, ele chegava a trabalhar cerca de dez dias por mês. Durante o período de maior atividade nos cultivos do aipim e inhame (plantação e colheita), esse número aumentava para treze, lucrando, em média, R\$ 460,00 por mês. Agora o agricultor não chega a ser chamado para trabalhar mais do que cinco dias por mês. Ele vai até as casas dos produtores da comunidade oferecendo o seu serviço. Apenas aqueles que possuem maior afinidade ainda o chamam nos momentos esporádicos que necessitam, diante do vínculo de consideração e solidariedade firmado durante a convivência no trabalho.

Esses agricultores tentam suprir essa perda de espaço para as máquinas realizando atividades não agrícolas ou se esforçando para aumentar a produtividade dos seus terrenos, porém, se deparam com outro problema: pouca área ou até mesmo a falta de terras para plantar.

#### 4.4.10 A falta de terras para plantar

Como vimos nas informações sobre a questão fundiária dos agricultores do Recôncavo Baiano, em geral, os seus terrenos são pequenos e isso dificulta para o aumento da produtividade, em se manter apenas da renda oriunda das atividades agrícolas e também na permanência dos filhos no campo. Partindo para a realidade dos entrevistados, essa situação é mais delicada para Carlos Alberto, Maridalva, Jorge Luís e o casal Raimundo e Maria Barbosa. Os terrenos dos dois primeiros não chegam a um hectare, o do casal mede um pouco mais de um hectare e Jorge Luís não possui terras próprias. Desta forma, ficam limitados para desenvolver os seus cultivos. As alternativas buscadas para não ficarem sem produzir são: atuar de meeiro nos terrenos de conhecidos; como trabalhador diário e as atividades não agrícolas.

Maridalva relata: *“eu não planto mais porque eu não tenho terra, você sabe que eu moro aqui no curral, eu não tenho terra, se eu tivesse terra eu plantava mais, então peço um*

*pedacinho de terra aos outros, peço um pedacinho a um, peço um pedacinho a outro*”<sup>64</sup>. Ou seja, ela pede para produzir nos terrenos de agricultores que, além de ceder espaço como gesto de solidariedade, sozinhos, não tem o vigor físico necessário para manter as suas terras produtivas e acabam cedendo espaço para que outros agricultores realizem plantações, cultive e, ao colher, a produção seja dividida entre ambos. Obviamente que há uma relação de afinidade entre esses trabalhadores para chegarem a tal acordo. Maridalva planta mandioca para produzir farinha, beiju e tapioca na sua própria casa de farinha. Jorge Luis também relata que trabalha como meeiro em terrenos de amigos e conhecidos próximos por não ter terra própria para produzir:

“Eu planto na terra dos outros. Eu planto de meia pra mim e pro dono da terra, porque eu não tenho lugar de plantar. Não tenho terra minha, ai eu planto na dos outro, mesmo. Falo com eles e eles manda plantar. Eu planto, chega no tempo de tirar eu divido no meio e fica uma parte pra mim e outra parte pra ele”<sup>65</sup>.

Ou seja, observamos que essa atuação interfere na autonomia do agricultor, visto que as terras não são suas e a rentabilidade é reduzida devido a divisão da produtividade. No entanto, é uma alternativa encontrada a partir de um acordo de sociabilidade para que os proprietários continuem com os seus terrenos produtivos e os meeiros não fiquem sem produzir.

Como vimos no tópico anterior, Jorge Luis também atua como trabalhador diário e pedreiro para complementar a renda. Carlos Alberto não trabalha como meeiro. Além de trabalhador diário, ele possui uma venda localizada próxima a Igreja de Santo Antonio que recebeu como herança do seu pai, após a morte do mesmo. A *Venda de Seu Manoel* é a mais tradicional da Comunidade. Ele mantém o estabelecimento, porém, não possui dinheiro para surti-la com produtos e vendê-los. Numa das vezes que estivemos com o trabalhador na sua venda (Figura 10), observamos que o local, além da infraestrutura simples, possuía apenas alguns pacotes de salgados industrializados e produtos de uso doméstico (detergente e água sanitária feitos de forma caseira por ele mesmo) disponíveis para comercializar.

---

<sup>64</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Maridalva de Jesus dos Santos, lavradora, 55 anos, residente no Povoado Cinzeiro.

<sup>65</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Jorge Luis Neves da Conceição, lavrador, 39 anos, residente no Povoado Volta do U.



**Figura 10** - Carlos Alberto dos Santos na sua venda, na Vila de Santo Antônio.  
Fonte: registro fotográfico realizado pelo autor em trabalho de campo, março de 2015.

Desprovido de recursos para adquirir produtos atrativos e atrair o consumidor, Carlos Alberto declara que não obtém lucro com o estabelecimento, pois, vende algum produto em momentos muito esporádicos. A partir disso, ele resolveu abri-la apenas nos finais de semana ou quando alguém o procura. O trabalhador afirma que a sua presença na venda é mais por costume do que na expectativa de lucrar. Nos demais dias da semana ele sai em busca de trabalho para atuar como trabalhador diário, quando não encontra, atua no seu terreno.

Dentre todos os agricultores entrevistados, Carlos Alberto foi o que mais se mostrou desestimulado com o contexto atual da agricultura na localidade, especialmente para agricultores do seu perfil. Toda a sua fala foi em forma de desabafo e sem perspectiva de melhorias, conforme o relato abaixo:

“Hoje a roça piorou tudo, piorou quer dizer, não tem terreno grande pra trabalhar, o que tem é pouco, não dá pra nada, o que ganho é quando acho um trabalho, digamos assim no dia pra trabalhar. Esses negócio não tem melhora, não tem melhora nenhuma, a vida da gente é essa aí. A terra que eu tenho lá não dá pra um animal se espojar dentro. Eu trabalho quando eu acho, porque eu não tenho terra grande pra plantar, eu

trabalho para os outro, ganho R\$ 40,00 por dia pra ajudar e quando eu não acho trabalho nas roça, eu trabalho pra mim”<sup>66</sup>.

O posicionamento de Carlos Alberto durante a entrevista retrata o quanto a questão fundiária influencia na reprodução social dos agricultores. A falta de trabalho e terras para plantar, desmotiva os agricultores pela continuidade no trabalho agrícola, ainda mais quando não encontram alternativas que complementem de forma mais satisfatória as suas necessidades. Assim, os filhos tendem a migrar para as cidades.

#### 4.4.11 A reciprocidade como estratégia de reprodução

Sobre as formas de organização do trabalho no campo enquanto uma estratégia de reprodução social realizadas pelos produtores de Santo Antonio de Aldeia, destacamos as ações coletivas regidas pelas relações de reciprocidade, como é o caso das práticas de ajuda mútua: troca de dias de serviço e especialmente o digitório.

Além da importância no convívio social, essas ações de solidariedade ajudam para a reprodução social dos moradores da comunidade. Maria da Paixão Barbosa relata: *“a gente faz assim, faz um digitório, ai junta todo mundo e dá um digitório e ajuda a cavar as cova, aqui um ajuda o outro, aqui é assim.”*. Isso é mais premente entre os parentes e vizinhos com mais afinidade.

Fernando dos Anjos Barbosa relata o digitório como alternativa para adiantar a plantação, amenizar o seu esforço e evitar gastos pagando trabalhadores diários, pois, nos lugares muito íngremes o arado apenas ara a terra, mas não faz as covas (se referindo à plantação do aipim). O entrevistado apresenta a maneira que os trabalhadores da comunidade realizam essa atividade através da mutualidade de ajuda:

“Eu faço o digitório aqui para adiantar a plantação. Todo ano eu faço porque tem trabalho que se for fazer sozinho vai demorar muito e a gente pagando também fica muito puxado, muita despesa e a gente não tem condição de pagar, mas com o

---

<sup>66</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Carlos Alberto dos Santos, lavrador, 48 anos, residente no Povoado Vila de Santo Antonio.

digitório já adianta. Quando tem lugar que da condição de fazer ai o arado faz e como aqui é ladeira tem que ser com o trabalhador. Na ladeira o trator ara a terra, mas não faz a cova, então tem que ter o digitório”<sup>67</sup>.

Portanto, apesar da família constituir-se na relação central de produção, quando a mesma não consegue completar totalmente sua necessidade de mão de obra, ela acaba criando possibilidade para outras relações no âmbito da unidade de produção, como o trabalho temporário, isto é, pagar trabalhador diário e o trabalho em coletividade. Mas, como discutido no capítulo anterior, a reciprocidade não acontece apenas por necessidade, ela também se torna uma obrigação que fortalece os vínculos para o *viver em comunidade*, sustentar a sociabilidade e a reprodução das famílias.

#### **4.5 Pluriatividade na agricultura familiar como estratégia de reprodução social**

O número de pessoas que moram no meio rural e estão procurando atuar em diversas atividades não agrícolas cresce cada vez mais. É o que autores como Schneider (2003) e Graziano da Silva (2001/1998) vem a chamar de pluriatividade no espaço rural. Porém ainda continuam mantendo vínculos com atividades agrícolas. Seriam novas formas de atuação e prevalência do processo de trabalho familiar agrícola. Em contrapartida, observa-se que, nesse processo de migração e novas ocupações, muitos filhos de agricultores estão voltando das grandes cidades para o campo, porém, não necessariamente para atuarem nas atividades agrícolas, ao menos, combinam as ocupações agrícolas com outras não agrícolas: serviços domésticos, motoristas, pedreiros, ajudantes de pedreiro, etc<sup>68</sup> (GRAZIANO DA SILVA, 2001). Para muitos autores a pluriatividade ajuda na permanência dos agricultores no campo,

---

<sup>67</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de Raimundo Fernando dos Anjos Barbosa, lavrador, 50 anos, residente no Povoado Cobocó.

<sup>68</sup> Destacamos o surgimento dessas atividades não agrícolas conforme o perfil do “novo rural” brasileiro trazido pelo pesquisador José Graziano da Silva. A partir da criação do Projeto Rurbano, em 1996, Graziano e sua equipe de pesquisadores universitários desenvolveram diversas pesquisas e demonstraram que o meio rural brasileiro do final do século XX já não podia ser considerado exclusivamente agrícola, visto o número crescente de pessoas que residem em áreas rurais e estão ocupadas em atividades não agrícolas, porém continuam mantendo atividades ligadas ao campo (GRAZIANO DA SILVA, 2001/1998).

“pois proporciona que estes continuem com as atividades agropecuárias mesmo não sendo estas rentáveis (ESLEBÃO, 2007, p. 60).

Na comunidade de Santo Antonio de Aldeia, observamos mulheres atuando em serviços domésticos, cuidadora de idosos e crianças, professora e vendedora de roupas, bijuterias e utensílios para casa. O entrevistado Carlos Alberto dos Santos diz que sua esposa trabalha no campo “[...] e pra ajudar ela trabalha de noite na casa de família, é porque é precisão né? A gente não acha lugar pra trabalhar e então ela faz tudo”. A sua esposa passa às noites de segunda a sexta-feira cuidando de uma idosa no povoado da Viração. Ganha R\$ 300,00 mensal. Segundo Carlos Alberto esse ganho é fundamental para o sustento da família, o qual é complementado pelo recebimento de R\$ 105,00 oriundos do programa social do governo federal Bolsa Família. Ou seja, a falta de terras para plantar e gerar mais renda leva a sua família a procurar alternativas para continuar se reproduzindo.

Observamos homens trabalhando como motorista, pedreiro e ajudante de pedreiro, eletricitista e vendedor de frutas, legumes e verduras compradas noutras cidades. Estes últimos são agricultores que viajam em carrocerias de caminhões para vender seus produtos agrícolas nas cidades de Feira de Santana e Salvador e comprar outros, especialmente legumes e verduras que não cultivam em seus terrenos (cebola, tomate, pimentão, batata inglesa, cenoura, beterraba, dentre outros) para revender na feira livre de Maragogipe. Muitas das vezes só viajam para comprar e revender.

O entrevistado Raimundo Vieira Barbosa relata que além de trabalhar no campo ele também desenvolve atividades não agrícolas para complementar a renda familiar: “*Também tem os bico que faço pra ajudar na renda. Trabalho de eletricitista, quando me chama pra fazer um serviço qualquer, trabalho também fazendo cangalha pra colocar no jegue, corto cabelo... não é só o trabalho da enxada que eu faço não*”.

O agricultor José Luiz Neves da Conceição também relata que desenvolve outra atividade além da agrícola para ajudar na renda. Ele afirma que o seu trabalho é na agricultura, porém, o dinheiro adquirido a partir da atuação como pedreiro é melhor:

“Eu aprendi esses trabalho com meu pai. Desde pequeno ele me levava pra roça e me ensinava, hoje, sozinho mesmo eu faço o trabalho da roça e também negocio de pedreiro. Eu aprendi a fazer também e é um dinheiro melhor do que na enxada, mas

eu trabalho mesmo na enxada, mas eu trabalho também como pedreiro. Eu faço pra ter um dinheirozinho maior”<sup>69</sup>.

Durante o diálogo, José Luiz relata que o dinheiro adquirido ao atuar como pedreiro é mais satisfatório, pois o trabalho é mais valorizado e não leva tanto tempo para receber, como é o caso das roças que planta. Devido a essa lacuna com a roça, teve que procurar outra fonte de renda. Ele afirma que ainda não é um dos pedreiros mais experientes e procurados pelos moradores da comunidade, por isso, atua esporadicamente e em obras de familiares e amigos.

A pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Assim, embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas (SCHNEIDER, 2001). Desta forma, a combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas numa mesma família, caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso ao qual a família faz uso, como representa uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica.

Segundo Brumer (2008) a pluriatividade também pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro que a exerce, pois o exercício de atividades não agrícolas acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e a unidade produtiva, conforme variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho, a infraestrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes para a inserção, prática e sequência desse fenômeno.

Godoy e Wizniewsky (2013) ressaltam que o processo da divisão social do trabalho não conseguiu homogeneizar totalmente o trabalho da propriedade rural, pois o agricultor não

---

<sup>69</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista focalizada em abril de 2015. Parte da fala de José Luis Neves da Conceição, lavrador, 39 anos, residente no Povoado Cobocó.

abandonou suas convicções sociais e continuou produzindo com a exploração da mão de obra familiar. Para estes autores, a presença das atividades agrícolas e não agrícolas nas propriedades rurais não devem ser entendidas como uma “nova” estratégia ou modelo utilizado pelas populações rurais. Destacam a importância de ter em mente que os camponeses não eram somente produtores agrícolas, mas combinavam atividades não agrícolas de bases artesanais dentro de suas propriedades, e que estas atividades envolviam a força de trabalho familiar.

A pluriatividade deve ser considerada como mais uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar promovendo a diversificação na propriedade, possibilitando o fortalecimento da família através de novas atividades que podem produzir uma renda adicional ao agricultor e também reduzir a necessidade de aquisição de insumos e produtos. De acordo com Sacco dos Anjos (2003) a especialização da produção conduz o agricultor a uma instabilidade e dependência, entretanto quando este exerce simultaneamente múltiplas atividades isto permite ao agricultor certo grau de autonomia e a ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na propriedade rural não deve ser vista apenas sob a ótica econômica, já que a presença de atividades pluriativas gera potencialidades que fortalecem a agricultura familiar e a sua reprodução econômica e social. Dentre estas potencialidades podemos citar: elevação da renda da família; geração de empregos; reduzir o êxodo rural; estimular o desenvolvimento local e, conseqüentemente, propiciar o desenvolvimento rural; sustentabilidade ambiental; dentre outros aspectos (SCHNEIDER, 2001).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação buscamos dar visibilidade a realidade de agricultores familiares que vivem a beira da vulnerabilidade socioeconômica e são desprovidos de políticas públicas efetivas que favoreçam a continuidade do seu modo de vida. Neste sentido, procuramos analisar a capacidade desses trabalhadores em usar suas experiências junto à família, parentes, amigos, vizinhos e de apropriação dos recursos naturais para desenvolver as suas atividades. Assim, privilegiamos as estratégias de sobrevivência e as formas de resistência para continuarem com o rural como o seu principal espaço de reprodução social.

O grande desafio encontrado por nós, no decorrer deste trabalho, foi adentrar no universo empírico em torno da reprodução social na agricultura familiar - de certa forma, um panorama novo - e analisar em meio às situações delicadas, decorrentes das mudanças sociais trazidas pela expansão do capitalismo no campo a percepção desses trabalhadores do novo contexto social no qual estão inseridos.

A análise permitiu compreender que, apesar do estudo se reportar a aspectos da realidade de uma comunidade onde o autor deste trabalho possui vínculos empíricos por ter morado vinte anos no local, foi necessário ampliar o olhar de pesquisador durante o trabalho de campo em relação ao de nativo. Obviamente que essas posições em muitos momentos trouxeram percepções diferenciadas na interpretação das informações, mas, tivemos o cuidado em relaciona-las e fazer disso um potencial para enriquecer a pesquisa.

Por meio dos procedimentos metodológicos da observação, diálogos e entrevistas, procuramos, inicialmente, conhecer o universo empírico da pesquisa a partir de dados socioeconômicos sobre a estrutura social da comunidade e o perfil dos seus agricultores, para depois nos centrarmos na agricultura praticada no local. As informações no âmbito mais geral foram importantes para nos atentarmos a outros contextos além das atividades agrícolas, os quais viabilizam ou não na reprodução social dos agricultores, pois verificamos que a procura por trabalhos não agrícolas vem crescendo na comunidade. Forma encontrada para complementar a renda limitada que a atividade agrícola proporciona.

Entretanto, as particularidades da comunidade de Santo Antonio de Aldeia permitiram constatar que o local se caracteriza como um espaço ocupado por agricultores familiares cujo

processo de trabalho se desenvolve por meio de procedimentos tradicionais. É claro que influências externas advindas especialmente da modernização agrícola chegam à comunidade e muitas delas provocam transformações profundas no cotidiano dos agricultores, a exemplo do uso de máquinas agrícolas e da compra de adubos químicos e orgânicos. Essas interferências influenciam tanto no processo produtivo quanto nas relações sociais. No entanto, práticas de sociabilidade e o modo de produzir calcado na *tríade* terra, trabalho e família fazem esses agricultores se aproximarem mais da agricultura camponesa.

No capítulo dois nos preocupamos em mostrar as diferenças e semelhanças nos contextos da agricultura camponesa e familiar. Percebemos que há uma conotação de moderna na familiar e tradicional na camponesa, mas ambas reportam à família com detentora dos meios de produção e esse é o traço singular dessas unidades produtivas. Buscamos também analisar as interligações da produção familiar agrícola nacional e regional com a escala local. Isso permitiu compreender que a agricultura familiar tem importância crucial para o abastecimento da população brasileira, entretanto, as políticas públicas possuem um grande endividamento quando comparada ao investimento para o agronegócio. Tal fator fica evidente nos estudos sobre a situação de vida desses trabalhadores. Realidade que segue contornos lamentáveis na Bahia, ainda mais por ser o primeiro Estado em números de estabelecimentos agropecuários no país. A atenção passada para os seus agricultores familiares são inexpressivas, tanto que a grande maioria deles vive em situação de vulnerabilidade social e isso se reflete na agricultura familiar do Recôncavo Baiano.

Para Maragogipe, obtemos dados relevantes sobre as inserções políticas que abrangem os produtores familiares deste município. Vimos que as ações oriundas da Secretaria de Agricultura e Pesca (SEAPE) são importantes, tanto as de cunho prático, quanto às pesquisas que estão sendo desenvolvidas. No entanto, precisam ser intensificadas para chegar às comunidades e atender a necessidades vistas no cotidiano dos agricultores. A comunidade de Santo Antonio de Aldeia pouca foi contemplada com as políticas de assistência à agricultura no município e seus moradores continuam produzindo em condições limitadas, constatando a nossa hipótese sobre a falta de políticas públicas efetivas e seu impacto na reprodução social e econômica dos agricultores.

O desconhecimento dos produtores sobre as formas de acesso ao crédito agrícola provenientes do PRONAF é outro fator relevante que comprova o quanto esses trabalhadores convivem com a falta de informações.

Foi lamentável constatar que o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Maragogipe (STRM) se restringe a execução de atividades burocráticas voltadas à aposentadoria e auxílio doença dos lavradores, quando poderia introduzir novos benefícios, informações e ideias em pró da produção agrícola e formação desses sujeitos. Por outro lado, observamos que o crescimento do número de Associações de Produtores Rurais no município é uma ação animadora. Resultado que esses trabalhadores conscientemente estão se organizando para reivindicar pelos seus direitos e conquistar benefícios que venham a melhorar as suas vidas. São instâncias dirigidas pelos próprios agricultores. A Associação de Produtores Rurais da Volta do U e Adjacências (APROVA) - a única da comunidade de Santo Antonio de Aldeia - demonstra potencial para o desenvolvimento e diversificação da produção agrícola local, assim como na qualidade de vida dos moradores. Mas a relação de confiança entre a instituição e os moradores da comunidade precisa ser fortalecida, assim conseguirão resultados mais sólidos. Desse modo, organizados, podem encontrar saídas transformadoras para amenizar situações problemáticas em que convivem.

Mostramos no capítulo três que as propriedades são pequenas para o plantio, os agricultores são descapitalizados e as condições de trabalho precárias. Dispõem de pouca tecnologia e informações. Necessitam de adubos para colocarem nas principais plantações, porém, nem sempre podem custear-los, assim como para o uso do arado, mas se esforçam para isso, pois são ações consideradas prioritárias. A produtividade é voltada para o autoconsumo e principalmente para o mercado. Não há organização prévia sobre o destino e valores dos seus produtos, logo, a integração mercantil é bastante reduzida. A via mais comum é através de intermediários e a feira livre direta ao consumidor. Produzem pouco, pois, além dos terrenos reduzidos, convivem com uma série de dificuldades no dia a dia do processo de trabalho. A falta de apoio técnico para orientá-los no combate às pragas, dificuldades para comprar insumos e a desvalorização dos produtos são algumas delas, as quais restringem os cultivos e a renda para melhores investimentos.

A sociabilidade aparece como importante vetor para ajudar no desenvolvimento das atividades, além disso, fortalece os vínculos sociais. Ultrapassa os limites da casa. Concretiza-se nos laços de vizinhança, de parentesco e da sociabilidade comunitária, como vimos no expediente do digitório.

A família enquanto unidade de produção, como constatamos, é considerada o motor do processo produtivo, no qual cada um dos seus membros exerce sua força de trabalho e possui

significado. Cada pessoa desempenha um trabalho útil e concreto conforme a necessidade. No seu interior há uma divisão do trabalho, que também é sexual, porém, articula-se num processo de cooperação. Tanto que as esposas acompanham os seus maridos e desenvolvem várias atividades junto a eles. Na composição familiar verificamos a figura do homem como chefe da família.

Mediante o cenário cheio de impasses que interferem na reprodução econômica e social, explicitamos no capítulo quatro que os agricultores desenvolvem alternativas para superá-los. Vimos que as famílias estão se tornando pluriativas para complementar a renda. Optaram pela reconversão produtiva para produtos mais rentáveis. Somente quando a família não consegue realizar todas as atividades da unidade produtiva ela recorre ao trabalho temporário. Para algumas famílias, a produção de alguns alimentos para o autoconsumo interfere na produção direcionada ao mercado, para outras, articular autoconsumo com a produção mercantil soa como uma boa estratégia econômica. No entanto, alternativas como essas ainda não são suficientes para vencer as inúmeras dificuldades postas em seus caminhos e evitar que a vida no campo melhore ao ponto dos filhos optarem pela permanência nele e os pais em desejar o trabalho na agricultura como principal atividade para o futuro profissional dos seus filhos.

Contudo, procuramos demonstrar neste trabalho ao analisar a realidade de agricultores familiares residentes na comunidade de Santo Antonio de Aldeia que a reprodução social dessa categoria de trabalhadores depende de várias alternativas frente às mudanças sociais e crescentes dificuldades. Mas ela é possível devido ao elemento família e sua relação terra/trabalho. A lógica da produção familiar não passa necessariamente pelo lucro como no sistema capitalista e sim pela apropriação e permanência na terra, pela preservação do seu patrimônio, do seu modo de vida, pela intensificação do trabalho familiar, através dos laços de solidariedade, parentesco, vizinhança e comunitário.

Na comunidade de Santo Antonio de Aldeia assim como para o Município de Maragogipe, fica, ainda, vários horizontes a serem explorados: - a realidade da migração dos agricultores para a cidade; - o surgimento das associações de produtores rurais e seu impacto na vida dos lavradores; - a venda para os intermediários e a tomada de preços; - o impacto natural e econômico das pragas nas plantações e o reflexo na vida dos agricultores; - em que medida as forças externas reconfiguram as relações intrafamiliares de poder, trabalho e gênero, dentre vários outros aspectos que permitam compreender melhor a realidade da agricultura local e o ponto de vista dos agricultores no processo de mudança social. Ir além da análise e

interpretação das transformações que ocorrem nas formas de produção. Importante também mostrar em que medida esses contextos afetam as relações com o espaço social e o meio ambiente. Fica, portanto, como desafios aos estudos sobre o desenvolvimento agrícola nesta região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. **Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA**. Petrolina, 1997. p. 17-27. Disponível em: <[http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos\\_cientificos/1997/De\\_volta\\_para\\_o\\_futuro.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/De_volta_para_o_futuro.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In Seminário Nacional de assistência técnica e Extensão Rural. Brasília, Anais, 1997, 29 p. (mimeo).

ALVES, José. **A dinâmica agrária do município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares**: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

ALVES, M. O. Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência: o caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará. **Revista Raízes**, v.21, n.1, jan-jun/2002.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p. 66-93, 1986.

ANDRADE, Emanuel Silva. **Casa de Farinha de Dêgo**. Trabalho de Conclusão de curso - Monografia (Graduação em Museologia) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2010.

ANTUNIASSI, M.H.R. Família e trabalho em assentamentos rurais. **Cadernos CERU**. São Paulo, série 2, n.7, p. 97-107, 1997.

BARICKAM, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Memória e sociedade. Tradução de Fernando Tomaz. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/hom>> Acesso em: 10 de Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil** / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P. M. de Azevedo Marques. – Brasília: MDA, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Como criar e administrar associações de produtores rurais**: manual de orientação. Secretaria de Defesa Agropecuária. – 6. ed. – Brasília : MAPA/ACS, 2009.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de contagem da população 2010**. < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).> Acesso em: 19 de fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal (2011)**, <<http://cod.ibge.gov.br/HFD0>> Acesso: em 12 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades. Infográficos. Bahia. Maragogipe. Economia**. < [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br).> Acesso em: 19 de abr. 2015.

BRANDÃO, Joselane da Rocha. **Ação sindical e o fortalecimento da agricultura familiar no município de Governador Mangabeira-Bahia**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa. CAMARGO, Aspásia. “**A Questão Agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964)**”. IN:

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola** – Brasília, DF : Embrapa, 2014.

CARMO SALLES, J. T. A. O.; COMITRE, V. **Agricultura sustentável e o desafio da produção de alimentos no limiar do terceiro milênio. Informações Econômicas**. São Paulo, v. 25, n.11, nov. 1995.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginários dos jovens rurais**. In. Teixeira da Silva, F.C., Santos, R., Costa, L.F.C. (orgs.) *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

\_\_\_\_\_, Maria José. **Ruralidade: Novas identidades em construção**. Estudos, Sociedade e Agricultura, 1998, p. 53-75. Disponível em biblioteca virtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze.htm. Acessado em 08/11/2014.

CARVALHO, Joyce Gomes de. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção do autor político**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

CHAMPAGNE, 1986b, p. 42-3. Apud. ANJOS, Gabriele dos e BRUMMER, Anita. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Revista NERA – ano 11, nº12, jan/jun de 2008, p.09.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 137.

COSTA, Edimare Ribeiro; SANTOS, Cristiane Nascimento. Os serviços de ATER no território Vitória da Conquista: uma análise de gênero. In: **Bahia análises e dados**. Salvador, v. 24, n. 3, p. 469-484, jul./set. 2014.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1987.

DAVID, Cesar De; TELÓ, Fabricio. **Agricultura familiar e campesinato na perspectiva de Maria Nazareth Wanderley**: o caso dos avicultores no município de Anta Gorda/RS. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 15 a 19 de outubro de 2012.

DINIZ, Fábio Homero; BERNARDO, William Fernandes; Teixeira, Sérgio Rustichelli; MOREIRA, Marne Sidney de Paula Moreira. **Sucessão na Agricultura Familiar – Desafios e perspectivas para propriedades leiteiras**. In: Alternativas para a produção sustentável da Amazônia. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**. XLII, 84, 2007, PP. 47-65.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª. ed. - São Paulo, Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. - São Paulo, Atlas, 2007.

FUNDACENTRO. **Levantamento das condições de segurança e saúde na agricultura familiar**: Estado da Bahia. Salvador, 2010.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto; WIZNIEWSKY, José Geraldo. O Papel da Pluriatividade no Fortalecimento da Agricultura Familiar do Município de Santa Rosa/Rs. **Desafio Online**. Campo Grande, v. 1, p.1-16, 2013.

GOMEZ, A. V. **A dialética da natureza de Marx**: os antagonismos entre capital e natureza. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; SABBATO, Alberto di; VIDAL, Maria de Fátima. **Agricultura Familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas. Editora da Unicamp. 1993.

LIMA, Gerinaldo da Silva. Percepção dos sindicalizados rurais dos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe-Bahia, no Baixo Paraguaçu, sobre as políticas públicas para o meio rural. In: QUARTO SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISAS / CAHL, 2010. Cachoeira, Bahia. **Anais do 4º Seminário Estudantil de Pesquisas / CahL**. Disponível em: <http://www2.ufrb.edu.br/reconcavos/index.php/downloads/41-anais-lima-gerinaldo-dasilva/download>. Acesso em: 12 jan. 2015.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. O controle do processo de trabalho na agricultura. **Rev. adm. empres.** vol.21 no.3 São Paulo July/Sept. 1981. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901981000300003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901981000300003&script=sci_arttext). Acesso em 12 Mai 2015.

MARTINS, José de S. **O cativo da Terra**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARSCHALL, C. R. **Pequena propriedade e cooperativismo no Oeste do Paraná**: um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial Lar. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=27676](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraForm.do?select_action=&co_obra=27676)>. Acesso em: 28 de fev. 2015.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política - O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant'ana, vol. 1, 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Nova cultura, Livro I, Tomo I, 1985.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. 3ª. ed. - Porto Alegre, Artmed, 2004.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa, Portugal, Edições 70, 2008.

MENEZES, Marilda, Edgard Malagodi e Emilia R. Moreira. **Da usina ao assentamento**: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro de 2013, vol. 21, n. 2, p. 332-358, ISSN 1413-0580.

MESQUITA, Ribamar. **Agricultura familiar**: muita expressão econômica e prioridade no Nordeste. – Agência Prodetec. Disponível em: <<http://www.agenciaprodetec.com.br/nos.html>>. Acesso em 20 de jun de 2015.

PEREIRA, Maria Isaura. **O Campesinato Brasileiro**. São Paulo: Editora Vozes, 1973.

PINTO, Elizangela Santana. "**Aqui eu fui guerreira!**": relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira - Recôncavo Sul da Bahia. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.

PLOEG, Jean V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SACCO DOS ANJOS, Flavio. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374.

SAMPAIO, Claudia Pereira da Silva. **Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – Litoral Norte do Paraná**. 2004. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SANT'ANA, Antonio Lázaro. **Raízes na terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Araraquara: UNESP, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP / Araraquara, 2003.

SANTOS, Felix S. **Crise agrícola no Recôncavo Baiano**: 1890-1910, município de São Felipe-BA. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica do Salvador do Salvador. Salvador, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), PP. 511-531, julho-setembro/2010.

\_\_\_\_\_, Sérgio. **Teoria Social, capitalismo e agricultura familiar**. In A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p 21-72.

\_\_\_\_\_, Sérgio [et al]. **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul.** In A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

\_\_\_\_\_, Sérgio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social as agricultura familiar no Sul do Brasil.** Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2001, p. 164-184. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/378.pdf>. Acessado em 07 mar 2015.

\_\_\_\_\_, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade.** Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande Sul, UFRGS, 1999.

SEAPE, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Maragogipe. **Relatório de atividades e metas alcançadas.** Maragogipe, 2014.

\_\_\_\_\_, **Programa de Pesquisa Agrícola da cultura do inhame.** Maragogipe, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARAGOGIPE. **Guia de Cadastramento de Famílias.** Maragogipe, 2015.

SEI, Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais. **Mapa do Recôncavo Sul.** Bahia: Salvador, 2007.

SILVA, Barbara C. D. da; COSTA, Ana E. D. V. Diagnóstico sócio-produtivo dos agricultores familiares cooperados à cooperativa da agricultora familiar do território do recôncavo da Bahia – **COOFATRE. Magistra**, Cruz das Almas-BA, v. 24, n. 2, abr./jun. 2012, pp. 151-159.

STEIN, Leila de Menezes. **Trabalhismo, Círculos Operários e Política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964).** São Paulo: Anna Blume / FAPESP, 2008.

SPANVELLO, Rosani H. **A reprodução gerencial na agricultura familiar.** Cadeia do Leite, Porto Alegre, 2011.

STOFFEL, Jaime A. **A viabilidade da agricultura familiar: formas de organização produtiva no Oeste do Paraná.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2004.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas.** Santa Catarina, p.26-29, 2011.

TAVARES DE ANDRADE, D. E. G. [et al]. Manejo alternativo da casca-preta e da queima das folhas do inhame. Pernambuco. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**, Recife, vol. 7, p.209-223, 2010.

TEDESCO, João C. **Terra, Trabalho e Família: Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês**. Passo Fundo: UPF, 1999.

WANDERLEY, Maria N. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cad. Dif. Tecnol. V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.

\_\_\_\_\_. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1996.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura. N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003.

\_\_\_\_\_. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma agrária**, Campinas, n. 2 e 3, v. 25, maio/dez. 1995.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico Estudo da Situação Juvenil na agricultura familiar do Recôncavo da Bahia**, Cachoeira, 2012 (mímio).

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo – Brasília. Editora HUCITEC, 1995.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. In: SCHNEIDER, Sergio (Org) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

# APÊNDICES

**APÊNDICE A:**

Condição fundiária das propriedades agrícolas dos agricultores entrevistados

<b>Nº</b>	<b>Agricultor</b>	<b>Área do terreno (Hectare)</b>	<b>Origem do terreno</b>	<b>Uso da terra</b>
01	Adriane dos Anjos Andrade	NS/NR	Herança	Posse
02	Carlos Alberto dos Santos	0,5	Herança	Posse
03	Dionísio da Silva Andrade	08	Compra de terceiros e Herança	Posse e Arrendamento
04	Fernando dos Anjos Barbosa e Maria Mércia Andrade Prazeres Barbosa	06	Herança	Posse
05	Hildebrando Caldas Barbosa	05	Herança	Posse
06	Jorge Luis Neves da Conceição	NS/NR	Compra de terceiros	Meeiro
07	Maridalva de Jesus dos Santos	0,5	Herança	Posse
08	Maria Barbosa e Raimundo Vieira Barbosa	1,5	Compra de terceiros	Posse
09	Maria da Paixão Barbosa	NS/NR	Herança	Posse
10	Marcelo Vieira dos Santos	03	Herança	Posse
11	Odete Magalhães Oliveira	04	Herança e Compra de parente	Posse
12	Raimundo José Silva Reis	03	Herança	Posse

NS/NR = Não soube/Não respondeu.

**APÊNDICE B:**

Produtividade das principais culturas cultivadas na unidade de produção familiar - estimativa de um ano

Nº	Nome	Inhame Qtde kg	Aipim Saco 30 kg	Milho Und. 100	Amendoim Saco 50kg	Quiabo Und. 100	Pimenta kg	Farinha Saco 55 kg
01	Adriane	5000	Não sabe	4000	15	7000	10	Não cultiva
02	Carlos Alberto	200	20	300	5	Não cultiva	5	Não cultiva
03	Dionísio	20000	300	6000	20	3000	15	Não cultiva
04	Fernando e Maria Mércia	3000	100	3000	10	6000	25	12
05	Hildebrando	25000	Não cultiva	5000	NS/NR	8000	20	Não cultiva
06	Jorge Luis	500	30	3500	5	Não cultiva	Não cultiva	Não cultiva
07	Maridalva	Não cultiva	10	Não cultiva	2	Não cultiva	10	70
08	Maria Barbosa e Raimundo Barbosa	700	120	1500	7	Não cultiva	NS/NR	5
09	Maria da Paixão	NS/NR	NS/NR	2500	10	Não cultiva	35	40
10	Marcelo	1000	70	4500	8	Não cultiva	30	10
11	Odete	2000	100	NS/NR	15	5000	NS/NR	07
12	Raimundo Reis	700	100	4000	8	4000	20	15
<b>Total</b>		<b>55.900</b>	<b>840</b>	<b>34.300</b>	<b>106</b>	<b>33.000</b>	<b>175</b>	<b>158</b>

NS/NR = Não soube/Não respondeu.

**APÊNDICE C:**

Atividade pecuária da unidade familiar dos agricultores entrevistados

<b>Nº</b>	<b>Agricultor</b>	<b>Bois, vacas, bezerros e bezerras</b>	<b>Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos</b>	<b>Porcos</b>	<b>Unidade</b>
01	Adriane	04	35	0	Cabeça
02	Carlos Alberto	0	20	0	Cabeça
03	Dionísio	15	50	0	Cabeça
04	Fernando e Maria Mércia	09	25	0	Cabeça
05	Hildebrando	10	30	01	Cabeça
06	Jorge Luis	02	15	0	Cabeça
07	Maridalva	0	45	02	Cabeça
08	Maria Barbosa e Raimundo Barbosa	0	30	0	Cabeça
09	Maria da Paixão	05	40	01	Cabeça
10	Marcelo	05	30	0	Cabeça
11	Odete	05	35	01	Cabeça
12	Raimundo Reis	05	40	0	Cabeça
<b>Total</b>		<b>51</b>	<b>365</b>	<b>05</b>	

**APÊNDICE D:**

Período da colheita, valor de venda, comercialização e destino das principais culturas

Produto	Período do cultivo		Valor médio R\$	Unidade	Forma de Comercialização	Destino
	Plantio	Colheita (meses)				
Inhame	Dezembro	10 a 13	2,5 a 3,0	Kg	Intermediários	CEASA
Aipim	Março a agosto	8 a 12	20 a 30	Saco (30 kg)	Intermediários	CEASA
Milho	Março e abril	3	20 a 30	100	Intermediários e Feira livre	CEASA e consumidor
Amendoim	Março e abril	3	150 a 200	Saco (50 kg)	Intermediários e Feira livre	CEASA e consumidor
Quiabo	Março	2 a 3	02 a 08	100	Intermediários e Feira livre	CEASA e consumidor
Pimenta	Março e abril	3	04 a 10	Kg	Feira livre	Consumidor
Mandioca (farinha)	Março a agosto	12	160	Saco (55 kg)	Intermediários e Feira livre	CEASA e consumidor

## **APÊNDICE E:**

Tópico guia usado durante as entrevistas:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:  
CULTURA, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO**

### **TÓPICO GUIA DA ENTREVISTA ABERTA – INDIVIDUAL**

**(Agricultor(a) familiar residente na comunidade de Santo Antonio de Aldeia)**

Objetivo da entrevista: identificar a opinião do agricultor acerca do seu modo de vida atuando na agricultura, suas dificuldades, vontades, desejos e alternativas para superar as dificuldades e seguir atuando na produção agrícola)

### **TEMAS E ASPECTOS A SEREM ABORDADOS**

#### **1. CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO:**

ENTREVISTA Nº:

DATA:

NOME:

IDADE:

SEXO:

ESCOLARIDADE:

EST. CIVIL:

COR/RAÇA:

POVOADO:

FILHOS:

#### **2. A AGRICULTURA FAMILIAR DO PRODUTOR**

- A ATUAÇÃO COMO AGRICULTOR
- O QUE CULTIVA E CRIA
- PARA QUE DESTINO
- OS RENDIMENTOS
- SOBRE AS TERRAS QUE USA (se são suas, tamanho total, por plantação...)
- PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS OU SOCIAIS

### **3. PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA**

- QUEM FAZ CADA ETAPA DO TRABALHO
- COMO FAZ
- A PARTICIPAÇÃO DA(O) ESPOSA(O) E FILHOS
- A SOCIABILIDADE VIVENCIADA

### **4. DIFICULDADES E AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO**

- AS DIFICULDADES QUE POSSUI PARA ATUAR
- AS ESTRATÉGIA PARA SUPERAR AS DIFICULDADES
- A REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS (PLURIATIVIDADE)
- ASPECTOS NECESSÁRIOS PARA MELHORAR A AGRICULTURA NA COMUNIDADE